



# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

**=LEI MUNICIPAL Nº 1.438 DE 13 DE MARÇO DE 1.990=**

"Estabelece o Quadro de Pessoal Civil e Permanente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Fica instituído por esta lei o Quadro - Permanente de Pessoal Civil da Prefeitura do Município de General Salgado, com a escala de vencimentos e demais vantagens criadas por lei e aplicável a todos os servidores municipais.

Artigo 2º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - CARGO PÚBLICO - é o conjunto de atribuições e responsabilidades exigidas a um funcionário público.

II - EMPREGO PÚBLICO - é a posição instituída na organização administrativa municipal, criado por Lei, em número certo, com a denominação própria e atribuições específicas.

III - EMPREGADO PÚBLICO - é a pessoa legalmente investida em emprego público e regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

IV - FUNCIONÁRIO PÚBLICO - é a pessoa legalmente investida em cargo público, criado por lei e regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

V - SERVIDOR PÚBLICO - é a pessoa ocupante de um cargo ou emprego público.

VI - QUADRO DE PESSOAL - é o conjunto de cargos e empregos públicos com enquadramento jurídico de cada servidor.

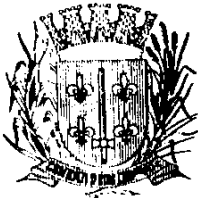
VII - REFERÊNCIA - é o salário expresso por algarismo arábico.

VIII - PADRÃO - é a sigla formada por consoante de enquadramento do servidor no regime jurídico.

IX - REMUNERAÇÃO ou VENCIMENTOS - é o valor monetário.

-continua-





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls.02.

-Lei Municipal nº 1.438-  
-continuação-

X - AMPLITUDE DE REFERENCIA - Indica o número de referência de cada servidor.

XI - PROMOÇÃO HORIZONTAL - é a passagem do servidor público de uma referência para outra imediatamente superior, dentro da amplitude de seu respectivo cargo.

XII - PROMOÇÃO VERTICAL - é a passagem do servidor público de seu cargo para outro imediatamente superior, dentro de sua respectiva carreira.

XIII - CARREIRA - é o conjunto de cargos da mesma natureza de trabalho, dispostos hierarquicamente de acordo com a complexidade e responsabilidade que apresentem.

## CAPÍTULO II

### -DO QUADRO DE PESSOAL-

Artigo 3º - O quadro de pessoal civil do Município, é composto de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, com o seguinte enquadramento jurídico:

I - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - enquadrados conforme ANEXO 01 - regidos por Estatuto Municipal;

II - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - enquadrados conforme ANEXO 02, regidos por Estatuto Municipal;

III - Para nomeação haverá necessidade da concordância expressa do funcionário;

IV - O funcionário comissionado, poderá a qualquer tempo solicitar o seu retorno às suas funções anteriores;

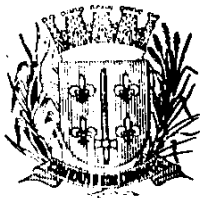
V - Fica assegurado ao funcionário comissionado, todos os direitos e vantagens do cargo anteriormente ocupado, quando do descomissionamento.

Parágrafo 1º - Os cargos de provimento efetivo, serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo 2º - Os cargos de provimento em comissão, são de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo 3º - As normas do Concurso Público para o preenchimento das vagas, serão regulamentadas por Decreto e aberto por Edital com a constituição de uma Comissão especial ou Banca Examinadora designada pelo Prefeito Municipal, sendo permitido a contratação de pessoal técnico para esse fim, inclusive assessoria especial.





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls.03.

-Lei Municipal nº 1.438-  
-continuação-

Parágrafo 4º - Os cargos de provimento em comissão poderão ser ocupados por funcionários efetivos, desde que preencham os requisitos necessários para o exercício.

Parágrafo 5º - O funcionário que for designado para ocupar cargo de provimento em comissão, será facultado optar pelos vencimentos do cargo.

Parágrafo 6º - O funcionário de provimento efetivo que vier a ocupar cargo em comissão, terá seu vínculo suspenso, sendo-lhe, porém, garantido todos os seus direitos e vantagens assegurados em Lei.

Artigo 4º - O preenchimento dos cargos de provimento efetivo, de que trata o artigo 3º, inciso II, desta Lei, far-se-á através da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, somente quando existir vaga em decorrência de:

- I - promoção vertical;
- II - falecimento;
- III - aposentadoria;
- IV - exoneração ou pedido de exoneração;
- V - criação do cargo;
- VI - aumento do número de vagas.

Artigo 5º - Ficam aprovadas as tabelas dos anexos 01 e 02 dos incisos I e II do artigo 3º desta Lei com os seus respectivos valores, e das referências mencionadas no artigo 13 do anexo 3 (três).

Parágrafo Único - Os valores das referências mencionadas nos anexos de que trata este artigo são relativos aos vencimentos do mês de janeiro de 1.990, sendo reajustados e revisados por leis posteriormente aprovadas, expedindo o Prefeito Municipal por Decreto, tabelas de atualização das referências, toda vez que houver alteração.

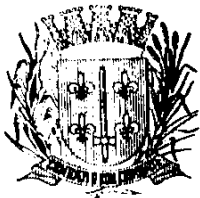
## CAPÍTULO III

### -DA JORNADA DE TRABALHO-

Artigo 6º - A jornada de trabalho de cada servidor municipal será no máximo de 44,00 (quarenta e quatro) horas semanais e não excederá as 8,00 (oito) horas diárias.

Parágrafo Único - O Prefeito regulamentará através de Decreto a carga horária e a jornada de trabalho dos servidores nos serviços internos e externo do Município.





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls.04.

-Lei Municipal nº 1.438-

-continuação-

Artigo 7º - Regulamentada a jornada de trabalho, as horas suplementares prestadas de segunda-feira a sábado serão pagas com 50% (cinquenta por cento) nas duas primeiras horas e 100% (cem por cento) nas demais sobre o valor da hora normal de serviço.

I - O empregado, servidor ou funcionário público chamado a voltar ao local de trabalho para prestar serviços extraordinários, quando em gozo de descanso semanal ou feriado previsto em Lei, fará jus, no mínimo, ao pagamento equivalente a 4 (quatro) horas extras.

II - Todas as horas extras prestadas durante o descanso semanal remunerado, dias compensados ou feriados, serão acrescidas de 130% (cento e trinta por cento). Portanto, o empregado, servidor ou funcionário público burocrático ou não, inclusive os que ocupem cargos de chefia ou em comissão, que prestar serviços nesta situação, fará jus a:

a - pagamento do descanso semanal remunerado em dobro;

b - horas trabalhadas e,

c - 130% (cento e trinta por cento)

a título de adicional sobre as horas trabalhadas.

III - As horas extras, efetivamente trabalhadas, deverão ser registradas no mesmo cartão de ponto ou livro de presença das horas normais.

IV - O adicional noturno será de 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo em relação a hora diurna, aplicando-se, também, aos casos de trabalho noturno em turnos de revezamento.

## CAPÍTULO IV

### -DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS-

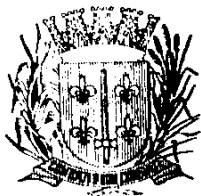
Artigo 8º - Para cada cargo de provimento efetivo haverá uma amplitude de 17 (dezesete) referências.

Parágrafo Único - Para os cargos de provimento em comissão, haverá uma referência fixa.

Artigo 9º - A admissão em cargo de provimento efetivo, será sempre enquadrado na referência inicial da amplitude de referência com seus respectivos valores.

Artigo 10º - O Piso Salarial dos Servidores Municipais, não será inferior ao Salário Mínimo Nacional.





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls.05.

-Lei Municipal nº 1.438-

-continuação-

Artigo 112 - Ficam criadas as seguintes vantagens pecuniárias em benefício dos servidores municipais:

I - 13º (décimo terceiro) salário, em forma de abono proporcional ao número de meses trabalhados durante o ano na proporção de 1/12 avos, a ser pago conforme estabelecido pela Lei Federal nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

II - Férias remuneradas de 30 (trinta) dias em descanso por cada ano de serviço, acrescida de um terço do valor correspondente da época da concessão.

III - Sexta parte dos vencimentos da época, após completar 20 (vinte) anos de efetivo e ininterrupto-serviço público prestado ao Município.

IV - Adicional por tempo de serviço público prestado, na base de 5% (cinco por cento) por cada quinquênio de efetivo e ininterrupto exercício no cargo sobre o valor da última remuneração.

V - Adicional de insalubridade para os serviços considerados insalubres na base de cálculo de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) do Salário Mínimo da Região, segundo se classificam nos graus mínimos, médio e máximo, respectivamente, na forma prevista nos artigos 189 e 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.).

VI - Adicional de 1% (hum por cento) ao ano por assiduidade, somente a ele fazendo jus o funcionário-que não exceder 10 faltas, abonadas ou justificadas previstas em Lei, sem nenhuma injustificada.

Artigo 12º - Ao ocupante de cargo de provimento em comissão, será estendida as vantagens previstas nos incisos I, II e V do artigo anterior.

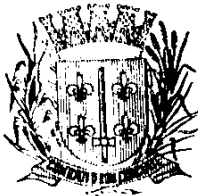
Artigo 13º - A tabela de referências com seus respectivos valores que fica aprovada, é a constante do anexo 03 para os efeitos legais.

## CAPÍTULO V

### -DAS SUBSTITUIÇÕES-

Artigo 14º - O Prefeito Municipal por necessidade de continuidade dos serviços de interesse da administração poderá designar servidores do quadro de pessoal para substituições em caráter temporário por motivo de licença, férias, afastamento





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls.06.

-Lei Municipal nº 1.438-

-continuação-

ou vacância, sem prejuízo de percepção dos vencimentos e demais vantagens asseguradas por Lei.

Artigo 15º - O substituto enquanto perdurar a substituição, perceberá vencimentos na referência em que estiver classificado ou do cargo a que for designado.

## CAPÍTULO VI

### -DA PROMOÇÃO HORIZONTAL-

Artigo 16º - A promoção horizontal do servidor público como enquadramento jurídico nos cargos de provimento efetivo de que trata o artigo 3º, inciso I, desta Lei, ocorrerá a cada dois anos de serviços públicos municipal.

Artigo 17º - A passagem para a referência imediatamente superior ocorrerá no mês subsequente em que o servidor público completar o biênio, a partir da vigência desta Lei.

## CAPÍTULO VII

### -DA PROMOÇÃO VERTICAL-

Artigo 18º - As vagas dos cargos de provimento efetivo que se constituem em carreira, serão preenchidas obrigatoriamente por servidores públicos ocupantes de cargo da respectiva carreira.

Artigo 19º - Os cargos que se constituem em carreira são os relacionados no anexo nº 01 do artigo 3º da presente lei.

Artigo 20º - A promoção vertical será efetuada no cargo de carreira imediatamente superior ou correlato, mediante de avaliação por antiguidade e merecimento, regulamentado por Decreto do Prefeito Municipal, o qual determinará os critérios.

Artigo 21º - Poderão concorrer à seleção interna os servidores públicos municipais que:

- I - Preencherem os requisitos exigidos para o novo cargo;
- II - contar com mais de dois anos no serviço atual;
- III - não tiver sofrido penalidades no grau de suspensão no período de um ano, anterior a abertura da inscrição;
- IV - não estiver afastado de suas atividades por motivo de:





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

FA. 07

-Lei Municipal nº 1.438-

-continuação-

a) - licença para tratamento de saúde;

b) - suspensão de ordem disciplinar.

Artigo 22º - Não havendo candidatos aprovados ou inscritos na seleção interna, as vagas poderão ser preenchidas através da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Artigo 23º - Ao se efetuar a promoção vertical, o servidor público deverá ser enquadrado na referência de seu novo cargo, na referência correspondente a que se encontrar classificado.

## CAPÍTULO VIII

### -DAS DISPOSIÇÕES FINAIS-

Artigo 24º - Aplica-se a esta lei no que couber o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente quanto as vantagens pecuniárias criadas.

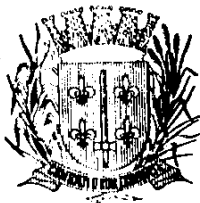
Artigo 25º - Os servidores amparados pelo artigo 19 das Disposições Transitórias da Constituição Federal vigente, ficam declarados estáveis, devendo o Chefe do Executivo Municipal, baixar o Ato Administrativo a respeito da concessão do benefício para constar de prontuário.

Artigo 26º - Para os servidores não estáveis - será realizado concurso público de provas ou de provas e títulos cujas normas serão expedidas por Decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias da vigência desta Lei.

Parágrafo Único - Será concedido aos atuais servidores deste Município que se inscreverem no concurso público inserido no "caput", seja qual for o regime jurídico de admissão, trinta (30) pontos, acrescido de mais cinco (5) pontos por ano ininterrupto de serviço prestado, a título de experiência no trabalho, considerados exclusivamente para efeito de classificação.

Artigo 27º - Aos inativos e pensionistas deste Município, o Prefeito deverá proceder a revisão de seus direitos e atualização dos proventos e pensões a eles devidos, por Decreto, a fim de ajustá-los aos mesmos níveis de remuneração do pessoal ativo no mesmo cargo ou função semelhante exercida na atividade, na forma preconizada no artigo 20 das Disposições Constitu





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 08.

-Lei Municipal nº 1.438-

-continuação-

cionais Transitórias da República Federativa do Brasil, em vigor.

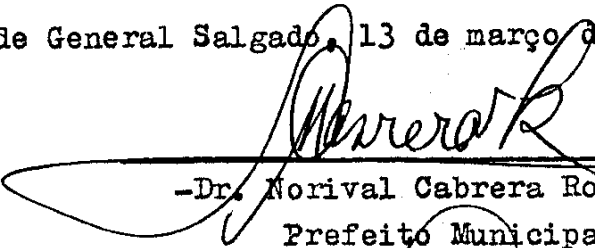
Artigo 28º - Os servidores admitidos por força de convênios firmados com órgãos públicos estaduais ou federais, e cujos recursos financeiros sejam repassados pelos mesmos órgãos a este Município, os vencimentos desses servidores conveniados serão reajustados por Decreto do Prefeito, na mesma base - de cálculo do repasse recebido a igual título na dotação correspondente da unidade da despesa.

Artigo 29º - Os atuais servidores públicos municipais, ocupantes de emprego enquadrado no regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), passam a exercer os cargos estatutários criados por esta Lei e discriminados no ANEXO Nº 01, com a mesma denominação, atribuições, vencimentos e demais vantagens de ordem pecuniária pelo novo regime estatutário municipal de que trata a presente Lei, assegurando-lhes, porém, todos os direitos e vantagens, inclusive do Instituto Constitucional da Estabilidade.

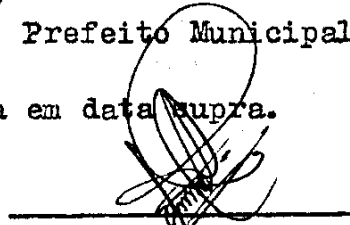
Artigo 30º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão atendidas por conta das dotações próprias do orçamento municipal, suplementadas por Decreto do Prefeito, até o limite do despêndio fixado, se necessário for.

Artigo 31º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 13 de março de 1990.

  
-Dr. Norival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 09

-Lei Municipal nº 1.438-

-continuação-

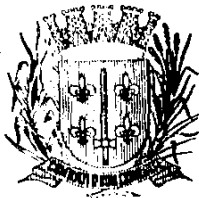
-ANEXO - 01 - ART. 3º - I-

## -CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSUAIS Base-mês 01/90
Inspetor de Alunos	10	01 a 18	E	I a VI	1.284,00
Servente	01	01 a 18	E	I a VI	1.284,00
Visitador Sanitário	06	02 a 19	E	I a VI	1.589,00
Escriturário	20	03 a 20	E	I a VI	1.828,00
Serviços Gerais	60	04 a 21	E	I a VI	1.895,00
Servente	13	04 a 21	E	II a VII	1.895,00
Postalista	06	04 a 21	E	I a VI	1.895,00
Telefonista	05	04 a 21	E	I a VI	1.895,00
Serviços Gerais	12	05 a 22	E	II a VII	2.064,00
Atendente	29	05 a 22	E	I a VI	2.064,00
Vigia Noturno	10	05 a 22	E	I a VI	2.064,00
Merendeira	15	05 a 22	E	I a VI	2.064,00
Monitora de Creche	06	05 a 22	E	I a VI	2.064,00
Auxiliar Odontológico	06	05 a 22	E	I a VI	2.064,00
Jardineiro	14	06 a 23	E	I a VI	2.100,00
Lixeiro	12	06 a 23	E	I a VI	2.100,00
Auxiliar de Tributos	04	06 a 23	E	I a VI	2.100,00
Serviços Gerais	02	07 a 24	E	III a VIII	2.251,00
Guarda de Jardim	03	07 a 24	E	I a VI	2.251,00
Auxiliar Merenda Escolar	02	07 a 24	E	I a VI	2.251,00
Agente de Saneamento	04	08 a 25	E	I a VI	2.345,00
Jardineiro	01	08 a 25	E	II a VII	2.345,00
Chefe de Lixo	03	08 a 25	E	I a VI	2.345,00
Coveiro	06	08 a 25	E	I a VI	2.345,00
Chefe de Turma	05	08 a 25	E	I a VI	2.345,00
Lavador	03	08 a 25	E	I a VI	2.345,00
Costureira	02	08 a 25	E	I a VI	2.345,00

-continua-





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

Fô. 10

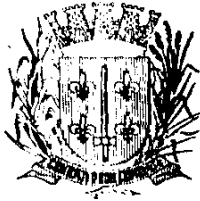
-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 01 - ART. 3º - I-

-CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO-

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA	PADRÃO NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS Base-mês 01/90
Operador Hidráulico	16	09 a 26	E I a VI	2.448,00
Porteiro	01	09 a 26	E I a VI	2.448,00
Professor I	20	20 a 27	E I a VI	2.467,00
Serviços Gerais	01	11 a 28	E IVa IX	2.589,00
Motorista	13	11 a 28	E I a VI	2.589,00
Apontador	05	11 a 28	E I a VI	2.589,00
Fiscal de Tributos	07	11 a 28	E I a VI	2.589,00
Fiscal de Limpeza	03	11 a 28	E I a VI	2.589,00
Escriturário	11	11 a 28	E I a VI	2.589,00
Carpinteiro	01	11 a 28	E I a VI	2.589,00
Jardineiro Chefe	03	12 a 29	E I a VI	2.627,00
Chefe Matadouro	01	12 a 29	E I a VI	2.627,00
Auxiliar Rede de Esgoto	01	13 a 30	E I a VI	2.720,00
Auxiliar Biblioteca	01	13 a 30	E I a VI	2.720,00
Motorista	07	14 a 31	E IIaVII	2.814,00
Chefe Operador - Hidráulico	03	14 a 31	E I a VI	2.814,00
Visitador Sanitário	03	14 a 31	E IIaVII	2.814,00
Auxiliar Almoxarifado	02	14 a 31	E I a VI	2.814,00
Auxiliar Depto. Pessoal	01	14 a 31	E I a VI	2.814,00
Coordenador-Saúde	02	14 a 31	E I a VI	2.814,00
Encarregado Rede Esgoto	01	15 a 32	E I a VI	3.000,00
Escriturário	01	16 a 33	E IIIa VIII	3.002,00
Auxiliar de Resou- reiro	01	16 a 33	E I a VI	3.002,00
Motorista	03	17 a 34	E IIIa VIII	3.142,00
Motorista	07	19 a 36	E IVa IX	3.283,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 01 - ART. 3º - I-

## -CARGOS DE PROVIMENTO ELETIVO-

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS Base-Mes 01/90
Escriturário	02	19 a 36	E	IV a IX	3.283,00
Escriturário	01	20 a 37	E	V a X	3.439,00
Patroleiro	10	21 a 38	E	I a VI	3.489,00
Pedreiro	10	21 a 38	E	I a VI	3.489,00
Encarregado Serviço de Água	02	21 a 38	E	I a VI	3.489,00
Patroleiro	01	22 a 39	E	I a VI	3.752,00
Auxiliar Assist. Social	02	22 a 39	E	I a VI	3.752,00
Almoxarife	02	23 a 40	E	I a VI	3.836,00
Auxiliar de Laboratório	03	23 a 40	E	I a VI	3.836,00
Digitador	04	24 a 41	E	I a VI	4.000,00
Patroleiro	01	25 a 42	E	III a VIII	4.033,00
Mecânico	01	26 a 43	E	I a VI	4.202,00
Auxiliar de Laboratório	02	26 a 43	E	I a VI	4.202,00
Secretário da J. Serv. Militar	01	27 a 44	E	I a VI	4.221,00
Sup. Merenda Escolar	03	27 a 44	E	I a VI	4.221,00
Chefe de Serviços-Prático em Laboratório	01	29 a 45	E	I a VI	4.577,00
Mecânico Chefe	01	29 a 46	E	I a VI	5.159,00
Chefe Geral Transporte	03	30 a 47	E	I a VI	5.234,00
Aux. Contabilidade	03	31 a 48	E	I a VI	5.628,00
Secretário Executivo	01	31 a 48	E	I a VI	5.628,00
Médico Bioquímico	01	32 a 49	E	I a VI	6.090,00
Assistente Social	02	32 a 49	E	I a V	6.090,00
Encarregado Depto. Pessoal	02	34 a 51	E	I a VI	6.500,00

-continua-





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

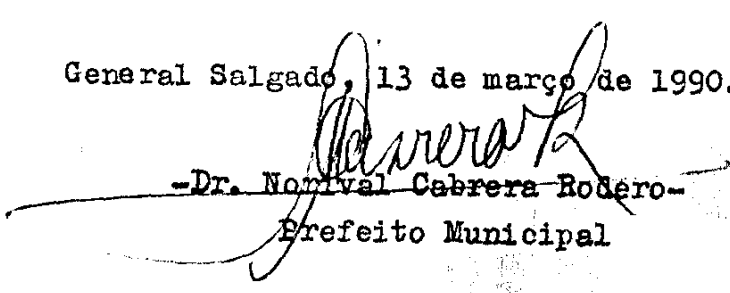
-Lei Municipal nº 1.438-  
-continuação-

- ANEXO 01 - ART. 3º - I -

## -CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO-

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS Base-mês 01/90
Engenheiro Civil	01	37 a 54	E	I a VI	7.850,00
Tesoureiro	01	37 a 54	E	I a VI	7.850,00
Secretário	01	37 a 54	E	I a VI	7.850,00
Lançador	01	37 a 54	E	I a VI	7.850,00
Contador	01	41 a 58	E	I a VI	12.662,00
Assessor Contábil-01		42 a 59	E	I a VI	15.000,00

General Salgado, 13 de março de 1990.

  
-Dr. Nonival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 02 - Artigo 3º - II-

-CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO-

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	AMPLITUDE DE REFERÊNCIA	PADRÃO	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS - BASE 01/90
Recepcionista	20	04	C	1.895,00
Professor I	05	10	C	2.467,00
Coordenador de Creches	01	11	C	2.589,00
Coordenador de Sude	02	14	C	2.814,00
Assessor Jurídico	02	18	C	3.236,00
Supervisor de Escolar	01	22	C	3.752,00
Auxiliar Serv. Assist. Social	04	22	C	3.752,00
Aux. Laboratório	02	26	C	4.202,00
Aux. de Gabinete	01	28	C	4.577,00
Prático em Laboratório	02	28	C	4.577,00
Secretário Executivo	01	31	C	5.628,00
Médico Bioquímico	01	32	C	6.090,00
Assistente Social	02	32	C	6.090,00
Cirurgião Dentista	03	33	C	6.380,00
Engº Agrônomo	01	35	C	6.660,00
Chefe Coordenador SUDS	02	36	C	6.700,00
Procurador Jurídico	01	37	C	7.850,00
Engº Civil	01	37	C	7.850,00
Chefe de Gabinete	01	38	C	8.000,00
Médico Clínico Ger.	02	39	C	9.379,00
Médico Ortopedista	01	39	C	9.379,00
Avalista de Computador	01	40	C	10.000,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-

-continuação-

-ANEXO 03 - Artigo 13-

-TABELA DE REFERÊNCIAS COM SEUS RESPECTIVOS VALORES-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS BASE MÊS 01/90 - (NCZ\$2)
10	01	E	I	1.284,00
01	01	E	I	1.284,00
06	02	E	I	1.589,00
20	03	E	I	1.828,00
60	04	E	I	1.895,00
13	04	E	II	1.895,00
06	04	E	I	1.895,00
05	04	E	I	1.895,00
12	05	E	II	2.064,00
29	05	E	I	2.064,00
10	05	E	I	2.064,00
15	05	E	I	2.064,00
06	05	E	I	2.064,00
06	05	E	I	2.064,00
14	06	E	I	2.100,00
12	06	E	I	2.100,00
04	06	E	I	2.100,00
02	07	E	III	2.251,00
03	07	E	I	2.251,00
02	07	E	I	2.251,00
04	08	E	I	2.345,00
01	08	E	II	2.345,00
03	08	E	I	2.345,00
06	08	E	I	2.345,00
05	08	E	I	2.345,00
03	08	E	I	2.345,00
02	08	E	I	2.345,00
16	09	E	I	2.448,00
01	09	E	I	2.448,00
20	10	E	I	2.467,00
01	11	E	IV	2.589,00
13	11	E	I	2.589,00
05	11	E	I	2.589,00
07	11	E	I	2.589,00
03	11	E	I	2.589,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação-

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSUAIS BASE MES 01/90 - (NCZ\$)
11	11	E	II	2.589,00
01	11	E	I	2.589,00
03	12	E	I	2.627,00
01	12	E	I	2.627,00
01	13	E	I	2.720,00
01	13	E	I	2.720,00
07	14	E	II	2.814,00
03	14	E	I	2.814,00
03	14	E	II	2.814,00
02	14	E	I	2.814,00
01	14	E	I	2.814,00
02	14	E	I	2.814,00
01	15	E	I	3.000,00
01	16	E	III	3.002,00
01	16	E	I	3.002,00
03	17	E	III	3.142,00
02	18	E	-	3.236,00
07	19	E	IV	3.283,00
02	19	E	IV	3.283,00
01	20	E	V	3.489,00
10	21	E	I	3.489,00
10	21	E	I	3.489,00
02	21	E	I	3.489,00
01	22	E	I	3.752,00
02	22	E	I	3.752,00
02	23	E	I	3.836,00
02	23	E	I	3.836,00
03	23	E	I	3.836,00
04	24	E	I	4.000,00
01	25	E	III	4.033,00
01	26	E	I	4.202,00
01	27	E	I	4.221,00
03	27	E	I	4.221,00
01	28	E	I	4.577,00
01	29	E	I	5.159,00
03	30	E	I	5.234,00
03	31	E	I	5.628,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação-

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSIS BASE MES 01/90 -(NCZ\$)
02	32	E	-	6.090,00
03	33	C	-	6.380,00
02	34	E	I	6.500,00
01	35	C	-	6.660,00
02	36	C	-	6.700,00
01	37 c	E	I	7.850,00
01	37	E	I	7.850,00
01	37	E	I	7.850,00
01	37	E	I	7.850,00
01	38	C	-	8.000,00
02	39	C	-	9.379,00
01	39	C	-	9.379,00
01	40	C	-	10.000,00
01	41	E	I	12.662,00
01	42	E	I	15.000,00
01	43	E	-	15.500,00
01	44	E	-	16.000,00
01	45	E	-	16.500,00
01	46	E	-	17.000,00
01	47	E	-	17.500,00
01	48	E	-	18.000,00
01	49	E	-	18.500,00
01	50	E	-	19.000,00
01	51	E	-	19.500,00
01	52	E	-	20.000,00
01	53	E	-	20.500,00
01	54	E	-	21.000,00
01	55	E	-	21.500,00
01	56	E	-	22.000,00
01	57	E	-	22.500,00
01	58	E	-	23.000,00
01	59	E	-	23.500,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

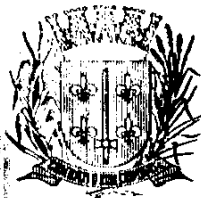
-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação-

-ANEXO 03 - Artigo 13-

## II - TABELA DE REFERÊNCIAS COM SEUS RESPECTIVOS VALORES

QUANTI_	REFERÊNCIA	PADRAO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSALIS
DADE				BASE MES 01/90 - NCZ\$
01	01	E	I	1.284,00
10	01	E	I	1.284,00
01	02	E	II	1.589,00
10	02	E	II	1.589,00
01	03	E	III	1.828,00
10	03	E	III	1.828,00
01	04	E	IV	1.895,00
10	04	E	IV	1.895,00
01	05	E	V	2.064,00
10	05	E	V	2.064,00
01	06	E	VI	2.100,00
10	06	E	VI	2.100,00
06	02	E	I	1.589,00
06	03	E	II	1.828,00
06	04	E	III	1.895,00
06	05	E	IV	2.064,00
06	06	E	V	2.100,00
06	07	E	VII	2.251,00
20	03	E	I	1.828,00
20	04		II	1.895,00
20	05	E	III	2.064,00
20	06		IV	2.100,00
20	07		V	2.251,00
20	08		VI	2.345,00
60	04		I	1.895,00
60	05		II	2.064,00
60	06		III	2.100,00
60	07		IV	2.251,00
60	08		V	2.345,00
60	09		VI	2.448,00
13	04		II	1.895,00
13	05		III	2.064,00
13	06		IV	2.100,00
13	07		V	2.251,00
13	08		VI	2.345,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-

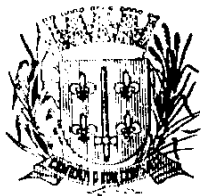
-continuação-

- ANEXO 03 - Artigo 13-

## II-TABELA DE REFERÊNCIAS POR NÍVEL DOS CARGOS DE CARREIRA COM OS RESPECTIVOS VALORES MENSALIS.

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSALIS BASE MÊS 01/90 - NCZ\$
13	09		VII	2.448,00
06	04		I	1.895,00
06	05		II	2.064,00
06	06		III	2.100,00
06	07		IV	2.251,00
06	08		V	2.345,00
06	09		VI	2.448,00
05	04		I	1.895,00
05	05		II	2.064,00
05	06		III	2.100,00
05	07		IV	2.251,00
05	08		V	2.345,00
05	09		VI	2.448,00
12	05		II	2.064,00
12	06		III	2.100,00
12	07		IV	2.251,00
12	08		V	2.345,00
12	09		VI	2.448,00
12	10		VII	2.467,00
29	05		I	2.064,00
29	06		II	2.100,00
29	07	E	III	2.251,00
29	08	E	IV	2.345,00
29	09	E	V	2.448,00
29	10	E	VI	2.467,00
10	05	E	I	2.064,00
10	06	E	II	2.100,00
10	07	E	III	2.251,00
10	08	E	IV	2.345,00
10	09	E	V	2.448,00
10	10	E	VI	2.467,00
15	05	E	I	2.064,00
15	06	E	II	2.100,00
15	07	E	III	2.251,00
15	08	E	IV	2.345,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

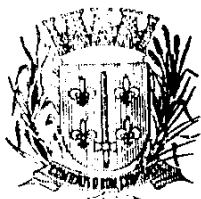
ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERENCIA	PADRAO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSUAIS BASE MES 01/90 - NCZ
15	09	E	V	2.448,00
15	10	E	VI	2.467,00
06	05	E	I	2.064,00
06	06	E	II	2.100,00
06	07	E	III	2.251,00
06	08	E	IV	2.345,00
06	09	E	V	2.448,00
06	10	E	VI	2.467,00
06	05	E	I	2.064,00
06	06	E	II	2.100,00
06	07	E	III	2.251,00
06	08	E	IV	2.345,00
06	09	E	V	2.448,00
06	10	E	VI	2.467,00
06	06	E	I	2.100,00
14	07	E	II	2.251,00
14	08	E	III	2.345,00
14	09	E	IV	2.448,00
14	10	E	V	2.467,00
14	11	E	VI	2.589,00
12	06	E	I	2.100,00
12	07	E	II	2.251,00
12	08	E	III	2.345,00
12	09	E	IV	2.448,00
12	10	E	V	2.467,00
12	11	E	VI	2.489,00
04	06	E	I	2.100,00
04	07	E	II	2.251,00
04	08	E	III	2.345,00
04	09	E	IV	2.448,00
04	10	E	V	2.467,00
04	11	E	VI	2.589,00
02	07	E	III	2.251,00
02	08	E	IV	2.345,00
02	09	E	V	2.448,00
02	10	E	VI	2.467,00
02	11	E	VII	2.589,00
02	12	E	VIII	2.627,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.433-  
-continuação-

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS BASE MÊS 01/90 - NCz\$
03	07	E	I	2.251,00
03	08	E	II	2.345,00
03	09	E	III	2.448,00
03	10	E	IV	2.467,00
03	11	E	V	2.589,00
03	12	E	VI	2.627,00
02	07	E	I	2.251,00
02	08	E	II	2.345,00
02	09	E	III	2.448,00
02	10	E	IV	2.467,00
02	11	E	V	2.589,00
02	12	E	VI	2.627,00
04	08	E	D	2.345,00
04	09	E	II	2.448,00
04	10	E	III	2.467,00
04	11	E	IV	2.589,00
04	12	E	V	2.627,00
04	13	E	VI	2.720,00
01	08	E	II	2.345,00
01	09	E	III	2.448,00
01	10	E	IV	2.467,00
01	11	E	V	2.589,00
01	12	E	VI	2.627,00
01	13	E	VII	2.720,00
03	08	E	I	2.345,00
03	09	E	II	2.448,00
03	10	E	III	2.467,00
03	11	E	IV	2.589,00
03	12	E	V	2.627,00
03	13	E	VI	2.720,00
06	08	E	I	2.345,00
06	09	E	II	2.448,00
06	10	E	III	2.467,00
06	11	E	IV	2.589,00
06	12	E	V	2.627,00
06	13	E	VI	2.720,00

-continua-





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-

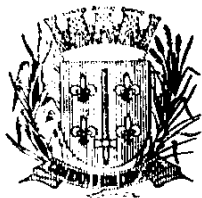
-continuação-

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS BASE MÊS 01/90 - NCz\$
05	08	E	I	2.345,00
05	09	E	II	2.448,00
05	10	E	III	2.467,00
05	11	E	IV	2.589,00
05	12	E	V	2.627,00
05	13	E	VI	2.720,00
03	08	E	I	2.345,00
03	09	E	II	2.448,00
03	10	E	III	2.467,00
03	11	E	IV	2.589,00
03	12	E	V	2.627,00
03	13	E	VI	2.720,00
02	08	E	I	2.345,00
02	09	E	II	2.448,00
02	10	E	III	2.467,00
02	11	E	IV	2.589,00
02	12	E	V	2.627,00
02	13	E	VI	2.720,00
02	08	E	I	2.345,00
02	09	E	II	2.448,00
02	10	E	III	2.467,00
02	11	E	IV	2.589,00
02	12	E	V	2.627,00
02	13	E	VI	2.720,00
16	09	E	I	2.448,00
16	10	E	II	2.467,00
16	11	E	III	2.589,00
16	12	E	IV	2.627,00
16	13	E	V	2.720,00
16	14	E	VI	2.814,00
01	09	E	I	2.448,00
01	10	E	II	2.467,00
01	11	E	III	2.589,00
01	12	E	IV	2.627,00
01	13	E	V	2.720,00
01	14	E	VI	2.814,00

-continua-





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

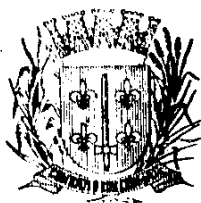
-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS BASE MES 01/90 - NCz\$
20	10	E	II	2.467,00
20	11	E	II	2.458,00
20	12	E	III	2.627,00
20	13	E	IV	2.720,00
20	14	E	V	2.814,00
20	15	E	VI	3.000,00
01	11	E	IV	2.589,00
01	12	E	V	2.627,00
01	13	E	VI	2.720,00
01	14	E	VII	2.814,00
01	15	E	VIII	3.000,00
01	16	E	IX	3.002,00
13	11	E	I	2.589,00
13	12	E	II	2.627,00
13	13	E	III	2.720,00
13	14	E	IV	2.814,00
13	15	E	V	3.000,00
13	16	E	VI	3.002,00
05	11	E	I	2.589,00
05	12	E	II	2.627,00
05	13	E	III	2.720,00
05	14	E	IV	2.814,00
05	15	E	V	3.000,00
05	16	E	VI	3.002,00
07	11	E <sup>2</sup>	I	2.589,00
07	12	E	II	2.627,00
07	13	E	III	2.720,00
07	14	E	IV	2.814,00
07	15	E	V	3.000,00
07	16	E	VI	3.002,00
03	11	E	I	2.589,00
03	12	E	II	2.627,00
03	13	E	III	2.720,00
03	14	E	IV	2.814,00
03	15	E	V	3.000,00
03	16	E	VI	3.002,00

-continua-





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS BASE MES 01/90 - NCz\$
11	11	E	II	2.589,00
11	12	E	III	2.627,00
11	13	E	IV	2.720,00
11	14	E	V	2.814,00
11	15	E	VI	3.000,00
11	16	E	VII	3.002,00
01	11	E	I	2.589,00
01	12	E	II	2.627,00
01	13	E	III	2.720,00
01	14	E	IV	2.814,00
01	15	E	V	3.000,00
01	16	E	VI	3.002,00
03	12	E	I	2.627,00
03	13	E	II	2.720,00
03	14	E	III	2.814,00
03	15	E	IV	3.000,00
03	16	E	V	3.002,00
03	17	E	VI	3.142,00
01	12	E	I	2.627,00
01	13	E	II	2.720,00
01	14	E	III	2.814,00
01	15	E	IV	3.000,00
01	16	E	V	3.002,00
01	17	E	VI	3.142,00
01	13	E	I	2.720,00
01	14	E	II	2.814,00
01	15	E	III	3.000,00
01	16	E	IV	3.002,00
01	17	E	V	3.142,00
01	18	E	VI	3.236,00
01	13	E	I	2.720,00
01	14	E	II	2.814,00
01	15	E	III	3.000,00
01	16	E	IV	3.002,00
01	17	E	V	3.142,00
01	18	E	VI	3.236,00

-continua-





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSUAIS BASE DES 01/90 - 100%
07	14	E	II	2.814,00
07	15	E	III	3.000,00
07	16	E	IV	3.002,00
07	17	E	V	3.142,00
07	18	E	VI	3.236,00
07	19	E	VII	3.283,00
03	14	E	I	2.814,00
03	15	E	II	3.000,00
03	16	E	III	3.002,00
03	17	E	IV	3.142,00
03	18	E	V	3.236,00
03	19	E	VI	3.283,00
03	14	E	II	2.814,00
03	15	E	III	3.000,00
03	16	E	IV	3.002,00
03	17	E	V	3.142,00
03	18	E	VI	3.236,00
03	19	E	VII	3.283,00
02	14	E	I	2.814,00
02	15	E	II	3.000,00
02	16	E	III	3.002,00
02	17	E	IV	3.142,00
02	18	E	V	3.236,00
02	19	E	VI	3.283,00
01	14	E	I	2.814,00
01	15	E	II	3.000,00
01	16	E	III	3.142,00
01	17	E	IV	3.142,00
01	18	E	V	3.236,00
01	19	E	VI	3.283,00
02	14	E	I	2.814,00
02	15	E	II	3.000,00
02	16	E	III	3.002,00
02	17	E	IV	3.142,00
02	18	E	V	3.236,00
02	19	E	VI	3.283,00

-continua-





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

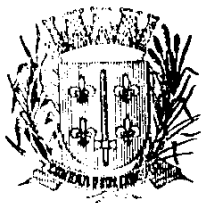
-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS BASE MES 01/90 - R\$
01	15	E	VI	3.000,00
01	16	E	II	3.002,00
01	17	E	III	3.142,00
01	18	E	IV	3.236,00
01	19	E	V	3.283,00
01	20	E	VI	3.439,00
01	16	E	III	3.002,00
01	17	E	IV	3.142,00
01	18	E	V	3.236,00
01	19	E	VI	3.283,00
01	20	E	VII	3.439,00
01	21	E	VIII	3.489,00
01	16	E	I	3.002,00
01	17	E	II	3.142,00
01	18	E	III	3.236,00
01	19	E	IV	3.283,00
01	20	E	V	3.439,00
01	21	E	VI	3.489,00
03	17	E	III	3.142,00
03	18	E	IV	3.236,00
03	19	E	V	3.283,00
03	20	E	VI	3.439,00
03	21	E	VII	3.489,00
03	22	E	VIII	3.752,00
07	19	E	IV	3.283,00
07	20	E	V	3.439,00
07	21	E	VI	3.489,00
07	22	E	VII	3.752,00
07	23	E	VIII	3.836,00
07	24	E	IX	4.000,00
02	19	E	IV	3.283,00
02	20	E	V	3.439,00
02	21	E	VI	3.489,00
02	22	E	VII	3.752,00
02,	23	E	VIII	3.836,00
02	24	E	IX	4.000,00

-continua-





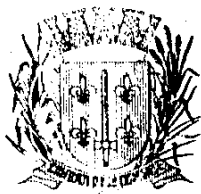
# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRAO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSUAIS BASE MES 01/90 - NCz\$
01	20	E	V	3.439,00
01	21	E	VI	3.489,00
01	22	E	VII	3.752,00
01	23	E	VIII	3.836,00
01	24	E	IX	4.000,00
01	25 <sup>v</sup>	E	X	4.033,00
10	21	E	I	3.489,00
10	22	E	II	3.752,00
10	23	E	III	3.836,00
10	24	E	IV	4.000,00
10	25	E	V	4.033,00
10	26	E	VI	4.202,00
10	21	E	I	3.489,00
10	22	E	II	3.752,00
10	23	E	III	3.836,00
10	24	E	IV	4.000,00
10	25	E	V	4.033,00
10	26	E	VI	4.202,00
02	21	E	I	3.489,00
02	22	E	II	3.752,00
02	23	E	III	3.836,00
02	24	E	IV	4.000,00
02	25	E	V	4.033,00
02	26	E	VI	4.202,00
01	22	E	I	3.752,00
01	23	E	II	3.836,00
01	24	E	III	4.000,00
01	25	E	IV	4.033,00
01	26	E	V	4.202,00
01	27	E	VI	4.221,00
02	22	E	I	3.752,00
02	23	E	II	3.836,00
02	24	E	III	4.000,00
02	25	E	IV	4.033,00
02	26	E	V	4.202,00
02	27	E	VI	4.221,00
02	23	E	I	3.836,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

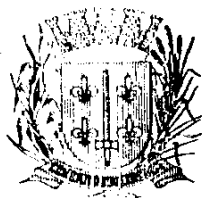
Lei Municipal nº 1.438-  
-continuação-

- ANEXO 03 - Artigo 13º-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSUAIS BASE MES 01/90 - NCz\$
01	29	E	III	5.159,00
01	30	E	IV	5.234,00
01	31	E	V	5.628,00
01	32	E	VI	6.090,00
03	27	E	I	4.221,00
03	28	E	II	4.577,00
03	29	E	III	5.159,00
03	30	E	IV	5.234,00
03	31	E	V	5.628,00
03	32	E	VI	6.090,00
03	28	E	I	4.577,00
01	29	E	II	5.159,00
01	30	E	III	5.234,00
01	31	E	IV	5.628,00
01	32	E	V	6.090,00
01	33	E	VI	6.380,00
01	29	E	I	5.159,00
01	30	E	II	5.234,00
01	31	E	III	5.628,00
01	32	E	IV	6.090,00
01	33	E	V	6.380,00
01	34	E	VI	6.500,00
03	30	E	I	5.234,00
03	31	E	II	5.628,00
03	32	E	III	6.090,00
03	33	E	IV	6.380,00
03	34	E	V	6.500,00
03	35	E	VI	6.660,00
03	31	E	I	5.628,00
03	32	E	II	6.090,00
03	33	E	III	6.380,00
03	34	E	IV	6.500,00
03	35	E	V	6.660,00
03	36	E	VI	6.700,00
02	34	E	I	6.500,00
02	35	E	II	6.660,00

-continua-





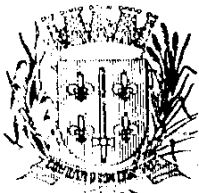
# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
-continuação-

QUANTIDADE	REFERENCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS BASE MES 01/90 - NCz\$
02	24	E	II	4.000,00
02	25	E	III	4.033,00
02	26	E	IV	4.202,00
02	27	E	V	4.221,00
02	28	E	VI	4.577,00
02	23	E	I	3.836,00
02	24	E	II	4.000,00
02	25	E	III	4.033,00
02	26	E	IV	4.202,00
02	27	E	V	4.221,00
02	28	E	VI	4.577,00
03	23	E	I	3.836,00
03	24	E	II	4.000,00
03	25	E	III	4.033,00
03	26	E	IV	4.202,00
03	27	E	V	4.221,00
03	28	E	VI	4.577,00
04	24	E	I	4.000,00
04	25	E	II	4.033,00
04	26	E	III	4.202,00
04	27	E	IV	4.221,00
04	28	E	V	4.577,00
04	29	E	VI	5.159,00
01	25	E	III	4.033,00
01	26	E	IV	4.202,00
01	27	E	V	4.221,00
01	28	E	VI	4.577,00
01	29	E	VII	5.159,00
01	30	E	VIII	5.234,00
01	26	E	I	4.202,00
01	27	E	II	4.221,00
01	28	E	III	4.577,00
01	29	E	IV	5.159,00
01	30	E	V	5.234,00
01	31	E	VI	5.628,00
01	27	E	I	4.221,00
02	28	E	II	4.577,00





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

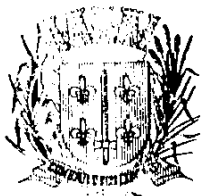
-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 03 - Artigo 13º-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSAIS BASE MES 01/90 - R\$
02	36	E	III	8.000,00
02	37	E	IV	10.000,00
02	38	E	V	12.662,00
02	39	E	VI	15.000,00
02	37	E	I	7.850,00
01	38	E	II	8.000,00
01	39	E	III	9.379,00
01	40	E	IV	10.000,00
01	41	E	V	12.662,00
01	42	E	VI	15.000,00
01	37	E	I	7.850,00
01	38	E	II	8.000,00
01	39	E	III	9.379,00
01	40	E	IV	10.000,00
01	41	E	V	12.662,00
01	42	E	VI	15.000,00
01	37	E	I	7.850,00
01	38	E	II	8.000,00
01	39	E	III	9.379,00
01	40	E	IV	10.000,00
01	41	E	V	12.662,00
01	42	E	VI	15.000,00
01	37	E	I	7.850,00
01	38	E	II	8.000,00
01	39	E	III	9.379,00
01	40	E	IV	10.000,00
01	41	E	V	12.662,00
01	42	E	VI	15.000,00
01	41	E	I	12.662,00
01	42	E	II	15.000,00
01	43	E	III	15.500,00
01	44	E	IV	16.000,00
01	45	E	V	16.500,00
01	46	E	VI	17.000,00
01	42	E	I	15.000,00
01	43	E	II	15.500,00

-continua-





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

-Lei Municipal nº 1.438-  
continuação

-ANEXO 03 - Artigo 13-

QUANTIDADE	REFERÊNCIA	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS FIXOS MENSUAIS BASE MÊS 01/90 - NCz\$
01	44	E	III	16.000,00
01	45	E	IV	16.500,00
01	46	E	V	17.000,00
01	47	E	VI	17.500,00

General Salgado, 13 de março de 1990.

  
Dr. Norival Cabreira Rodero  
Prefeito Municipal



1429  
**LEI MUNICIPAL Nº 1.232 DE 21 DE MARÇO DE 1.966**

**"Disposição sobre regulamentação das Férias Municipais".**

**SR. NORIVAL CAMERNA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

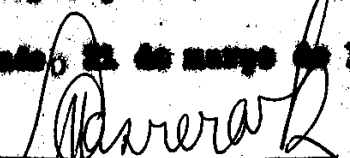
**Artigo 1º - Ficam consideradas Férias Municipais, obedecendo o Decreto-Lei Federal nº 86, de 27 de Novembro de 1.966, as seguintes datas:**

- Dia Nível - Santa-Feira de Pádua
- Dia Nível - Corpus Christi
- 15 de Setembro - Dia da Fundação e da Pa-  
roquia de Município -  
Bombr Honra dos Deuses
- 08 de Dezembro - Assembleia Conselheira

**Artigo 2º - Fica revogada a Lei Municipal nº 1.232 de 26 de Novembro de 1.966.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 21 de março de 1.966.**

  
\_\_\_\_\_  
**- Sr. Norival Camerna Rodrigues -**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria na data supra.**

  
\_\_\_\_\_  
**- Maria Costa -**  
**secretária**



6  
MR

1440  
**-LEI MUNICIPAL Nº 1.440 DE 22 DE ABRIL DE 1988-**

**"Dispõe sobre doação de terreno à Associação Comercial e Industrial de General Salgado".**

DR. NORIVAL CARRERA ROBERTO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM SEQUÊNCIA E PROMULGA A SEQUENTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GENERAL SALGADO, um imóvel localizado no perímetro urbano desta cidade, constituído de 1.291,00 metros quadrados, situado no loteamento denominado de "Vila Rica", nesta cidade, tendo a seguinte caracterização: "Fica fronte confronta-se com a rua Antonio Rodrigues Mendonça, lado norte 39,40 metros; pelo lado direito da qual de frente vê o confronta-se com a Sebastião Diniz, atualmente Associação de Fazendeiros Rurais de General Salgado; onde norte 25,35 metros; pelo lado esquerdo da qual de frente vê confronta-se com o lote nº 1, 2 e 3 na distância de 60,00 metros; daí vir a esquerda onde confronta-se com o lote nº 4 na distância de 11,10 metros; - daí vir a direita onde confronta-se com os lotes nº 7 e 8 na distância de 22,35 metros e finalmente pelo fundo confrontando-se com a rua Dr. Manoel Martins onde norte 41,50 metros".**

**Parágrafo 1º - A área ora doada, tem suporte na Lei Municipal nº 1.403 de 05 de junho de 1988, que autorizou o Executivo Municipal a transformar terrenos institucionais em domínios, artigo 1º nº 2 da lei supra citada.**

**Artigo 2º - A presente doação terá o prazo de 01 (um) ano para que a Associação Comercial e Industrial de General Salgado inicie a obra, e de 15 (dezoito) meses para a conclusão da mesma após o início, a partir da data da promulgação da presente lei.**

**Parágrafo Único - Decorrido o lapso temporal de dois anos e seis da promulgação da presente lei sem que as obras estejam devidamente concluídas, o imóvel será revertido à municipalidade.**

**Artigo 3º - Os encargos com celebração da escritura definitiva bem como o competente registro correrão por**

**-continua-**

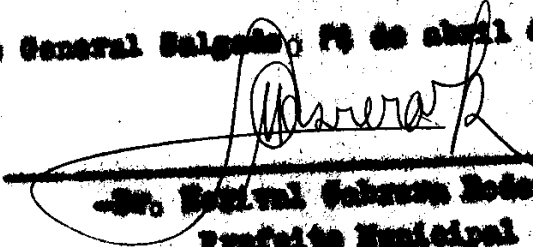


**-Lei Municipal nº 1.440-  
-continuação-**

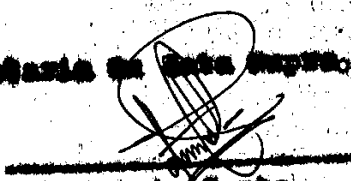
conta da Associação Comercial e Industrial de General Salgado, -  
devendo constar da referida escritura definitiva os encargos a  
que se refere o artigo 2º da pr. esta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 14 de abril de 1938.

  
-Dr. Natal Galvão Neto-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria na data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



DR

1947

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.141 DE 22 DE ABRIL DE 1947-**

**"Institui o Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos".**

**Eu, DOMINGOS CAMERÁ ROMERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCCIONOU E PROMULGA A SEQUENTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica instituído o Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos, que obedecerá ao disposto nesta Lei.**

**FINALIDADE**

**Artigo 2º - O Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos compreende: a criação de pavimentação, guias e sarjetas, reaparelhamento, extensão de rede de água e esgoto, galerias de águas pluviais e outras, e será acionado por iniciativa própria da Administração ou quando solicitado pelos proprietários de imóveis localizados nas vias de logradouros públicos onde se dará a atenção.**

**APROVAÇÃO**

**Artigo 3º - Os melhoramentos solicitados serão aprovados quando forem de interesse e conveniência do Município.**

**Artigo 4º - No caso de pavimentação, será de prioridade de vias e logradouros públicos já afetados de melhoramentos, como rede de água e esgoto e outras que, necessariamente, se encontrem no subsolo.**

**QUANTO A DESPESA**

**Artigo 5º - O custo do melhoramento será pago pelo valor de sua extensão, acrescida das despesas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração e financiamento, prêmios de reembolso e outras de acordo com o financeiro ou captação.**

**Artigo 6º - O custo do melhoramento será repartido entre os proprietários de imóveis abrangidos por ele, proporcionalmente às tentadas dos mesmos.**

**Artigo 7º - Os proprietários lineares que receberem diretamente o benefício responderão, no mínimo por 50% (cinquenta por cento) do custo do melhoramento.**

**-continua-**



**-Lei Municipal nº 1.442-  
-continuação-**

**Parágrafo Único** - Os proprietários poderão responder pela porcentagem restante em função do tipo, das características da irradiação dos efeitos e da localização da obra.

**Artigo 8º** - No caso de pavimentação, e outras de melhoramento, para os proprietários do imóvel de esquina, será calculado proporcionalmente às testadas, prolongando-se até o limite da bisectriz do ângulo da via pavimentada.

**EXEMPLO**

**Artigo 9º** - O Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos será dividido em etapas, finicamente independentes que poderão englobar uma ou mais ruas próximas. Cada etapa será uma obra e será denominada por um número.

**Artigo 10º** - Os melhoramentos, a serem executados através do Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos, serão executados de forma direta pela Prefeitura, ou indireta, obedecendo-se ao princípio da licitação para escolha da empresa a ser contratada.

**Artigo 11º** - Antes do início da execução do melhoramento, os interessados serão convocados por edital, para examinar o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, o plano de custos e os valores correspondentes.

**Parágrafo Único** - Após a publicação do edital, os interessados serão contados pessoalmente para, se aderirem ao Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos, firmarem contratos de financiamento com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A.

**PAGAMENTO PELOS MUNICÍPIOS**

**Artigo 12º** - O valor do melhoramento, atribuído a cada proprietário do imóvel beneficiado, poderá ser pago em uma só parcela ou financiada através do CMUR - Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. dentro das condições por esta estabelecidas.

**Parágrafo 1º** - No caso de pagamento em uma parcela, o valor deverá ser recolhido junto à CMUR - Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., em conta especial denominada Prefeitura Municipal, que será considerada depositária.

**Artigo 13º** - A Prefeitura responderá pela parte do custo do melhoramento que não for assumida pelos proprietários beneficiados com o plano.

-continua-



6  
LUP

**-Lei Municipal nº 1.442-  
continuação**

**Parágrafo 1º -** Os valores correspondentes à responsabilidade tratada no "caput" deste artigo, serão cobrados pela Prefeitura, dos proprietários não aderentes ao plano, a título de tributo.

**Parágrafo 2º -** A Prefeitura Municipal, poderá incentivar o pagamento dos serviços prestados diretamente por ela, à vista pública, quando a proposta de obra destinada à aplicação do tipo de trabalho de análise, os proprietários que aderirem ao Plano Comunitário de Melhoramentos - PCM ou que efetuarem pagamento à vista quando do recebimento da obra.

**Parágrafo 3º -** A isenção de que trata o parágrafo anterior não se aplica aos proprietários que aderirem ao Plano Comunitário de Melhoramentos - PCM, bem como aos custos dos serviços contratados de terceiros.

**VINCULAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS**

**Artigo 16º -** O valor total contratado, comprometido ou pago em uma parcela e os financiados, será creditado pela CMEM em conta corrente, em nome da Prefeitura Municipal e vinculada a cada etapa do Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos.

**Artigo 17º -** O valor tratado no artigo anterior, será liberado pela CMEM S.A. para livre movimento da Prefeitura em etapas, nos valores e importâncias por ela definidas e comunicadas às Prefeituras através da PROCLAMAÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE RECURSOS.

**Parágrafo 1º -** A liberação mencionada no "caput" deste artigo, será efetuada mediante correspondência da Prefeitura atestando que a obra encontra-se em estágio que comporta o pagamento parcial solicitado.

**Parágrafo 2º -** O saldo porventura existente no final de cada etapa do Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos, ingressará na receita municipal.

**RESPONSABILIDADES**

**Artigo 18º -** É de inteira responsabilidade da Prefeitura a contratação, execução, fiscalização, qualificação e pagamento da obra a ser executada através do Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos.

**Artigo 19º -** Fica a Prefeitura autorizada a comparecer como responsável, observados os limites de endividamento - continua -



**Lei Municipal nº 1.441 -  
continuação**

mento estabelecidos na Resolução nº 62/75 com as alterações introduzidas pela 03/76, ambos do Senado Federal, pelas contrapartidas que os proprietários firmaram junto a CUBEP - Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A.

**Parágrafo 1º** - A responsabilidade constante deste artigo prevalecerá somente após esgotadas todas as medidas de ordem administrativa para o recebimento das importâncias devidas.

**Parágrafo 2º** - Fica a CUBEP autorizada a cobrar de qualquer conta da Prefeitura as das cotas de IMUS ( Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), a serem recolhidas pelo Município, os valores decorrentes da responsabilidade tratada neste artigo.

**Parágrafo 3º** - Para possibilitar a execução do procedimento tratado no parágrafo anterior, as operações efetuadas dentro do Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos 24, sob vinculação ao Convênio firmado entre a CUBEP - Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. e o SANHSA - Banco do Estado de São Paulo S.A. em 27.04.64.

**Parágrafo 4º** - Para a cobrança da dívida assumida pela Prefeitura, proveniente da responsabilidade constante deste artigo, serão observadas as disposições da Lei nº 6032/66.

**Artigo 16º** - Fica a Prefeitura autorizada a contrair empréstimos junto a CUBEP & Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., para o pagamento de qualquer importância por ela devida em razão do plano ora implantado.

**DIVULGAÇÃO**

**Artigo 17º** - Toda divulgação promovida pelo Município deverá conter os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO  
PLANO COMUNITÁRIO MUNICIPAL DE MELHORAMENTOS  
AGENTE FINANCIERO: CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO  
DE SÃO PAULO S.A.**

**Artigo 20º** - Fica revogada a Lei Municipal nº 1.234 de 09 de setembro de 1969.

**Artigo 21º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de General Salgado, 24 de abril de 1990.

-Dr. Norival Cabrera Rodero-

-Prefeito Municipal



DUR

1942

**"LEI MUNICIPAL Nº 1.442 DE 24 DE ABRIL DE 1990"**

**"Dispõe sobre majoração de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado e dá outras providências".**

**EX. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇIONA E PROMULGA A SEQUENTE LEI:**

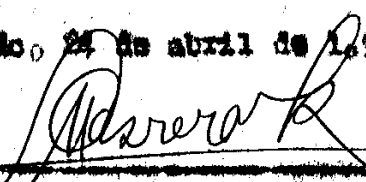
**Artigo 1º - Ficam majorados em 50% (cinquenta por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de abril de 1990.**

**Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verbas próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.**

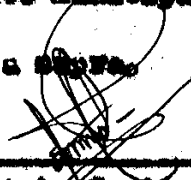
**Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 1990.**

**Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 24 de abril de 1990.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Sr. Norival Cabrera Roderio-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Anísio Costa-**  
**Secretário**



**LEI MUNICIPAL Nº 1.443 DE 17 DE MAIO DE 1.990-**

**"Dispõe sobre revogação de Leis Municipais e dá outras providências".**

**DR. NORIVAL CAHRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Ficam revogadas as seguintes**

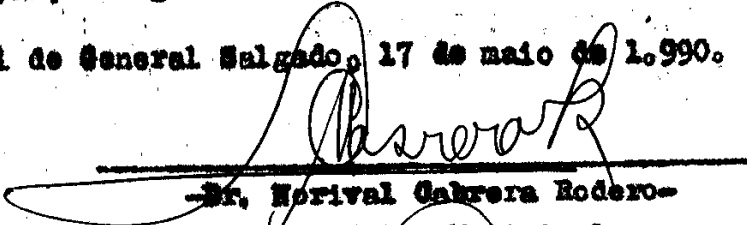
**Leis Municipais:**

- Lei Municipal nº 1.189 de 23.02.84, que autoriza a concessão de auxílio-moradia à Juiz de Direito.
- Lei Municipal nº 1.297 de 05.10.84, que autoriza a concessão de auxílio-moradia à Delegado de Polícia.
- Lei Municipal nº 1.272 de 09.09.88, que autoriza a concessão de auxílio-moradia à Promotor Público.
- Lei Municipal nº 1.393 de 22.02.89, que autoriza a concessão de auxílio-moradia ao Delegado de Serviço Militar.

**Artigo 2º - Os beneficiários que estiverem em gozo do benefício, terão seus direitos preservados até o vencimento dos atuais contratos.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 17 de maio de 1.990.**

  
**-Dr. Norival Cahrera Roderio-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-**  
**secretário**



**Autoriza a celebração de convênio, aditamento e/ou retificação com a Secretaria de Estado de Promoção Social para reforma e/ou ampliação de NÚCLEO DE PROMOÇÃO SOCIAL - CENTRO COMUNITÁRIO no distrito de Prudêncio e Moraes, neste Município".**

**M. FERNAL GABRIEL RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de General Salgado autorizada a celebrar Convênio, Aditamento e/ou Retificação, com a Secretaria de Estado de Promoção Social do Estado de São Paulo, para a reforma e/ou ampliação de um Núcleo de Promoção Social - Centro Comunitário, no distrito de Prudêncio e Moraes, neste Município, à Rua João Prudêncio da Cunha, nº 1.**

**Artigo 2º - O Núcleo de Promoção Social de que trata o artigo anterior, será reformado e/ou ampliado em terreno próprio municipal, cujo terreno com benfeitorias, possui a seguinte descrição perimétrica: medindo 25,00 metros de frente e de fundos por 40,00 metros de frente aos fundos, perfazendo um total de 1.036,00 metros quadrados, confrontando pela frente com a Rua João Prudêncio da Cunha, nos fundos e por um lado com Natal da Cunha Alves ou sucessores, por outro lado com Anísio de Deus Gonçalves e espólio de Justino Bernardino ou sucessores.**

**Artigo 3º - O Núcleo de Promoção Social - Centro Comunitário destina-se exclusivamente ao atendimento da população carente em faixa etária própria para desenvolvimento de:**

- a) programas da Secretaria de Estado de Promoção Social e da Prefeitura Municipal;**
- b) programas públicos e privados e atividades de interesse da comunidade referentes aos setores de promoção social, saúde e nutrição, recreação e lazer.**

**Artigo 4º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Executivo Municipal**



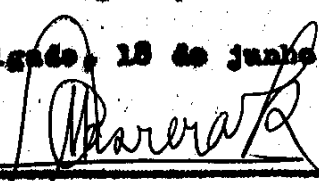
**-Lei Municipal nº 1.444/90-****-continuação-**

autorizada a proceder a abertura dos créditos especiais que se fizerem necessários.

**Artigo 3º -** Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar novos Termos de Aditamento ou retificação, bem como complementar a referida dotação, quando novos recursos forem destinados àquelas obras pela Secretaria de Estado de Promoção Social.

**Artigo 4º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

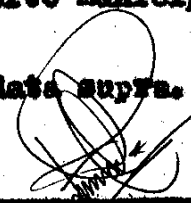
Prefeitura Municipal de General Salgado, 18 de junho de 1.990.

---

**-Sr. Norival Cabrera Rodero-**  
**Prefeito Municipal**

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

---

**-Anísio Costa-**  
**secretário**



LEI MUNICIPAL Nº 1.445 DE 22 DE JUNHO DE 1.990

**"Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado e dá outras providências".**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Ficam aumentados em 20% (vinte - por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de junho de 1.990.**

**Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão à conta de verbas próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.**

**Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 1.990.**

**Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 22 de junho de 1.990.**

  
**-Dr. Norival Cabrera Roderio-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data 23/6/90.**

  
**-Anisio Costa-**  
**secretário**



JMR

-LEI MUNICIPAL Nº 1.447 DE 16 DE JULHO DE 1990-

**"CRIA O PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL"**

DR. NORIVAL CAHERRA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIÓN E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**Artigo 1º - Fica criado o PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (PRONDI), que destina a incentivar a instalação e ampliação de indústrias, no Município.**

**§ 1º - Para a realização desse objetivo o Executivo Municipal fica autorizado a doar ou ceder bens imóveis do Patrimônio Público Municipal, bem como conceder benefícios fiscais previstos nesta lei, às firmas individuais e às sociedades mercantis que vierem a instalar sua indústria neste Município, ou então ampliar suas instalações, de forma a aumentar a demanda da mão de obra e a arrecadação da receita pública.**

**Artigo 2º - Para a consecução dos objetivos desta lei, fica criado o Conselho Diretor do Projeto para o Desenvolvimento Industrial (PRONDI), a quem incumbe o planejamento, direção e execução do PRONDI, constituído de 9 (nove) membros, a saber:**

- 1.- de um representante da Câmara de Vereadores;
- 2.- de um representante da Associação Comercial e Industrial;
- 3.- de quatro pessoas de livre escolha do Prefeito Municipal, dentre elas, obrigatoriamente, um industrial, um advogado e um engenheiro;
- 4.- de um representante do Sindicato Rural;
- 5.- de um representante do Rotary Club;
- 6.- de um representante do CAESP - Grupo de Apoio e Estudo, Planejamento e Desenvolvimento do Município.

**§ 1º - O Conselho Diretor do PRONDI terá um Presidente designado pelo Prefeito Municipal dentre os seus membros.**

**§ 2º - As entidades referidas neste artigo - indicarão ao Prefeito Municipal os membros que a representarão.**

-continua-



**-Lei Municipal nº 1.447/90-  
-continuação-**

**§ 3º - Os membros do Conselho Diretor do PRODEI não perceberão vencimentos ou remuneração de qualquer natureza e suas funções constituirão serviço público municipal relevante.**

**Artigo 3º - Ao Conselho Diretor do PRODEI compete, dentre outras funções inerentes e atribuídas pelo Prefeito Municipal examinar, na ordem cronológica de apresentação, os pedidos de habilitação dos favores desta lei, elaborando parecer, em cada caso, dentro de 15 (quinze) dias, para apreciação e julgamento do Prefeito Municipal.**

**Artigo 4º - O Conselho Diretor do PRODEI reunir-se-á ordinariamente um vez por mês, e, extraordinariamente sempre que convocado por seu presidente ou pelo Prefeito Municipal.**

**Parágrafo Único - Na sua primeira reunião, o Conselho Diretor do PRODEI elaborará seu regulamento interno, submetendo-o à aprovação do Prefeito Municipal.**

**Artigo 5º - Os interessados na obtenção dos favores desta lei apresentarão o seu projeto ou plano de instalação de sua indústria, ou de transferência, ou ampliação, quem de for o caso, mediante requerimento, dirigido ao Prefeito Municipal, instruído com os seguintes documentos:**

**I - quando se tratar de pessoa jurídica:**

**a) fotocópia autenticada dos atos constitutivos e posteriores alterações arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo;**

**b) certidão negativa de protestos, da distribuição judicial e antecedentes criminais dos Diretores ou Proprietários, em seu último domicílio, referentes a 5 anos;**

**c) comprovação da idoneidade financeira da empresa ou de seus diretores;**

**d) planta e memorial descritivo das edificações a serem feitas e planos de expansão.**

**II - quando se tratar de pessoa física, juntamente com o requerimento, serão anexados os seguintes documentos:**

**a) certidão negativa de protestos e dos cartórios distribuidores civis e criminais do domicílio do requerente, referente a cinco anos;**

**-continua-**



*LMR*

-Lei Municipal nº 1.047/90

-continuação-

b) comprovação de sua idoneidade financeira;  
c) planta e memorial descritivo das edificações a serem feitas e plano de expansão.

**Parágrafo Único** - Aprovado o plano, a pessoa física deverá providenciar dentro de 30 (trinta) dias a efetiva constituição da sociedade comercial ou firma individual, reque-  
rendo a juntada ao processo de habilitação das respectivas certifi-  
cados fornecidos pela Junta Comercial.

**Artigo 6º** - Com aprovação prévia do Conselho Diretor do PRODEI, área de indústrias, poderão instalar-se no -  
Distrito Industrial ou área industrial, oficinas e firmas presta-  
doras de serviços específicos ou gerais, depósitos, armazéns ou  
congeladores.

**Parágrafo Único** - Para a aprovação de insta-  
lações previstas neste artigo serão obedecidos os critérios do  
Artigo 5º, seus incisos e parágrafo único.

**Artigo 7º** - A empresa que for habilitada, -  
perderá os benefícios fiscais, constantes desta lei, caso, sem -  
motivo justificado:

- a) paralise por mais de 6 (seis) meses, as  
atividades da nova indústria;
- b) reduza o número de empregados;
- c) venda, no todo ou em parte, o maquinário  
da nova indústria.

**Parágrafo Único** - As causas de perda dos be-  
nefícios concedidos por esta lei serão apurados através do pro-  
cesso administrativo.

**Artigo 8º** - Para os fins previstos nesta lei,  
o Executivo Municipal fica autorizado a:

I - doar dos terrenos que pertencem ao ve-  
nham a pertencer ao Patrimônio Municipal, não necessários à in-  
stalação dos equipamentos urbanos, de natureza social ou admi-  
nistrativa, exceção feita às áreas do domínio público;

II - desapropriar, na forma da lei, áreas ru-  
rais ou urbanas para a formação de distrito industrial ou área -  
industrial, procedendo, se necessário, abertura de crédito adici-  
onal especial, obedecendo as disposições legais atinentes.

§ 1º - As áreas de terreno doadas não pode-  
rão ser alienadas no prazo de 5 (cinco) anos, sem autorização do

-continua-



**-Lei Municipal nº 1.447/90-  
-continuação-**

Conselho Diretor do PRODHI, exceções, porém, a hipótese do parágrafo 4º deste artigo.

§ 2º - Em nenhuma hipótese a área poderá ser vendida para fins que não sejam diretamente ligados aos objetivos colimados nesta lei.

§ 3º - A inobservância do disposto no § 1º deste artigo implicará na perda do imóvel doado, retenção de bens, feitorias úteis ou necessárias, sem direito à indenização, resguardado ainda o direito de perdas e danos, por parte do Executivo.

§ 4º - As áreas dos terrenos doados na forma desta lei poderão ser hipotecadas para garantia dos financiamentos concedidos exclusivamente por entidades do Sistema Financeiro Nacional em favor dos donatários, e destinados às atividades objeto da doação, hipótese em que não se aplicará a proibição de alienação prevista no parágrafo 1º do artigo 8º e as disposições constantes do artigo 1º desta lei.

Artigo 9º - A construção deverá ser iniciada dentro do prazo de 3 (três) meses, contados da escritura definitiva, podendo, com aprovação prévia do PRODHI, prorrogar por mais 3 (três) meses.

Artigo 10º - O início operacional das atividades industriais deverá dar-se dentro de 15 (dezoito) meses, no máximo contados da data da escritura definitiva.

Artigo 11º - O ramo de atividade industrial não poderá oferecer qualquer perigo à saúde pública ou a poluição do meio ambiente, ficando a empresa obrigada ao tratamento dos resíduos industriais.

Artigo 12º - Constituirão parte integrante da escritura de cessão ou de doação de terreno feita na conformidade da presente lei, as cláusulas que mencionem as condições referidas no § 1º, 2º e 3º do artigo 8º, e os artigos 7º, 9º, 10º, 11º e 12º.

Artigo 13º - Reverterão ao Patrimônio Municipal os terrenos objetos da cessão ou doação, inclusive benfeitorias feitas, cujos prazos estabelecidos na forma dos artigos 9º e 10º hajam caducado, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial.

Artigo 14º - A distribuição de áreas para as

-continua-



79

*MR*

-Lei Municipal nº 1.447/90-  
-continuação-

da empresa obedecerá:

- a) às exigências técnicas de localização;
- b) às exigências técnicas de construção;
- c) às necessidades de instalação.

Parágrafo Único - Todos esses fatores serão examinados pelo Departamento ou Setor de Obras Públicas do Município, cujo parecer será submetido à apreciação do Conselho Diretor do PRODHI.

Artigo 15º - Ficará isenta de todos os impostos municipais, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a empresa industrial que se estabelecer no Distrito Industrial, desde que requerida o favor fiscal e obtenha parecer favorável do Conselho Diretor do PRODHI.

Artigo 16º - A Prefeitura Municipal estenderá às suas empresas, até o Distrito Industrial ou área industrial oriundas de conformidade com esta lei, as redes de energia elétrica, de água, de esgotos e galerias pluviais, de forma a colocar à disposição das indústrias essas melhorias.

Artigo 17º - As empresas habilitadas e beneficiadas pelo PRODHI serão prestadoras pelo Município, os seguintes serviços:

- a) execução de serviços de limpeza do terreno e de terraplanagem gratuitos para fins de início de obras;
- b) execução de vias de acesso que fizerem necessárias para adaptar-se a área do terreno ao fim a que se destina;

- c) isenção de emolumentos relativos à aprovação de projetos.

Artigo 18º - A partir de 1.991 e exercícios seguintes serão anualmente fixadas dotações orçamentárias específicas para continuidade do PRODHI.

Artigo 19º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de General Salgado, 16 de julho de 1.990.

*Dr. Norival Carneiro Rodero*  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria na data supra.

*Anísio Costa*  
Secretário



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.446 DE 03 DE JULHO DE 1.990-**

**"Autoriza a Prefeitura Municipal de General Salgado a receber, mediante repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido".**

**DR. NORIVAL CARRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELEI SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a:**

**I - Receber, através do repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros a fundo perdido, procedentes do Tesouro do Estado.**

**II - Assinar com a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo o convênio necessário à obtenção dos recursos financeiros previstos no Inciso I deste artigo, bem como as cláusulas e condições estabelecidas pela referida Secretaria.**

**III - Abrir crédito adicional especial para fazer face às despesas com a execução da (s) obra(s).**

**Parágrafo Único - A cobertura do crédito autorizado no Inciso III será efetuada mediante a utilização dos recursos a serem repassados.**

**Artigo 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinam-se à pavimentação de vias públicas urbanas.**

**Artigo 3º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir no referido convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.**

**Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**  
**Prefeitura Municipal de General Salgado, 03 de julho de 1.990.**

**Dr. Norival Carrera Roderio -  
Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

**Anísio Costa  
secretário**



"LEI MUNICIPAL Nº 1.448 DE 09 DE AGOSTO DE 1.990-

"Dá denominação especial a Próprio Municipal".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

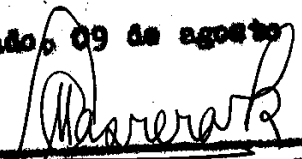
Artigo 1º - Fica denominado "Professor PAULO RICOY DE CAMARGO" o P.A.S. - Posto de Atendimento de Saúde do distrito de Nova Castilho.

Artigo 2º - A denominação de que trata o artigo 1º, será constante de placa alusiva a esta homenagem, a ser instalada na fachada do prédio.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de agosto de 1.990.

  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anisio Costa-  
secretário



*MIR*

**LEI MUNICIPAL Nº 1.449 DE 09 DE AGOSTO DE 1.990-**

**"Dá denominação especial a Próprie Municipal".**

DR. NORIVAL CABRERA RODRIGO, Prefe-  
te Municipal de General Salgado, Es-  
tado de São Paulo, usando das atri-  
buições que lhe são conferidas por  
lei.

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

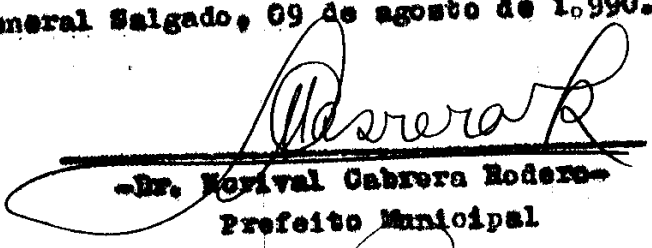
**Artigo 1º - Fica denominado "JOÃO ROBERTO"  
o P.A.S. - Posto de Atendimento de Saúde, do distrito de São  
João de Itacuna.**

**Artigo 2º - A denominação de que trata o  
artigo 1º, será constante de uma placa alusiva a esta homenagem,  
a ser instalada na fachada do prédio.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação.**

**Artigo 4º - Revogam-se as disposições em  
contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de agosto de 1.990.**

  
-Dr. Norival Cabrera Rodrigo-  
Prefeito Municipal

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
-Anísio Costa-  
secretário



LEI MUNICIPAL Nº 1.450 DE 09 DE AGOSTO DE 1.990

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o DER".

DR. NORIVAL CAHERRA RODERO, Prefeito -  
Municipal de General Salgado, Estado  
de São Paulo, usando das atribuições  
que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU  
SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a  
celebrar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do  
Estado de São Paulo (DER), objetivando a construção de uma Base  
Operacional da Polícia Militar Rodoviária, no Km 543 + 500 m, -  
da SP-310 no Município de General Salgado.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo, desde logo,  
autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participa-  
ção na obra, competindo-lhe como responsabilidades:

a) construir, às suas expensas, de acordo com o  
projeto elaborado pelo DER e local determinado, a Base Operacio-  
nal, mencionada na presente lei, comunicando ao DER, por escri-  
to e com antecedência de 10 (dez) dias, a data do início dos  
trabalhos.

b) promover a desapropriação, amigável ou judi-  
cial, das áreas porventura necessárias às obras e serviços e  
doá-las ao DER, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

c) fornecer todo o material, mão-de-obra e en-  
cargos sociais decorrentes, necessários à realização dos servi-  
ços.

d) restabelecer, se for o caso, tão logo conclu-  
ídas as obras e serviços, as condições técnicas da faixa de do-  
mínio do DER, relativamente ao pavimento, à sinalização (verti-  
cal e horizontal), ao paisagismo (revestimento vegetal), à gre-  
nagem (superficial e subterrânea), à colocação de cercas divisó-  
rias porventura danificadas e demais providências para o perfei-  
to escoamento do tráfego rodoviário.

e) implantar, às suas expensas e sob a orienta-  
ção do DER, esquemas de segurança e sinalização locais, adequa-  
dos aos serviços de que trata a presente lei, de sorte a previr  
danos a terceiros e às propriedades públicas e ou privadas.

-continua-



continuação-

assegurando a realização dos trabalhos e o perfeito escoamento -  
do tráfego rodoviário.

f) responder pelos danos porventura causados a  
terceiros e às propriedades públicas e ou privadas, decorrentes da  
execução dos trabalhos.

g) respeitar a fiscalização do DMR e cumprir -  
nos prazos estabelecidos, as notificações expedidas, cumprindo-se  
a reparar defeitos e ou sanar irregularidades, sob pena de ineti-  
da paralisação dos trabalhos, com isenção para o DMR, de respon-  
sabilidades ou ônus por prejuízos que possam advir.

h) submeter ao prévio conhecimento e aprovação  
do DMR, quaisquer modificações de projeto.

i) entregar ao DMR, tão logo concluídas e me-  
diante instrumento próprio, livres e desembaraçadas de quaisquer  
ônus, as obras e serviços objeto deste convênio.

Artigo 3º - O Município nada tem a reivindicar  
ou receber do DMR, presente ou futuramente, em razão dos traba-  
lhos a serem executados.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execu-  
ção desta lei, correrão à conta de recursos financeiros próprios  
consignados na lei orçamentária vigente, e suplementados se ne-  
cessários.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de agosto de 1.990.

  
-Dr. Rogival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.451 DE 09 DE AGOSTO DE 1.990**

**"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transformar o terreno institucional em domínial e dá outras providências".**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

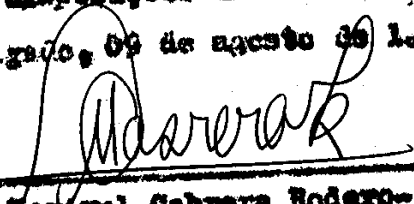
**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEQUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transformar de institucional para domínial o seguinte terreno:**

**"Um terreno de forma irregular, localizado no loteamento "Vila Maron", nesta cidade, com área de 869,93 metros quadrados, dentro das seguintes medidas e confrontações: - medindo de um lado 11,70 metros confrontando com a Avenida José Luiz Marques Neto, de outro lado medindo 88,57 metros confrontando com a propriedade de Mário Antonio Cunha; por outro lado medindo 88,50 metros confrontando com os lotes nº 01, 06, 07 e 12; e finalmente medindo 7,94 metros confrontando com a Avenida Salustiano Luiz Marques".**

**Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**  
**Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de agosto de 1.990.**

  
**-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-  
secretário**



8  
MR

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.452 DE 13 DE AGOSTO DE 1.990-**

**"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a produção e a comercialização de empreendimento habitacional destinado ao atendimento de famílias de baixa renda".**

**DR. NORIVAL CAETHERA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de General Salgado, autorizado a promover a produção e a comercialização de um empreendimento habitacional com até 250 (duzentas e cinquenta) unidades, no loteamento denominado de Orlando Gabriel, localizada nesta cidade, destinada ao atendimento de famílias pertencentes às camadas de mais baixa renda da população municipal.**

**Artigo 2º - Para a consecução dos objetivos desta Lei, fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a:**

**I - Participar do Plano de Ação Imediata para Habitação Popular, instituído pelo Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Ação Social, através da Secretaria Nacional de Habitação e gerido pela Caixa Econômica Federal;**

**II - Firmar contrato com entidades do Sistema Financeiro de Habitação; Agente Financeiro, Agente Promotor, e Entidade Accessória para Atividades Complementares;**

**III - Adquirir terrenos urbanizados e/ou urbanizáveis, na zona urbana ou de expansão urbana deste Município;**

**IV - Promover loteamento, desmembramento e fracionamento dos terrenos adquiridos ou já pertencentes ao Município, criando unidades autônomas ou em condomínio, adequando-as às dimensões permitidas no Plano de Ação Imediata, observada a lei pertinente;**

**V - Participar da construção de moradias populares básicas, unitárias ou em condomínio, com previsão de entrega das respectivas unidades, por parte dos beneficiários finais, independente da renúncia dos demais condôminos, quando for o caso;**

**VI - Promover a comercialização das moradias**  
**-continua-**



produzidas, conforme as normas operacionais editadas pelas entidades gestoras do Sistema Financeiro da Habitação;

VII - Contrair empréstimo habitacional, se for o caso e oferecer as garantias exigidas pelo Agente Financeiro, para a execução do empreendimento, firmando em nome do Município todos os instrumentos necessários, inclusive os constitutivos de ônus hipotecários, incidentes sobre os terrenos destinados ao empreendimento;

VIII - Representar a dívida contraída aos beneficiários finais, com a consequente outorga da escritura de alienação;

IX - Dar prioridade especial à tramitação dos processos relativos ao empreendimento, no âmbito da Administração Municipal, favorecendo a aprovação dos respectivos projetos, observadas as exigências mínimas de legislação local;

X - Promover, se for o caso, a obtenção da autorização de endividamento, junto ao Banco Central do Brasil - ou Senado Federal, quando o Município for o tomador dos recursos financeiros para o empreendimento, nos termos da Resolução nº 94/89, do Senado Federal e legislação aplicável;

XI - Fornecer materiais e executar, às expensas do Município, obras de infra-estrutura, especialmente as de saneamento, essencialmente, meio-fio, extensão da rede de energia elétrica, abastecimento de água potável e esgotos sanitários, assim como as relativas aos equipamentos e serviços urbanos básicos nas áreas de saúde, educação, lazer, segurança e outros.

Artigo 3º - É vedada a participação, nos programas beneficiados por esta Lei, de famílias que sejam proprietárias, promitentes compradores, arrematantes dos direitos de aquisição ou que sejam detentores de regular domínio útil de outro imóvel residencial no Município ou fora dele.

Artigo 4º - Como medida de barateamento dos custos das habitações, em benefício das famílias contempladas com o Programa, fica o empreendimento habitacional, em todas as suas etapas, isento de quaisquer impostos, taxas, contribuição de melhoria e enclaves municipais, cessando a isenção após a conclusão e a entrega das moradias aos beneficiários finais.

Artigo 5º - Para a execução desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a dispor das

continua-



8  
MR

-Lei Municipal nº 1.452-  
-construção-

anexo : complementarias especificas, remanejadas em virtude da estrutura de créditos especiais, se for o caso.

Artigo 6º - O empreendimento habitacional a ser beneficiado especificamente pessoas da baixa renda residentes no Município, que não possuam outro imóvel residencial e que a renda familiar seja de até 05 (cinco) salários mínimos.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 11 de agosto de 1990.

  
-Dr. Marival Cabreru Rodero-

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data 11/8/90

  
-Anisio Costa-  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.431 DE 22 DE AGOSTO DE 1.990**

**"Altera o item b, do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.427 de 20 de novembro de 1.989".**

Eu, **HORIVAL CABRERA RODERO**, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

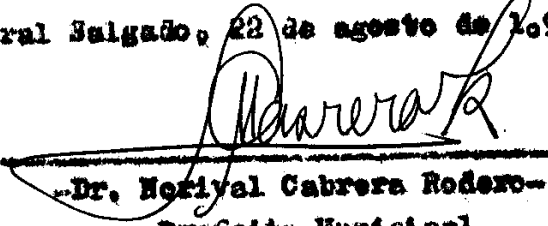
**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM SANÇÃO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O item "b" do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.427 de 20 de novembro de 1989, passa a ter a seguinte redação:**

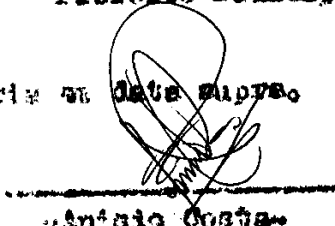
**"b - abrir créditos suplementares, até o limite de 200% (duzentos por cento), do Orçamento da Despesa, nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 4.380/64".**

**Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 22 de agosto de 1.990.**

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Horival Cabrera Roderio**  
Prefeito Municipal

**Publicada e registrada na secretaria na data supra.**

  
\_\_\_\_\_  
**Antonio Costa**  
Secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.224 DE 31 DE AGOSTO DE 1938**

**Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado e dá outras providências.**

**SR. HORIVAL CAMERÁ BERNES, Prefeito Municipal de General Salgado, do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM SEUS TERMOS E PRÉVIO A SEUS VOTOS LEI:**

**Artigo 1º - Ficam aumentados os salários (salários por tempo) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de agosto de 1938.**

**Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta de verbas próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.**

**Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 1938.**

**Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 31 de agosto de 1938.**

  
**-Sr. Horival Camerá Bernes-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na Secretaria em data supra.**

  
**-Américo Costa-**  
**secretário**



1455

**"LEI MUNICIPAL Nº 1.455 DE 03 DE SETEMBRO DE 1.990"**

**"Dispõe sobre delimitação do perímetro urbano da sede do Município de General Salgado e dá outras providências".**

**DR. NORIVAL CARRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O perímetro urbano da sede do Município de General Salgado, passa a ser o constante da seguinte redeiro:**

**" Inicia-se no cruzamento do Córrego "Lagoa" com a rodovia Feliciano Salas Cunha - SP-310; daí segue pelo veio do referido Córrego até encontrar o eixo da Rua Florindo Venâncio; daí vira à direita e segue até encontrar o eixo da Estrada Municipal que liga o Povoado de Nova Palmira à General Salgado; daí vira à esquerda e segue pelo eixo da referida estrada até encontrar o eixo da Avenida Salustiano Luis Marques; do eixo da Avenida Salustiano Luis Marques segue pelo eixo da Estrada Municipal que liga General Salgado ao Distrito de Nova Castilho na distância de 270,00 metros; daí vira à esquerda e segue paralelo a Avenida Salustiano Luis Marques até entrar o eixo da Rua Leoncio da Cunha Viana; daí vira à direita paralelo ao eixo da Avenida Orlando Vientes na distância de 200,00 metros e segue ainda paralelo ao eixo da Rodovia SP-310 na distância de 200,00 metros até o Km 543 + 400 metros; daí vira à esquerda e transpõe a SP-310 numa distância de 500,00 metros do eixo da mesma; daí vira à esquerda seguindo paralelo ao eixo da SP-310 até encontrar o Córrego da Lagoinha; daí sobe pelo veio do mesmo até encontrar o ponto de partida".**

**Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**  
**Prefeitura Municipal de General Salgado, 03 de setembro de 1.990.**

  
**-DR. Norival Carrera Roderio-  
 Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data 03/09/90.**

**Américo Costa  
 Secretário**



MR<sup>9</sup>

**LEI MUNICIPAL Nº 1.426 DE 11 DE SETEMBRO DE 1972**

**"Que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a produção de conjuntos habitacionais de interesse social, destinados ao atendimento de 250 (duzentos e cinquenta) famílias de baixa renda".**

**DR. NORIVAL CAMBIRA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM SANÇÃO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de General Salgado, autorizado a promover a produção de conjuntos habitacionais de interesse social, com até 250 (duzentos e cinquenta) unidades, localizados neste Município, destinados ao atendimento de famílias pertencentes às camadas de mais baixa renda da população municipal.**

**Art. 2º - Para a consecução dos objetivos desta Lei, fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a:**

**I - Participar do Plano de Ação Imediata para Habitação Popular, instituído pelo Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Ação Social, através da Secretaria Nacional de Habitação e gerido pela Caixa Econômica Federal;**

**II - Firmar convênio e/ou contrato com entidades do Sistema Financeiro da Habitação: Agente Financeiro - Caixa Econômica Federal, Agente Promotor - Cooperativa Habitacional ou Construtora e Entidade Assessora para Atividades Complementares;**

**XII - Doar terrenos urbanizados e/ou urbanizáveis, na zona urbana ou de expansão urbana deste Município, mediante prévia avaliação do imóvel, previsão de encargos a serem cumpridos por parte do(a) donatário(a) e estipulação de prazo para seu cumprimento, condicionando a validade do ato ao efetivo cumprimento das responsabilidades assumidas no instrumento de doação pelo(a) donatário(a), sob pena de retrocessão do bem doado ao patrimônio do município;**

**IV - Promover loteamento, desmembramento e fracionamento dos terrenos adquiridos ou já pertencentes ao Município, criando unidades autônomas ou em condomínio, obedecendo às dimensões permitidas no Plano de Ação Imediata, visando**



**-Lei Municipal nº 1.456-**  
**-continuação-**

a Lei pertinente;

V - Participar da construção de moradias populares básicas, unitárias ou em condomínio, com previsão de ampliação das respectivas unidades, por parte dos beneficiários de crédito, independente da existência dos demais condôminos, quando for o caso;

VI - Promover a comercialização das moradias produzidas, conforme as normas operacionais editadas pelas entidades gestoras do Sistema Financeiro de Habitação;

VII - Contratar supratina habitacional, se for o caso e oferecer as garantias exigidas pelo Agente Financeiro, para a execução de empréstimo, firmadas em nome do Município todos os instrumentos necessários, inclusive os constitutivos e atos hipotecários, incidindo sobre os terrenos destinados ao empreendimento; VIII - Repassar a dívida contraída aos beneficiários finais, com a consequente entrega da escritura de alienação;

IX - Dar prioridade especial à tramitação dos processos relativos ao empréstimo, no âmbito da Administração Municipal, favorecendo a aprovação dos respectivos projetos, observadas as exigências mínimas de legislação local;

X - Promover se for o caso, a obtenção de autorização de endividamento, junto ao Banco Central do Brasil ou Banco Federal, quando o Município for o tomador dos recursos financeiros para o empréstimo, nos termos da Resolução nº 94/89, do Banco Federal e legislação aplicável;

II - Fornecer materiais e executar, as despesas do Município, obras de infraestrutura, especialmente as de arruamento, encanilhamento, gás e esgotos, extensão da rede de energia elétrica, abastecimento de água potável e esgotos sanitários, assim como as relativas aos equipamentos e serviços urbanos básicos nos áreas de crédito, educação, lazer, segurança e outras;

Art. 3º - É vedada a participação, no programa beneficiado por esta Lei, de famílias que sejam proprietárias, promitentes compradoras, possuidoras dos direitos de aquisição ou que sejam detentoras de regular domínio útil de outra imóvel residencial no município ou fora dele, ou que não se enquadrem, por qualquer forma, nas normas do Sistema Financeiro de Habitação - Sistema Econômico Federal.

-continua-



33  
MK  
Fls. 1.

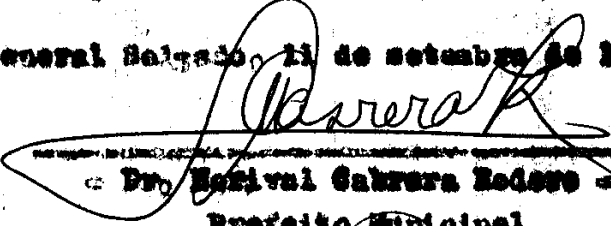
**«Lei Municipal nº 1.436»**  
**«continuação»**

**Art. 4º -** Como medida de barateamento das custas das habitações, em benefício das famílias contempladas com o Programa, fica o empreendimento habitacional, em todas as suas etapas, isento de quaisquer impostos, taxas, contribuições de melhoria e encargos municipais, cessando a isenção após a conclusão e a entrega das unidades ao beneficiários finais.

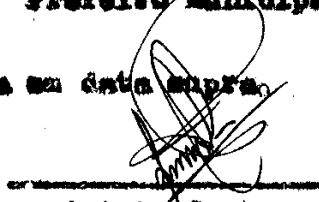
**Art. 5º -** Para a execução desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a dispor das dotações orçamentárias necessárias, contratar ou promover a abertura de créditos especiais, se for o caso.

**Art. 6º -** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 11 de setembro de 1.990.

  
« Dr. Natalval Cabrerá Redero »  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
« Anísio Costa »  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.457 DE 11 DE SETEMBRO DE 1.990**

**"Autoriza a alienação de imóvel que especifica, por doação à COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CUEU".**

**SR. NORIVAL CAHNERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de General Salgado, autorizada a alienar à COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CUEU, por doação, sem quaisquer ônus ou despesas para essa, inclusive as decorrentes de Escrituras, registros, certidões, taxas, impostos e emolumentos, o seguinte imóvel situado na cidade de General Salgado, distrito e município do mesmo nome, Comarca de General Salgado, constituído de 66,125,00 m<sup>2</sup>.**

**"Inicia-se no marco denominado de nº 01 - gravado no cruzamento da Avenida João Garcia com a Rua Reinaldo Antonio Soligo; daí segue rumo 09º00'SW na distância de 25,00 metros até o marco de nº 02 divisando com a Av. João Garcia; daí vira à esquerda rumo 81º00'SE na distância de 25,00 metros até o marco de nº 03 divisando com Mário Antonio Cunha; daí vira à direita rumo 09º00'SW na distância de 17,00 metros até o marco de nº 04 divisando ainda com Mário Antonio Cunha; daí vira à direita rumo 81º00'NW na distância de 25,00 metros até o marco de nº 05 divisando ainda com Mário Antonio Cunha; daí vira à esquerda rumo 09º00'SW na distância de 170,10 metros até o marco de nº 06 divisando com a Av. João Garcia; daí vira à esquerda rumo 61º16'SE na distância de 293,60 metros até o marco de nº 07 divisando com a via de acesso à subestação da CESP-Companhia Energética de São Paulo; daí vira à esquerda rumo 34º42'NE na distância de 21,80 metros até o marco de nº 08 divisando com a CESP-Companhia Energética de São Paulo; daí vira à esquerda rumo 13º25'NE na distância de 169,10 metros até o marco de nº 09 divisando com Oswaldo Manoel Dias; daí vira à direita rumo 26º58'NE na distância de 73,25 metros até o marco de nº 10 divisando ainda com Oswaldo Manoel Dias; daí vira à esquerda rumo 78º45'NW na distância de 234,50 metros até o marco nº 11 divisando com o loteamento**



**Lei Municipal nº 1.990**

**-continuação-**

to Vila Maron; daí virá à direita rumo 090°00'00"N na distância de 61,50 metros até o marco de nº 12 divisando com a Avenida José Luiz Marques Neto; daí virá à esquerda rumo 015° 00'00"W na distância de 89,00 metros até o marco de nº 01 marco inicial divisando com a Rua Reinaldo Antonio Soligo, Matrícula nº 1.378 do ORI de General Salgado.

Art. 2º - A Doação a que se refere a presente Lei, será feita para que a CDHU destine o imóvel doado às finalidades previstas na Lei nº 905 de 18 de dezembro de 1975.

Parágrafo Único - A doação será irrevogável e irretroatável, salvo se for dada ao imóvel, destinação diversa da prevista na mencionada Lei.

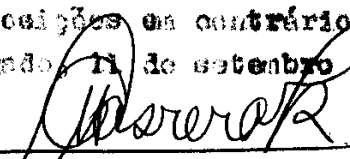
Art. 3º - A Prefeitura Municipal se obrigará, na Escritura de Doação, a responder pela evicção do imóvel, devendo desapropriação e indenização por desapropriação é doatária CDHU se, a qualquer título, for reivindicada por terceiros ou anulada a primeira doação, tudo sob pena para a CDHU.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal doadora - fornecerá à CDHU, toda a documentação e esclarecimentos que se fizerem necessários e fornecidos antes e após a Escritura de Doação.

Art. 5º - Na Escritura de Doação deverão constar, obrigatoriamente, todas as cláusulas e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 6º - Enquanto estiverem no domínio da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO IMPELACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, os bens imóveis, móveis e os serviços integrantes do Conjunto Habitacional que ela implantar neste Município, ficam isentos de tributos.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de General Salgado, 11 de setembro de 1.990.

  
-Dr. Nivaldo Cabreira Rodero-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data 11/09/90

  
-Rui de Fátima-  
Secretário



2458

**"LEI MUNICIPAL Nº 1.426 DE 11 DE SETEMBRO DE 1.990-**

**"Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio e/ou Contrato com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO - DE SÃO PAULO - CUSU".**

**MR. NORIVAL GARRERA ROSERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM MANEIRO E FOMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º - Para a implantação do programa de construção de casas populares destinadas à população de baixa renda deste Município, com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CUSU, fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer Convênio e/ou Contrato com a referida Entidade, de qual constarão, entre outras, as seguintes cláusulas, ficando-se com responsabilidade do Município:**

- I - Executar as suas despesas as obras de terraplanagem, inclusive locação de -**  
**maquinaria, quadras, lotes e infra-estrutura;**
- II - Desenvolver junto as concessionárias de Serviço Público, de Água e Esgoto e -**  
**Energia Elétrica e outras entidades relacionadas a que o Município pertencer, o trabalho necessário à implantação dos**  
**sistemas básicos e apresentar os termos de Compromisso de que serão executados os projetos e as redes respectivas, para abastecimento de água e lançamento de esgoto, das unidades habitacionais, e energia elétrica, anteriormente ou -**  
**concomitantemente à construção das unidades;**
- III - Adotar as providências para que todas as despesas decorrentes de: certidões, -**  
**encargos, taxas, aprovação de plantas de loteamento e das construções, coleta -**  
**taça de "LIMPEZA", com referência à área de terreno e do respectivo mapeamento**

**-continua-**



9

*MR*

**Lei Municipal nº 1.458**  
**- continuação -**

**-Residencial, e todos os impostos e taxas incidentes sobre terrenos e/ou construções, quando ainda de propriedade da CMU, seja de exclusiva responsabilidade e ônus da Prefeitura e/ou isenta de pagamentos.**

**Art. 2º - O programa habitacional será aplicado em gleba de propriedade da CMU.**

**Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de Genesil Salgado 11 de setembro de 1990**

  
**Horival Cabrera Rodas**

**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria na data supra.**

  
**Anísio Costa**  
**Secretário**



459

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.432 DE 21 DE SETEMBRO DE 1990-**

**"Dá nova redação ao artigo 79 da Lei Municipal nº 795/74, de 02 de abril de 1974 (Código de Posturas Municipais)".**

**DR. NORIVAL CAMBRA RODRIG, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de SP. Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E NEM SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O artigo 79 da Lei Municipal nº 795/74, de 02 de abril de 1974 (Código de Posturas Municipais), passa a ter a seguinte redação:**

**"Art. 79 - Todos os terrenos da Zona Urbana da cidade deverão ser fechados com muros subterâneos e fundados, grades de ferro ou de madeira, assentes sobre alvenaria, devendo ter uma altura mínima de 1,80 metros ( um metro e oitenta centímetros).**

**Parágrafo 1º - Os proprietários de terrenos urbanos que fazem frente para ruas que possuem guias e sarjetas e não tiverem muros, grades de ferro ou madeira e calçadas serão notificados a construí-los no prazo de noventa (90) dias.**

**Parágrafo 2º - Os proprietários que deixarem as fachadas das casas e muros sujos ou danificados, bem como os que não tiverem calçadas ou se tiverem danificadas serão punidos com multa prevista no parágrafo 4º deste artigo.**

**Parágrafo 3º - Todos os proprietários que possuírem casas, muro e calçamento em bom estado de conservação serão agraciados com descontos no Imposto Predial e Territorial - Urbano - IPTU.**

**Parágrafo 4º - Todos os proprietários de imóveis urbanos que estiverem enquadrados nos Parágrafos 1º, 2º e 3º e não atenderem o prazo de notificação serão punidos com multa de 1 a 5 VFR (Valor Financeiro de Referência), bem como perda do desconto no IPTU, conforme regulamento que fixará através do Decreto, as formas e prazos para o pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária.**

**Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**  
**Prefeitura Municipal de General Salgado, 21 de setembro de 1990.**

**-Dr. Norival Cambrá Rodrigues-**



1460

*MR*

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.460 DE 21 DE SETEMBRO DE 1.990-**

**"Autoriza o Executivo Municipal a alienar mediante licitação, - uma cabine usada (sueta) de caminhão Mercedes-Benz, ano 1959, - pertencente ao patrimônio público municipal".**

**DR. NORIVAL GABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar mediante o competente processo de licitação, - uma cabine de caminhão Mercedes-Benz, ano de fabricação 1959, - pertencente ao patrimônio público municipal.**

**Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 21 de setembro de 1.990.**

  
**-Dr. Norival Gabriela Roderer-  
Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-  
secretário**





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.461 DE 21 DE SETEMBRO DE 1.990-**

"Cria cargos no Quadro de Pessoal Civil e Permanente da Prefeitura Municipal de General Salgado, altera referências e dá outras providências".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Ficam criados no Quadro de Pessoal Civil e Permanente da Prefeitura Municipal de General Salgado, mais os seguintes cargos:

- CARPinteIRO- Nível I à VI - Ref. 11 à 28 - Padrão E, 1 cargo;
- CHEFE DE SERVIÇOS- Nível I à VI - Ref. 29 à 45 - Padrão E - 1 cargo;
- AUXILIAR LANÇADORIA- Nível II à VII - Ref. 31 à 48 - Padrão E - 1 cargo;
- SERVENTE - Nível I à VI - Ref. 01 à 18 - Padrão E - 10 cargos;
- TELEFONISTAS- Nível I à VI - Ref. 04 à 21 - Padrão E - 05 cargos;

Artigo 2º - As referências referentes aos cargos abaixo discriminados ficam alteradas conforme segue:  
CHEFE DE LIXO - N-I à VI, P-E, Ref. 08 à 25 passa para Ref. 14 à 31;  
ESCRITURÁRIO - N-I à VI, P-E, Ref. 03 à 20 passa para ref. 11 à 28;  
ESCRITURÁRIO - N-II à VII, P-E, Ref. 11 à 28, passa para Ref. 13 à 30.

Artigo 3º - Os proventos de aposentadoria de sephor José Theodoro Fernandes para de Cr\$ 17.960,44 para Cr\$ 19.119,20 mensais.

Artigo 4º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta de verbas próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de General Salgado, 21 de setembro de 1.990.

*Norival Cabrera Roder*  
-Dr. Norival Cabrera Roder-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data *21/9/90*.

*Anisio Costa*  
Anisio Costa  
Secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.452 DE 21 DE SETEMBRO DE 1.990**

" dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado e das outras providências".

Eu, NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Ficam aumentados em 15% (quinze por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de setembro de 1.990.

Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de verbas próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 1.990.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 21 de setembro de 1.990.

  
-Dr. Norival Cabrera Roder-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.461 DE 02 DE OUTUBRO DE 1.990**

**Aprecia a Prefeitura Municipal de General Salgado, a firmar o convênio com o Estado de São Paulo, por meio da Secretária de Justiça, objetivando a reforma do prédio do Fórum deste Comarca**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:**

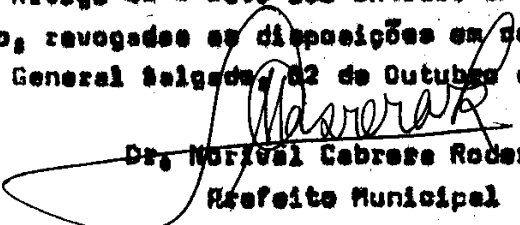
**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de General Salgado, representada pelo seu Prefeito Municipal, autorizada a firmar convênio com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Justiça, com o objetivo de realizar a reforma do prédio do Fórum deste Comarca.**

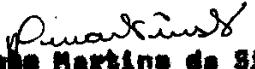
**Artigo 2º - A Prefeitura Municipal, executará, diretamente ou por meio de terceiros mediante licitação, sob sua responsabilidade, as obras referidas nesta lei, nos prazos e nas condições estabelecidas no convênio a ser firmado.**

**Artigo 3º - Os recursos financeiros necessários à execução das obras serão repassados pelo Estado ao Município, depositados em conta especial na forma estabelecida no convênio a ser firmado.**

**Artigo 4º - Esta lei Entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. General Salgado, 02 de Outubro de 1.990.**

  
**Dr. Norival Cabrera Roderio**  
**Prefeito Municipal**

**Publicado e registrado na Secretária em data supra.**

  
**Divanete Martins da Silva**  
**Sec. Substituta**



103  
*MR*

**LEI MUNICIPAL Nº 1.464 DE 02 DE OUTUBRO DE 1.988**

**" Autoriza a celebração de convênio com a Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social para construção de prédio para instalação de NÚCLEO DE PROMOÇÃO SOCIAL, no Distrito de Nova Castilho, neste Município "**

**DR. NORIVAL CABRERA RUDERO, Prefeito/**  
**Municipal de General Salgado, Estado/**  
**de São Paulo, usando das atribuições/**  
**que lhe são conferidas por lei,**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E**  
**ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de**  
**General Salgado, autorizada a celebrar Convênio e Termos de Adju-**  
**taamentos com a Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social**  
**do Estado de São Paulo, para construção de um prédio para instala-**  
**ção de um Núcleo de Promoção Social à Rua Euclides de Cunha, no -**  
**Distrito de Nova Castilho, neste Município.**

**Artigo 2º - O Núcleo de Promoção Social de**  
**que trata o artigo anterior será construído em próprio Municipal/**  
**cujo terreno sem benfeitorias, possui a seguinte descrição perime-**  
**trica: Um terreno medindo 392,00 m<sup>2</sup>, constantes dos lotes 17 e 18**  
**de quadra 2 do loteamento sem denominação especial, oneravado na/**  
**Distrito de Nova Castilho, neste Município, medindo 20 metros de**  
**frente e igual metragem nos fundos, por 29,60 metros de frente -**  
**nos fundos, confrontando por um lado com o lote 16, por outro la-**  
**do com a Rua São Paulo, nos fundos com o lote 1 e finalmente pela**  
**frente com a Rua Euclides de Cunha.**

**Artigo 3º - O Núcleo de Promoção Social, -**  
**destina-se exclusivamente ao atendimento da população carente em**  
**faixa etária própria para desenvolvimento de:**

- a) programas da Secretaria do Trabalho e -**  
**Promoção Social e da Prefeitura Municipal;**
- b) programas públicos e privados e ativida-**  
**des de interesse da comunidade referentes aos setores de Promoção**  
**Social, Saúde e Nutrição, Recreação e Lazer.**

**Artigo 4º - Para fazer face as despesas de**  
**correntes de aplicação desta lei, fica o executivo Municipal autu-**  
**rizado a proceder a abertura dos créditos especiais que se fizer/**  
**sem necessário.**

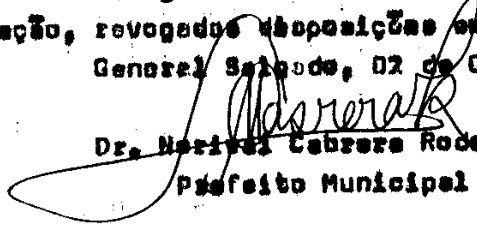


Continuação Lei nº 1.464

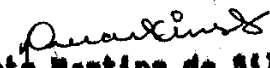
Artigo 5º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar termos de editamento, bem como suplementar a referida dotação, quando novos recursos forem destinados aquelas obras pela Secretaria do Trabalho e Promoção Social.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

General Salgado, 02 de Outubro de 1.990

  
Dr. Norival Cabrerá Rodero  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria em data supra.

  
Divanete Martins de Silva  
Secretária Substituta



105  
MIR

**- LEI MUNICIPAL Nº 1.443 DE 02 DE OUTUBRO DE 1.980 -**

" Autoriza a celebração de convênio com a Secretaria do Estado de Trabalho e Promoção Social para construção de prédio para instalação do NÚCLEO DE PROMOÇÃO SOCIAL no povoado do São Luiz de Japiuba, neste Município.

DR. NORIVAL CABRERA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEQUINTE LEI:

**Artigo 1º -** Fica a Prefeitura Municipal de General Salgado, autorizada a celebrar Convênio e Termos de adiantamentos com a Secretaria do Estado de Trabalho e Promoção Social do Estado de São Paulo, para construção de um prédio para instalação do Núcleo de Promoção Social no povoado de São Luiz de Japiuba, neste Município.

**Artigo 2º -** O Núcleo de Promoção Social a que trata o artigo anterior será construído em Prédio Municipal cujo terreno sem benfeitorias, possui a seguinte descrição geométrica: Um terreno medindo 400,00 m<sup>2</sup>, situado no povoado de São Luiz de Japiuba, neste Município, com frente para a rua Almirante Barroso, tendo 20,00 metros de frente e de fundos 20,00 metros de frente aos fundos, confrontado pelos lados e fundos com os terrenos da municipalidade e pela frente com a cidade Rua Almirante Barroso.

**Artigo 3º -** O Núcleo de promoção Social - destina-se exclusivamente ao atendimento da população carente em faixa etária própria para desenvolvimento de:

a) programas da Secretaria do Trabalho e Promoção Social e da Prefeitura Municipal;

b) programas Públicos e privados e atividades de interesse da comunidade referentes aos setores de Promoção Social, Saúde e Nutrição, Recreação e lazer.

**Artigo 4º -** Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta lei, fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura dos créditos especiais que se fizerem necessários.

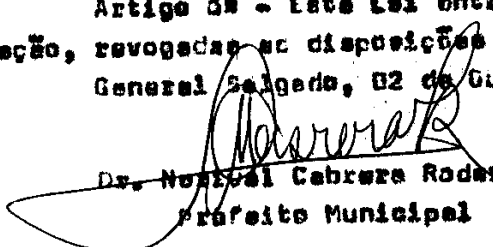
**Artigo - 5º -** Fica o Prefeito Municipal - Autorizado a celebrar Termos de Adiantamentos, bem como suplementar



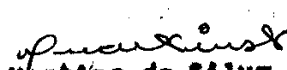
Continuação da Lei nº 1.485

a referida dotação, quando novos recursos forem destinados aquelas obras pela Secretaria do Trabalho e Promoção Social.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, General Salgado, 02 de Outubro de 1.990

  
Dr. Norival Cezar Rodas  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria em data supra

  
Divante Martins da Silva  
Secretária Substituto



107  
*DR*

**- LEI MUNICIPAL Nº 1.466 DE 16 DE OUTUBRO DE 1990 -**  
**" Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Transformar terreno Ins-**  
**titucional em dominial e dá outras providências ".**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito**  
**Municipal de General Salgado, Esta-**  
**do de São Paulo, usando das atribui-**  
**ções que lhe são conferidas por -**  
**lei:**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE GENE-**  
**RAL SALGADO, APROVOU E ELE SANCIONA E PRO-**  
**MULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º- Fica o Chefe do Poder Executi-**  
**vo Municipal autorizado por força desta Lei a transformar de Ins-**  
**titucional para dominial o seguinte terreno:**

**"Um terreno de forma regular, localizado**  
**no loteamento "Parque Iguaçu", com área de 5.742,00 metros qua-**  
**drados, com 87,00 metros confrontando com a Rua Ulderico Voleze,**  
**por outro lado mede 66,00 metros confrontando com a Rua Dr. Bruno**  
**Martins, de outro lado mede 66,00 metros confrontando com a Rua**  
**João Desidério Fernandes e finalmente mede 87,00 metros confrontan-**  
**tando com a Rua Florindo Venâncio".**

**Artigo 2º- As despesas decorrentes com a**  
**execução da presente Lei, correrão à conta de dotação própria do**  
**orçamento municipal vigente.**

**Artigo 3º- Esta Lei entrará em vigor na**  
**data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**  
**General Salgado, 16 de Outubro de 1990.**

*Norival Cabrera Roder*  
**Dr. Norival Cabrera Roder**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e Registrada na secretaria em data supra.**

*Divonete Martins da Silva*  
**Divonete Martins da Silva**  
**Secretária Substituto**



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.467 DE 16 DE OUTUBRO DE 1990 -**

**" Dispõe sobre doação de terreno à Associação de Tradições Rurais de General Salgado e dá outras providências ".**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º-Fica o Poder Executivo autorizado a doar à ASSOCIAÇÃO DE TRADIÇÕES RURAIS DE GENERAL SALGADO, - um imóvel localizado no perímetro urbano desta cidade, constituindo de 5.742,00 metros quadrados, situado no loteamento "Parque Iguatú", tendo a seguinte caracterização: " Terreno de forma regular, com 87,00 metros confrontando com a Rua Uldesires Velez, por outro lado mede 66,00 metros confrontando com a Rua Dr. Bruno Martins, de outro mede 66,00 metros confrontando com a Rua José Desidério Fernandes e finalmente mede 87,00 metros confrontando com a Rua Florindo Venâncio.**

**Artigo 2º- A doação terá prazo de 01 (um) ano para dar à área doada uso aos fins que se destinarem.**

**Parágrafo Único- Decorrido o prazo temporal previsto neste artigo, sem que seja dado uso para fins exclusivos em favor da doação, o imóvel será revertido à municipalidade.**

**Artigo 3º- Os encargos com celebração da escritura definitiva bem como o competente registro correrão por conta da Associação de Tradições Rurais de General Salgado, devendo constar da referida escritura definitiva os encargos a que se refere o artigo 2º da presente lei.**

**Artigo 4º- Fica o Poder Executivo autorizado a consentir, se houver interesse entre partes, na permuta do terreno a ser doado à Associação de Tradições Rurais de General Salgado, conforme dispõe o artigo 1º desta Lei, com a área doada através da Lei nº 1.440 de 24 de abril de 1990, sem prejuízo do disposto no artigo 2º e seu parágrafo único da mesma Lei - nº 1.440 de 24 de Abril de 1.990.**

**Artigo 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**



109  
*DMR*

Continuação Lei nº 1.467.

General Salgado, 16 de Outubro de 1990.

*Dr. Marcelo Cabrerá Rueda*  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria em Data Supra.

*Divanete Martins*  
Divanete Martins de Silva  
Secretaria Substituto



1462

**- LEI MUNICIPAL Nº 1.468 DE 16 DE OUTUBRO DE 1988 -**  
**"Dispõe sobre doação de terreno ao ROTARY CLUBE INTERNACIONAL DE**  
**GENERAL SALGADO e dá outras providências".**

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito-  
Municipal de General Salgado, Estado-  
de São Paulo, usando das atribuições-  
que lhe são conferidas por lei;  
FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**Artigo 1º-** Fica o Poder Executivo autori-  
zado a doar ao ROTARY CLUBE INTERNACIONAL DE GENERAL SALGADO, um-  
imóvel localizado no perímetro urbano desta cidade, constituído-  
de 1.256,69 metros quadrados, situado no loteamento denominado -  
Jardim São Joaquim, confrontando com a Rua "A" atualmente Rua -  
Reginaldo Ribeiro da Silva, onde mede 38,33 metros; por outro la-  
do confrontando com os lotes 1, 2 e parte do lote 3, onde mede -  
27,50 metros; por outro lado confrontando com a Rua "C" atualmen-  
te Rua Florindo Venâncio onde mede 18,37 metros e finalmente con-  
frontando com terreno da Municipalidade, onde mede 45,33 metros, -  
sendo que entre as ruas acima citadas existe uma curva de concor-  
dância com um raio igual a 9,00 metros.

**Artigo 2º-** A doação do imóvel de que tra-  
ta o artigo anterior, destinar-se-á a construção de prédio para  
abrigar a sua sede social.

**Parágrafo Único-** Fica estabelecido o pra-  
zo de 06(seis) meses para início da obra e 1 (um) ano para término  
da mesma.

**Artigo 3º-** Os encargos com celebração da  
escritura definitiva bem como o competente registro correrão por  
conta do ROTARY CLUBE INTERNACIONAL DE GENERAL SALGADO, devendo-  
constar da referida escritura definitiva os encargos a que se re-  
fere o artigo 2º e seu parágrafo Único.

**Artigo 4º-** Fica revogada a Lei Municipal  
nº 1.433 de 20 de dezembro de 1989.

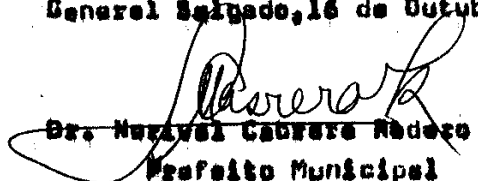
**Artigo 5º-** Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



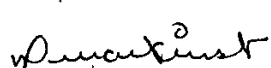
111  
MIR

Continuação de Lei nº 1.462.-

General Salgado, 16 de Outubro de 1998.

  
Dr. Nazareti Cabreira Rêgo  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria em data supra.

  
Divanete Martins da Silva  
Secretaria Substituto



**LEI MUNICIPAL Nº 1.442 DE 16 DE OUTUBRO DE 1972**

**" Autoriza a celebração de convênio com a Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social para construção do prédio para instalação do NÚCLEO DE PROMOÇÃO SOCIAL no povoado de Nova Palmeira, neste Município "**

**DR. NORIVAL CABREIRA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUIR LEI:**

**Artigo 1º- Fica a Prefeitura Municipal de General Salgado, autorizada a celebrar Convênio e Termos de Aditamentos com a Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social do Estado de São Paulo, para construção de um prédio para instalação do Núcleo de Promoção Social no povoado de Nova Palmeira, neste Município.**

**Artigo 2º- O Núcleo de Promoção Social de que trata o artigo anterior será construído em próprio municipal, cujo terreno sem benfeitorias, possui a seguinte descrição perimétrica: "Um terreno constituído de 484,00 m<sup>2</sup>, situado no povoado de Nova Palmeira, com frente para a Rua São João, onde mede 22,00 metros, igual metragem nos fundos por 22,00 metros de frente aos fundos, confrontando por um lado a Rua Central, por outro lado com Aparceria Rodrigues de Souza, nos fundos com Eneak Ribeiro de Carvalho e finalmente pela frente com a citada Rua Central.**

**Artigo 3º- O núcleo de promoção social, destina-se exclusivamente ao atendimento da população carente em faixa etária própria para desenvolvimento dos**

**a) programas da Secretaria de Trabalho e Promoção Social e da Prefeitura Municipal.**

**b) programas públicos e privados e atividades de interesses da comunidade referentes aos setores da Promoção Social, saúde e nutrição, recreação e lazer.**

**Artigo 4º- Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Executivo Municipal -**



113  
*MR*

**Continuação Lei nº 1.462 -**

autorizada a proceder a abertura dos créditos especiais que se -  
fizerem necessários.

Artigo 5º- Fica o Prefeito Municipal autori-  
zado a celebrar Termos de Aditamentos, bem como suplementar a -  
referida dotação, quando novas recursos forem destinados àquelas  
obras pela Secretaria de Trabalho e Promoção Social.

Artigo 6º- Esta Lei entrará em vigor na -  
data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

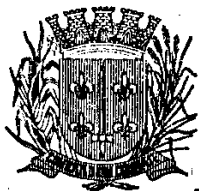
General Salgado, 16 de Outubro de 1990.

*Dr. Nestor Cabrerá Rodere*  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria em Data Supra.

*Divonete Martins*  
Divonete Martins de Silva  
Secretária Substituta





# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI MUNICIPAL Nº 1.470 DE 22 DE OUTUBRO DE 1990**

"Dispõe sobre denominação de Praça Públicas e outras providências".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito-Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

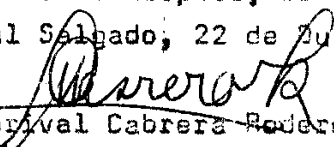
FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - A Praça Pública sem denominação especial existente no Conjunto Habitacional " Rita Marques de Jesus"- COHAB III, nesta cidade passa a denominar-se "PRAÇA CUBATÃO, Cidade Símbolo da Ecologia".


Artigo 2º - Para cobertura das despesas decorrentes com a execução da presente Lei, serão utilizados recursos constantes de dotações própria do orçamento municipal vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Salgado, 22 de Outubro de 1990.

  
Dr. Norival Cabrera Roderio  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria em data supra.

  
Divanete Martins da Silva  
Secretária Substituta

Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.471 DE 22 DE OUTUBRO DE 1990 -**

**"Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado e dá outras providências".**

DR. NORIVAL CABREIRA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Os vencimentos dos funcionários e servidores da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de outubro de 1990, ficam aumentados de acordo com as significações abaixo:

1. - Da referência 01 a referência 21 - 25% (vinte e cinco por cento);
2. - Da referência 22 a referência 32 - 20% (vinte por cento);
3. - Da referência 33 a referência 37 - 15% (quinze por cento);
4. - Da referência 38 a referência 39 - 10% (dez por cento).

Artigo 2º - Os vencimentos dos pensionistas passam a ser o seguintes:

1. - Augusta Maria de Jesus, Avelino Paixão da Silva, Elidia Maria da Cunha e Irma Tenganelli - 25% (vinte e cinco por cento).

Artigo 3º - Os vencimentos dos aposentados abaixo relacionados passam a ser o seguinte:

1. - Adalberto José João Gense - 10% (dez por cento);
2. - Otaviano Biago dos Santos - 20% (vinte por cento);
3. - José Theodoro Fernandes - 20% (vinte por cento);
4. - José Rodrigues Ramargo - 25% (vinte e cinco por cento).

Artigo 4º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à partir de 01 de outubro de 1990.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

General Salgado, 22 de Outubro de 1990.

Dr. Norival Cabreira Roderer  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na

Secretaria em data supra  
Diyaneide Martins da Silva  
Secretaria Substituta



Empleados de la Ley 1.471 de 22 de Octubre de 1970.

TABLA DE REFERENCIAS E SUS RESPECTIVOS VALORES

REFERENCIAS	PADRON	SEPTIEMBRE	OCTUBRO
01	E	11.866,26	14.832,83
02	E	11.866,26	14.832,83
03	E	11.866,26	14.832,83
04	E	11.866,26	14.832,83
05	E	12.219,29	15.274,11
06	E	12.432,42	15.540,33
07	E	13.326,37	16.657,94
08	E	13.882,87	17.353,59
09	E	14.492,69	18.115,81
10	E	14.609,14	18.296,43
11	E	15.327,40	19.139,23
12	E	15.552,37	19.440,46
13	E	16.108,94	20.128,68
14	E	16.459,44	20.824,38
15	E	17.760,60	22.200,73
16	E	17.772,43	22.215,36
17	E	18.601,27	23.291,39
18	E	19.137,77	23.947,21
19	E	19.436,81	24.293,81
20	E	20.459,38	25.819,48
21	E	20.637,38	25.819,48
22	E	22.212,68	26.635,12
23	E	22.789,89	27.251,87
24	E	23.600,88	28.416,96
25	E	23.876,46	28.631,73
26	E	24.876,69	29.832,03
27	E	24.989,17	29.987,80
28	E	27.096,76	32.316,11
29	E	30.342,31	36.450,77
30	E	30.986,32	37.183,38
31	E	33.310,80	39.982,66
32	E	34.034,02	43.264,82
33	E	37.770,88	43.436,51
34	E	38.481,30	44.253,38
35	E	39.428,33	45.342,81
36	E	39.665,34	45.615,14
37	E	42.473,97	53.444,61



*MLR*

**Continuação Lei nº 1.471- 22 de Outubro de 1990.-**

<b>REFERENCIAS</b>	<b>PADRON</b>	<b>SETEMBRO</b>	<b>OUTUBRO</b>
38	E	47.361,60	24.465,84
39	E	55.525,55	61.078,11
40	E	59.202,00	65.122,20
41	E	74.941,58	82.457,74
42	E	88.820,00	97.683,30
43	E	91.743,10	100.939,41
44	E	94.723,20	104.195,52
45	E	97.683,30	107.451,63
46	E	100.643,40	110.707,74
47	E	103.603,50	113.963,85
48	E	106.563,60	117.219,96
49	E	109.523,70	120.476,07
50	E	112.483,80	123.732,18
51	E	115.443,90	126.988,29
52	E	118.404,00	130.244,40
53	E	121.364,10	133.500,51
54	E	124.324,20	136.756,62
55	E	127.284,30	140.012,73
56	E	130.244,40	143.268,84
57	E	133.204,50	146.524,95
58	E	136.164,60	149.781,06
59	E	139.124,70	153.037,17

General Salgado, 22 de Outubro de 1990.

*Dr. Natalval Cabreza Rodera*  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria em Data Supra:

*Divanete Martins de Silva*  
Secretaria Substituta



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.478 DE 08 DE NOVENBRO DE 1.990-**

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termos de Convênio e de Aditamentos com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura".

DR. NORIVAL CAHNERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

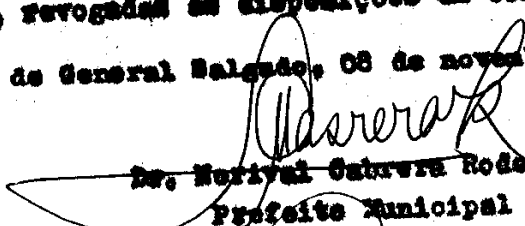
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEQUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de convênio, de aditamentos com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento, objetivando o desenvolvimento de programas ligados a Agricultura.

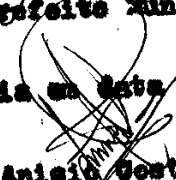
Artigo 2º - Para cumprimento do disposto no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a receber repasses financeiros da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 08 de novembro de 1.990.

  
Dr. Norival Cahnera Roderio  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria na data supra.

  
Anísio Costa  
secretário



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.473 DE 09 DE NOVEMBRO DE 1.990-**

**"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1.991 e dá outras providências".**

**DR. NORIVAL CAMERHA RODRIGO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEQUINTE LEI:**

**Artigo 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1991 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes estabelecidas.**

**Parágrafo Único - As empresas públicas e as sociedades de economia mista somente receberão recursos do Tesouro Municipal através da Lei específica, autorizando a subscrição de aumento de capital ou cobertura de déficit, excetuando o pagamento de serviços prestados.**

**Artigo 2º - A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1991 obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal.**

**§ 1º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.**

**§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, a preço de julho de 1990, considerando os aumentos ou diminuições de serviços.**

**§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas a preço de julho de 1990; considerar-se-ão a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, as quais serão objeto de projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal, até quatro meses antes do encerramento do exercício.**

**§ 4º - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos, não podendo ser paralizados sem autorização legislativa.**

**§ 5º - O pagamento do serviço da dívida de**  
-continua-



**-Lei Municipal nº 1.473-**

**--continuação--**

peçoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O Município aplicará 25% de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino do primeiro grau e pré-escolas.

§ 7º - Constará da proposta orçamentária o produto das operações de créditos autorizados pelo Legislativo, com destinação específica e vinculadas ao projeto.

Artigo 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o plano plurianual aprovado pela Lei nº 1.434 procederá a seleção das prioridades dentro as relacionadas no anexo I integrante desta lei, e se ocupará a prego de julho de 1998.

Parágrafo Único - Poderão ser incluídas programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 4º - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com vigência máxima de um ano, com outras esferas de governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, sem ônus para o Município.

Artigo 5º - As despesas com pessoal da Administração direta e da indireta ficam limitadas a 65% da receita corrente (atendendo ao disposto no artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias).

§ 1º - Entendem-se como receitas correntes para efeitos de limites do presente artigo o somatório das receitas correntes da Administração direta e das receitas correntes próprias da Administração indireta, provenientes de autarquias e fundações públicas, excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para as despesas com o pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração direta e da indireta nas seguintes despesas:

- salários;
- obrigações patronais;
- proventos de aposentadorias e pensões;
- remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- remuneração dos Vereadores;

**--continua--**



131  
JMR

**-Lei Municipal nº 1.473-**

**-continuação-**

§ 3º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração direta, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecendo o limite fixado no "caput".

Artigo 6º - Fica autorizado a concessão de ajuda financeira às entidades relacionadas com fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública nas áreas de saúde, educação e assistência social, a saber: Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora das Dores; Lar, Escola e Grupo Beneditina Nossa Senhora Angélica; Asilo Maria Benedita Nocoli; APAR de General Salgado; Lar Transitório de General Salgado; Associação Maria Salgadense e Associação Comunitária São João Batista de São João de Iracema.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicações apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º - Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar os 30 dias do encerramento do exercício.

§ 3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiveram as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

Artigo 7º - O orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Decreto, compreendendo os fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município.

Artigo 8º - As operações de crédito por antecipação da receita, contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

Artigo 9º - O Prefeito Municipal enviará, até o dia 30 de agosto o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

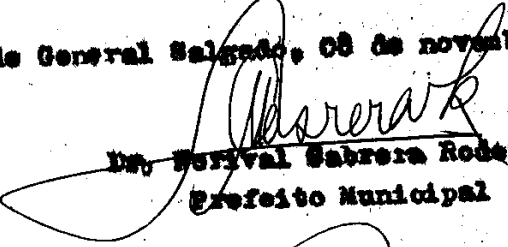
**-continua-**




**-Lei Municipal nº 1.473-**  
**-continuação-**

**Artigo 10º - Esta Lei entrará em vigor na -**  
**data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 08 de novembro de 1.990.**

  
**Dr. Ferival Sabreza Rodere**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**Anísio Costa**  
**secretário**



**LEI 1.4 REESTRUTURANDO ORGANIZATÓRIAS**

**ANEXO I - PDI MUNICIPAL DE 1.971/72**

**Metas e Prioridades para o Município de 1.971**

TÍTULO E FOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
Reforma e ampliação do Pape Municipal	- Instalar adequadamente os vários setores da Administração dando-lhes melhores condições de trabalho.
Aquisição de veículos para a Câmara Municipal	- Melhorar as condições de locomoção das sessões da Câmara.
Aquisição de equipamentos e material permanente	- Equipar as várias unidades administrativas em móveis e equipamentos de trabalho, tornando-as mais eficientes.
Replantação do Sistema Computadorizado	- Modernizar os serviços de controle financeiro, agilizando as informações, e assegurar maior grau de confiança nas de
Construção de salas de aulas	- Dar condições de ensino e criação as idade escolar.
Aquisição de ônibus para transporte de alunos de primeira grau	- Transportar para a zona urbana crianças em idade escolar, residentes em regiões sem escolas de 1ª e 2ª séries.
Construção de cozinha piloto para preparação de merenda escolar	- Obter alimentação satisfatória e de boa qualidade a todos os alunos da rede escolar, da pré-escola e de 1ª grau.
Aquisição de dois caminhões	- Ampliar a coleta de lixo domiciliar na rede do Município.
Construção de um Pronto-Socorro	- Obter melhor assistência médica de emergência à população carente das favelas.
Aquisição de um motorizador e três caminhões	- Complementar a frota de máquinas e renovar a frota de caminhões que se parte já está obsoleta.
Pavimentação de vias públicas	- Melhorar as condições habitacionais na sede do Município, em suas favelas periferias.
Construção de Várzea	- Dar melhores condições para os serviços sanitários e de água.

123



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - LEI MUNICIPAL Nº 1.873/90.

Metas e Prioridades para o Exercício de 1.991

**NÚMERO E NOME DO PROGRAMA**

**OBJETIVOS**

**Implantação do Parque Industrial**

- Dar a população condições de novos trabalhos e ao Município maior arrecadação de impostos.

**Aquisição de terrenos e construção de casas populares**

- Diminuir o déficit habitacional existente no Município.

**Extensão de redes de esgotos e galerias de águas pluviais**

- Oferecer melhores condições para o escoamento das águas pluviais bem como de esgoto sanitário.

**Construção de lagos de tratamento de esgoto**

- Oferecer melhores condições para o tratamento de esgoto sanitário.

**Construção de Praças e Jardins**

- Ampliar o sistema de urbanização em todo o perímetro urbano oferecendo condições satisfatórias para a população.

**Construção de Campos de Futebol**

- Poder proporcionar aos jovens melhores condições para o incentivo ao esporte amador.

**Construção de Armazém Comunitário**

- Dar oportunidade aos pequenos produtores de armazenar sua safra.

**Aquisição de canal retransmissor**

- Dar ao Município as condições de captar as imagens de transmissão de todos os canais de televisão para desenvolvimento cultural do Município.

**Ampliação da rede elétrica no perímetro urbano**

- Eliminar ruas e dar as residências de energia elétrica nas bairras carentes da cidade, assim como esgotamento elétrico para a eletrificação rural das populações e áreas prioritárias.

**Aquisição de terreno p/construção de Pontas Telefônicas para os distritos.**

- Dar apoio a comunicação e as pessoas que vivem nos distritos e povoados melhores condições de comunicação.



# LEI DE ORÇAMENTOS ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO I - LEI MUNICIPAL Nº 1.473/90

Notas e Prioridades para o Exercício de 1991.

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
23	Aquisição de Ambulâncias	- Oferecer um transporte de boa qualidade aos pacientes.
24	Manutenção e ampliação do Centro de Saúde local e os P.A.S. dos distritos, bem como construção de um P.A.S.	- Oferecer aos pacientes melhores condições de atendimento, com população mais carente.
25	Aquisição de equipamentos p/peças semi-artesão	- Ampliar o serviço de abastecimento d'água municipal p/melhorar atendimento e funcionamento.
26	Manutenção de peças semi-artesão, extensão da rede de água e reforma e ampliação das unidades de água	- Ampliar o abastecimento de água na rede do Município para atender a demanda na distribuição.
27	Aquisição de hidrômetros	- Disciplinar o consumo e não desperdiçar água.
28	Construção de Cisternas	- Dar assistência e condições de bem estar a população.
29	Manutenção de Centros Comunitários e reformas	- Dar assistência e condições de bem estar a população.
30	Tráfego das obras do Terminal Rodoviário e construção de estradas para táxis e ônibus	- Atender pessoas que necessitam de se locomoverem para cidades vizinhas em condições satisfatórias a população.
31	Construção de praças para os bairros nos distritos.	- Oferecer aos usuários melhores condições para a comunicação através da cidade.
32	Manutenção de guias e sarjetas, construção de calçadas nos pontos públicos de saída e distritos.	- Ampliar o sistema de urbanização em todo o perímetro urbano, criando condições satisfatórias para a população.
33	Manutenção e ampliação do Mercado Municipal	- Oferecer condições para o estado de animais destinados ao abastecimento da população e para a produção de produtos agrícolas.
34	Incentivo à formação de Cooperativas e Micro-empresas.	- Dar aos produtores agropecuários do Município condições de melhorarem seus produtos, possibilitando melhores condições de venda.



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO I - LEI MUNICIPAL Nº 1.473/90.**

**Metas e Prioridades para o Exercício de 1.991**

Nº DE META	NOME E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
35	Implantação do Viveiro de Madeiras	- Dar apoio ao reflorestamento, com fornecimento de mudas aos proprietários urbanos e rurais.
36	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes e veículos p/o transporte de carne.	- Dar a população condições de saúde e higiene referente ao abastecimento de carne no mercado.
37	Reforma e remodelação das escolas urbanas e rurais	- Dotar o aluno para um melhor aproveitamento nas salas de aula.
38	Aquisição de veículos p/o transporte da Merenda Escolar	- Melhorar o transporte da Merenda Escolar, com melhor qualidade e higiene.
39	Aquisição de equipamentos e material permanente	- Promover a substituição de alguns equipamentos defasados e adquirir materiais e equipamentos novos.
40	Termino das obras do Centro de Esportes	- Dotar o Município de um Centro Esportivo para atender às necessidades e ao desenvolvimento físico e social da juventude.
41	Reforma e ampliação do Centro de Lazer	- Promover o desenvolvimento da população e oferecer melhores condições de lazer e recreação.
42	Construção do prédio da Biblioteca Pública	- Promover o desenvolvimento cultural e social da população estudantil, oferecendo mais de pesquisa e leitura.
43	Criação de Pastureira e Ronda Municipal	- Dar apoio à mineração e cultura do Município.
44	Aquisição de Gabinete Climatológico	- Melhorar, digo, ampliar o atendimento climatológico em todo o Município.
45	Construção de linhas de tubos, bueiros, pontes e mata-barros	- Oferecer aos moradores da zona rural melhores condições de escoamento da produção agrícola.
46	Construção de Galpão para o Alcegarifado e Técnica	- Dar melhores condições de acomodação para os veículos desta municipalidade.
47	Aquisição de máquinas e veículos	- Ampliar a frota existente para poder oferecer à população um serviço de alta qualidade.



**LEI DE DIRETIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO I - LEI MUNICIPAL Nº 1.991/91**

**Notas e Prioridades para o Exercício de 1.991.**

**NÚMERO E NOME DO PROGRAMA**

**OBJETIVOS**

**Constituição de Base Operacional da Polícia Rodoviária**

- Dar a população maior fiscalização nas estradas

**Reforma e manutenção nas máquinas e veículos e aquisição de peças**

- Dar assistência na manutenção dos veículos com reforma em diver-  
sas partes e máquinas e substituição peças.

**Recepção de doações para veículos viaturas**

- Dar assistência administrativa para receber partes de terrenos para  
parqueamento.

**Aquisição de veículos e material permanente pa-  
ra a limpeza pública.**

- Dar melhores condições para a coleta de lixo das ruas da cidade  
para os serviços.

**Senador Salgado, 05 de novembro de 1.991**

*Asserato*  
**Asserato**  
**Prefeito Municipal**

*Asserato*  
**127**



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.474 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1.990-**

**"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de General Salgado para o Exercício de 1.991".**

**DR. NORIVAL CAMERHA ROBERTO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:**

**Artigo 1º - O Orçamento geral do Município de General Salgado, para o exercício financeiro de 1.991, estima a Receita e Fixa a Despesa em Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) discriminados pelos anexos integrantes desta lei.**

**Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do anexo 2, da Lei 4.320/64, com o seguinte desdobramento:**

<b>-RECEITAS CORRENTES</b> .....	<b>Cr\$ 947.030.000,00</b>
Receita Tributária.....	Cr\$ 100.000.000,00
Receita Patrimonial.....	Cr\$ 4.000.000,00
Receita Industrial.....	Cr\$ 21.000.000,00
Transferência Corrente.....	Cr\$ 710.000.000,00
Outras Receitas Correntes.....	Cr\$ 22.030.000,00
<b>-RECEITAS DE CAPITAL</b> .....	<b>Cr\$ 52.970.000,00</b>
Operações de Crédito.....	Cr\$ 30.000,00
Alienação de Bens.....	Cr\$ 200.000,00
Transf. de Capital.....	Cr\$ 12.700.000,00
Outras Rec. de Capital.....	Cr\$ 40.000.000,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b> .....	<b>Cr\$ 1.000.000.000,00</b>

**Artigo 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros PROGRAMA DE TRABALHO E NATUREZA DE DESPESA, que apresentam o seguinte desdobramento:**

<b>1- POR FUNÇÕES DE GOVERNO</b>	
01- Legislativa.....	Cr\$ 30.000.000,00
02- Judiciária.....	Cr\$ 500.000,00
03- Administração e Planejamento.....	Cr\$ 176.500.000,00
04 -Agricultura.....	Cr\$ 12.000.000,00

-continua-



**-Lei Municipal nº 1.474-  
-continuação-**

05- Comunicações.....	Cr\$	24.200.000,00
06- Defesa Nacional e Seg. Pública.....	Cr\$	2.000.000,00
08- Educação e Cultura.....	Cr\$	253.000.000,00
10- Habitação e Urbanismo.....	Cr\$	106.500.000,00
11- Indústria, Comércio e Serviços.....	Cr\$	25.700.000,00
13- Saúde e Saneamento.....	Cr\$	200.500.000,00
15- Assistência e Previdência.....	Cr\$	64.000.000,00
16- Transporte.....	Cr\$	51.500.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA.....</b>	<b>Cr\$</b>	<b>1.000.000.000,00</b>

**2- POR PROGRAMAS**

01- Processo Legislativo.....	Cr\$	30.000.000,00
07- Administração.....	Cr\$	177.500.000,00
16- Abastecimento.....	Cr\$	12.000.000,00
21- Comunicações Postais.....	Cr\$	5.000.000,00
22- Telecomunicações.....	Cr\$	9.000.000,00
23- Defesa Terrestre.....	Cr\$	1.000.000,00
04- Processo Judiciário.....	Cr\$	800.000,00
43- Ensino Fundamental.....	Cr\$	255.700.000,00
44- Ensino Superior.....	Cr\$	300.000,00
45- Ensino Supletivo.....	Cr\$	1.400.000,00
46- Educação Física e Desporto.....	Cr\$	2.000.000,00
48- Cultura.....	Cr\$	2.500.000,00
49- Educação Especial.....	Cr\$	1.400.000,00
60- Serviço de Utilidade Pública.....	Cr\$	111.700.000,00
62- Indústria.....	Cr\$	20.000.000,00
75- Saúde.....	Cr\$	127.000.000,00
76- Saneamento.....	Cr\$	63.500.000,00
81- Assistência.....	Cr\$	5.300.000,00
82- Previdência.....	Cr\$	57.300.000,00
83- Transporte.....	Cr\$	51.500.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA.....</b>	<b>Cr\$</b>	<b>1.000.000.000,00</b>

**3- POR CATEGORIAS ECONÔMICAS**

Despesas Correntes.....	Cr\$	736.400.000,00
Despesas de Capital.....	Cr\$	263.600.000,00
<b>TOTAL DE DESPESAS.....</b>	<b>Cr\$</b>	<b>1.000.000.000,00</b>

**4- POR ORÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

**PODER LEGISLATIVO**

01 - Câmara Municipal.....	Cr\$	30.000.000,00
----------------------------	------	---------------

-continuação-



**-Lei Municipal nº 1.474-  
-continuação-**

**PODER EXECUTIVO**

02 - Chefia do Executivo .....	R\$ 938.000.000,00
TOTAL DA DESPESA.....	R\$ 1.000.000.000,00

**Artigo 4º - O Poder Executivo é autorizado**

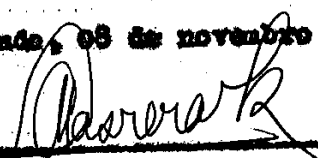
a:

a) realizar operações de créditos por antecipação da Receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita estimada, nos termos da legislação em vigor;

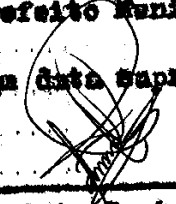
b) abrir créditos suplementares, até o limite de 100% (cem por cento) do Orçamento da Despesa, nos termos do artigo 7º, da Lei nº 4.320/64.

**Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1.991, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 08 de novembro de 1.990.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Sr. Marival Cabrerá Rodere-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Anísio Costa-**  
**secretário**





**LEI MUNICIPAL Nº 1.473 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1.990:**

"Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado e dá outras providências".

DR. NORIVAL CABRERA RODRIGO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM RANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Ficam aumentados em 15% (quinse por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de novembro de 1.990.

Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta de verbas próprias do orçamento municipal vigente, suplantadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 1.990.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 22 de novembro de 1.990.

  
-Dr. Norival Cabrera Rodrigo-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.476 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1.990-**

**"Dá denominação de "CONJUNTO HABITACIONAL MILTON REIRA" ao Conjunto habitacional a ser construído pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, - nesta cidade".**

**Eu, NORIVAL GABRERA ROBERTO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

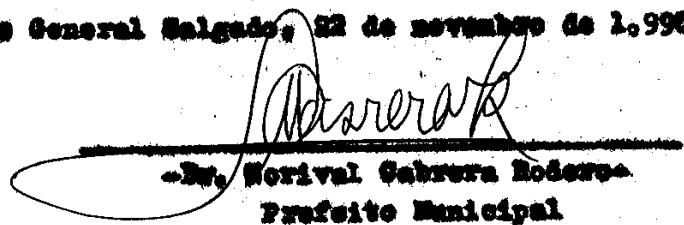
**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM SANÇÃO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O Conjunto Habitacional a ser construído nesta cidade pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - C.D.H.U., passa a denominar-se "CONJUNTO HABITACIONAL MILTON REIRA".**

**Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de verbas próprias e constantes do orçamento municipal.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 22 de novembro de 1.990.**

  
**-Dr. Norival Cabrera Roberto-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-**  
**secretário**



**LEI MUNICIPAL Nº 1.471 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1.990-**

**"Dispõe sobre doação de terreno à TAREXI FRANCISCO PIRES e dá outras providências".**

**DR. NORIVAL CARRERA ROBERTO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEQUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao senhor TAREXI FRANCISCO PIRES com usufruto de seu progenitor Benedito Pires de Moraes, um lote de terreno, situado na Quadra nº 08, designado Lote nº 01, do Loteamento "Jardim Residencial "NAYARA", nesta cidade, com frente para a Rua Florindo Venâncio, medindo um metro e vinte e cinco centímetros (1,25m) de frente; pelo lado direito de quem de frente olha, mede 19,00 metros e confronta com a Rua Maflaúnia Noddozo Castilho; pelo lado esquerdo de quem de frente olha, mede vinte e oito (28,00) metros e confronta com o lote nº 02, pelos fundos mede dez metros e vinte e cinco centímetros (10,25) e confronta com o lote nº 18, com um vale de concordância de 14,44 metros, com a área total de 259,62 metros quadrados.**

**Artigo 2º - O donatário terá o prazo de seis (06) meses para construir no referido lote uma casa residencial.**

**Parágrafo Único - Decorrido o lapso temporal de 06 (seis) meses da promulgação da presente Lei sem que as obras estejam concluídas, o imóvel será revertido ao patrimônio público municipal.**

**Artigo 3º - As despesas com a celebração da escritura definitiva, bem como o competente registro correto - por conta do donatário, devendo constar na escritura definitiva, os encargos a que se refere o artigo 2º desta Lei.**

**Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 07 de dezembro de 1.990.**

  
**-DR. Norival Carrera Roberto-  
Prefeito Municipal**



**"LEI MUNICIPAL Nº 1.478 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1.938"**  
"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transformar ter-  
reno institucional em domínial e dá outras providências".

DR. NORIVAL GABRERA RODRIGS, Prefeito  
Municipal de General Salgado, Estado  
de São Paulo, usando das atribuições  
que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E  
EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

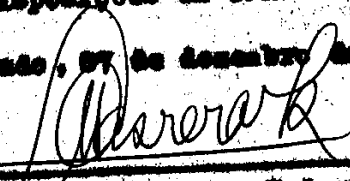
Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo  
Municipal autorizado por força da presente Lei, a transformar de  
institucional em domínial o seguinte terreno de propriedade da  
municipalidade:

"Um terreno de forma triangular, com 77,00-  
metres quadrados, localizado no loteamento denominado "MUNI", -  
nesta cidade, onde mede 7,00 metros para a Av. João Garcia, pelo  
lado direito de quem de frente vê confronta-se com o lote 3 na -  
extensão de 21,02 metros e pelo lado esquerdo de quem de frente  
vê confronta-se com a Rua Rui Barbosa na extensão de 22,00 metros.

Artigo 2º - As despesas decorrentes com a  
execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria  
constante do orçamento municipal vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na da-  
ta de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 27 de dezembro de 1.938.

  
-Dr. Norival Gabriela Rodero-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.479 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1.990**

**"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder em comodato à 3ª CIA. DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, um imóvel de propriedade da municipalidade e dá outras providências".**

**SR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por força desta Lei, a ceder em comodato - por prazo indeterminado à 3ª Companhia da Polícia Militar do Estado de São Paulo, um imóvel de sua propriedade, situado à Rua Vicente Rodrigues Mendonça, esquina da Rua Uláeries Valente, no - Jardim Bela Vista, nesta cidade, que deverá ser utilizado pela - comodatária única e exclusivamente como sede da referida Companhia.**


**Artigo 2º - A municipalidade promoverá à - suas expensas as modificações e adaptações que forem necessárias para a perfeita instalação e funcionamento da referida Companhia.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 07 de dezembro de 1.990.**

  
**-Dr. Norival Cabrera Roder-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-**  
**secretário**



**LEI MUNICIPAL Nº 1.460 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1.990-**

**"Dispõe sobre doação de terreno à ASSOCIAÇÃO DE TRADIÇÕES RURAIS DE GENERAL SALGADO e dá outras providências".**

**SR. NORIVAL CAMERHA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à Associação de Tradições Rurais de General Salgado, para ampliação de suas instalações, um imóvel localizado no perímetro urbano desta cidade, constituído de 1.523,50 metros quadrados, situado no loteamento denominado "Vila Bela", dentro das seguintes divisas e confrontações: "pela frente confronta-se com a Rua Dr. Bruno Martins, onde mede 40,50 metros; pela lado direito de quem dá frente vê, confronta-se com a Associação de Tradições Rurais de General Salgado, onde mede 57,00 metros; pelo lado esquerdo de quem dá frente vê, confronta-se com os lotes nºs 2, 3, 4, 5 e 6 da quadra 7, onde mede 57,00 metros e finalmente pelas fundos confronta-se com a Rua José Basílio Fernandes, onde mede 40,50 metros".**

**Parágrafo Único - A área era doada, em suporte na Lei Municipal nº 1.403 de 06.06.1989, que autorizou o Executivo Municipal a transformar terrenos institucionais em domínios, artigo 1º da lei supra citada.**

**Artigo 2º - A Associação de Tradições Rurais de General Salgado terá o prazo de 01 (um) ano, para dar a área a destinação a que se refere, ou seja, ampliação de suas instalações.**

**Parágrafo Único - Decorrido o lapso temporal de 01 (um) ano da promulgação da presente Lei sem que as obras estejam executadas, o imóvel será revertido ao Município.**

**Artigo 3º - Os encargos com a celebração da escritura definitiva bem como o competente registro correrão por conta da Associação de Tradições Rurais de General Salgado, de-**

**-continua-**

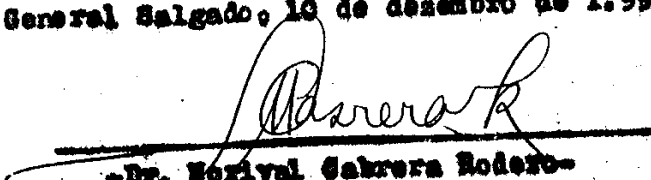


**-Lei Municipal nº 1.480-  
-continuação-**

vendo constar na escritura definitiva, os encargos a que se refere o artigo 2º da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 10 de dezembro de 1.990.

  
-Dr. Norival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.481 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1.990**

**"Dispõe sobre delimitação do perímetro urbano da sede do Município de General Salgado e dá outras providências".**

**EM, NORIVAL CAHERRA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O perímetro urbano da sede do Município de General Salgado, passa a ser o constante do seguinte roteiro:**

**"Inicia-se no cruzamento do Córrego Lagoinha com a Rodovia Feliciano Sales Gunga - SP-310; daí sobe pelo vale do referido Córrego até encontrar o eixo da Rua Florindo Venâncio; daí vira à direita e segue até encontrar o eixo da estrada municipal que liga o povoado de Nova Palmira à General Salgado; daí vira à esquerda e segue pelo eixo da referida estrada até encontrar o eixo da Avenida Imães Bonetto; do eixo da Av. Imães Bonetto segue pelo eixo da estrada municipal que liga General Salgado ao Distrito de Nova Castilho até encontrar o eixo da Avenida Salustiano Luis Marques; do eixo da Av. Salustiano Luis Marques segue pelo eixo da Estrada Municipal que liga General Salgado ao Distrito de Nova Castilho numa distância de 270,00 metros; daí vira à esquerda e segue paralelo a Av. Salustiano Luis Marques na distância de 270,00 metros até encontrar o eixo da Avenida Leoncio da Cunha Viana; daí vira à direita paralelo ao eixo da Avenida Orlando Prestes até encontrar o eixo da Rodovia Feliciano Sales Gunga - SP-310 + 400 metros; daí vira à esquerda e transpõe a referida Rodovia até encontrar o Córrego do Bariti; - daí desce pelo vale do referido Córrego até encontrar a divisa de terreno da Prefeitura Municipal de General Salgado (Matadouro Municipal) com a propriedade de Sr. João Imães da Silva; daí vira à esquerda e sobe por esta divisa até encontrar o eixo da estrada municipal que liga General Salgado ao Córrego da Laje; daí vira à direita e segue pelo eixo da referida estrada até encon-**

**-continua-**



39

-Lei Municipal nº 1.486-  
-continuação-

travessia do ponto de divisa da Sr. Olindo Borges Guimarães com a Sra. Maria Guilhermina Carreira; daí vira à esquerda e desce por esta divisa até encontrar o Córrego da Lagoinha; daí sobre pelo veio do referido Córrego até encontrar o ponto de partida".

Artigo 2º - Fica revogada a Lei Municipal nº 1.455 de 05 de setembro de 1.990.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 10 de dezembro de 1.990.

  
-Dr. Horival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



742-1  
**-LEI MUNICIPAL Nº 1.432 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1990-**

"Dispõe sobre aumento de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica aumentados em 17% (dezesse-  
te por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensi-  
onistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado,  
a partir de 01 de dezembro de 1990.

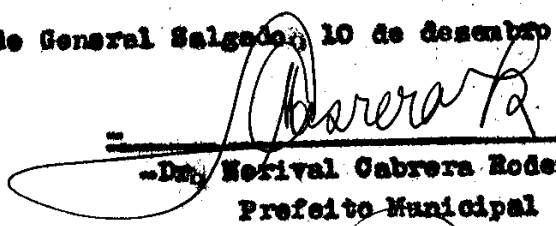
Artigo 2º - Fica elevada para Cr\$ 200,00 (du-  
zentos cruzeiros) o valor de cada quota do Salário-Família e Sa-  
lário-Esposa dos funcionários públicos municipais.

Artigo 3º - Ao Encarregado do INORA será atri-  
buída uma gratificação mensal de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzei-  
ros).

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execu-  
ção da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do or-  
çamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 10 de dezembro de 1990.

  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



141  
*MR*

**"LEI MUNICIPAL Nº 1.483 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1.990"**

**"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder reajuste de vencimentos aos funcionários, servidores, aposentados e pensionistas da Prefeitura Municipal de General Salgado com base nos índices de inflação oficial".**

**Eu, NORIVAL CABRERA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

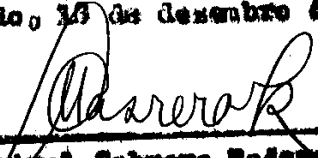
**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder em caráter excepcional no mês de janeiro de 1.991, através de decreto, reajustes de vencimentos aos funcionários, servidores, aposentados e pensionistas da Prefeitura Municipal de General Salgado, no mesmo índice de inflação a ser divulgado pelo Governo Federal.**

**Artigo 2º - Os reajustes serão concedidos de acordo com os índices de inflação do mês anterior a serem divulgados pelo Governo Federal.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 18 de dezembro de 1.990.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Sr. Norival Cabrera Rodriques-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Anísio Costa-**  
**secretário**



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.484 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1.990-**

**"Dispõe sobre doação de terreno à PEDRO ALVES DA ROCHA e dá outras providências".**

**MR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

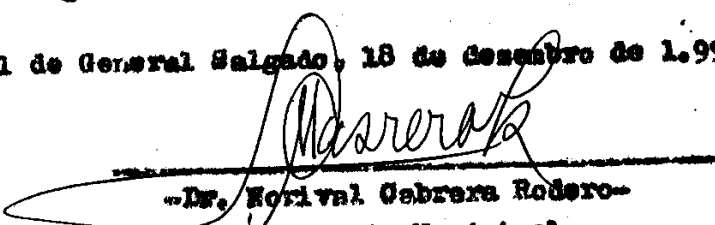
**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por força desta lei, a doar ao Senhor PEDRO ALVES DA ROCHA, um terreno de forma triangular, com 77,00 metros quadrados, localizado no loteamento denominado "BURI", onde mede 7,00 metros para a Avenida João Garcia, pelo lado direito de quem de frente vê confronta-se com o lote 3 na extensão de 21,02 metros e pelo lado esquerdo de quem de frente vê confronta-se com a rua Rui Barbosa na extensão de 22,00 metros.**

**Artigo 2º - As despesas com a celebração da escritura definitiva, bem como o competente registro correrão por conta do donatário.**

**Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 18 de dezembro de 1.990**

  
**-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-  
secretário**



143

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.483 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1.998-**

**"Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com a CDMU e o -  
DOF com anuência da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento -  
Urbano".**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito  
Municipal de General Salgado, Estado  
de São Paulo, usando das atribuições  
que lhe são conferidas por lei.**

**PAGO SAHER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E  
EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal  
autorizado a celebrar convênio com a Companhia de Desenvolvimen-  
to Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDMU e com o  
Departamento de Edificações e Obras Públicas - DOF, com a anuência  
da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano para a im-  
plantação de 03 (três) pontes de perfis metálicos sobre o Córreg-  
o Mundo Novo, Córrego da Cruz e Córrego da Gramma, neste Muni-  
cípio.**

**Artigo 2º - As despesas resultantes desta Lei,  
serão por conta da dotação orçamentária própria.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 19 de dezembro de 1.998.**

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Norival Cabrera Roderio**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
\_\_\_\_\_  
**Anísio Costa**  
**secretário**



**LEI MUNICIPAL Nº 1.486 DE 08 DE JANEIRO DE 1.991**

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a alienar mediante licitação, uma F4 Carregadeira CASE - W7-E de propriedade do Município".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

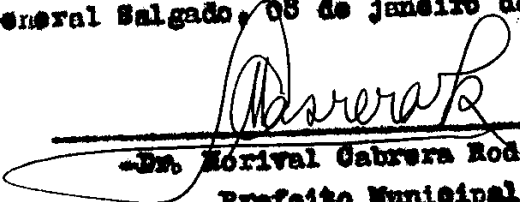
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por força da presente Lei, a alienar mediante o competente processo licitatório, uma F4 Carregadeira, - marca CASE, modelo W7-E, ano de fabricação 1978, de propriedade da municipalidade.

Artigo 2º - A presente alienação não poderá ser inferior à avaliação e ser procedida por uma Comissão a ser nomeada pelo Senhor Prefeito Municipal.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 08 de janeiro de 1.991.

  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



145  
*[Handwritten signature]*

**LEI MUNICIPAL Nº 1.487 DE 06 DE JANEIRO DE 1.991-**

**"Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimos com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, a oferecer garantias e dá providências correlatas".**

**DR. NORIVAL CAMERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SAHER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM SANÇÃO E PROMULGO A SEQUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, operação de empréstimo destinada à execução dos programas PRONURB - Programa de Saneamento para Núcleos Urbanos e PROURB - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de obras e serviços concernentes à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e efluentes sanitários e drenagem urbana no Município, dos programas que integram o Plano de Ação Imediata de Saneamento - País Brasil.**

**Artigo 2º - Para a garantia do principal e acessórios dos empréstimos contraídos pelo Município para a execução das obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade do Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas de quotas do Fundo de Participação dos Municípios e/ou Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação em vigor e, na hipótese de extinção, os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como, na insuficiência, parte dos depósitos bancários, conferindo à CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exigíveis no caso de inadimplemento.**

**Parágrafo Único - Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, na hipótese do Município não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF.**

**-continua-**



**-Lei Municipal nº 1.487-  
-continuação-**

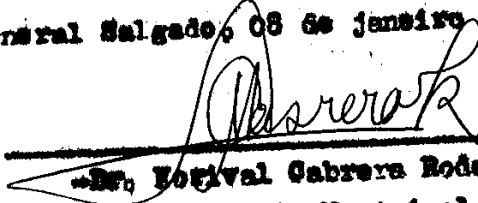
**Artigo 3º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Município, durante os prazos -- que vierem a ser estabelecidos para os empréstimos por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei.**

**Artigo 4º - O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.**

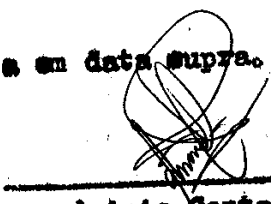
**Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 06 de janeiro de 1.991.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Edival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Anísio Costa-  
secretário**



147  
MP

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.488 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1.991-**  
"Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM SANÇÃO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Ficam reajustados em 20% (vinte e dois por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de fevereiro de 1.991.

Artigo 2º - Para cobertura das despesas decorrentes da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes do orçamento municipal vigente, suplementados oportunamente se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de fevereiro de 1.991.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 19 de fevereiro de 1.991.

  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anisio Costa-  
secretário



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.489 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1.991-**

"Dispõe sobre doação de uma gleba de terras de 12.100 m<sup>2</sup> (doze mil e cem metros quadrados) à GOJAVESA - COMERCIAL JALES DE VEÍCULOS S.A. - Empresa do Grupo Áureo Ferreira e dá outras providências".

DR. NORIVAL CAMEREA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E - ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Público Municipal autorizado a doar à GOJAVESA - COMERCIAL JALES DE VEÍCULOS S.A. - Empresa do Grupo Áureo Ferreira, uma gleba de terras de 12.100 m<sup>2</sup> (doze mil e cem metros quadrados), dentro do perímetro urbano desta cidade, com as seguintes confrontações: " Inicia-se no marco denominado de nº 01 cravado à margem da Rodovia Feliciano Salles Cunha - SP-310; daí segue rumo 5º35'37" NW na distância de 166,70 metros até o marco de nº 02 confrontando com Osvaldo José Marques; daí vira à esquerda rumo 83º14'37" SW na distância de 78,37 metros até o marco de nº 03 confrontando ainda com Osvaldo José Marques; daí vira à esquerda rumo 5º35'37" SE na distância de 121,93 metros até o marco de nº 04 confrontando com a vicinal Jesulino da Cunha Frota; daí vira à esquerda rumo 27º37'13" SE na distância de 20,00 metros até o marco de nº 05 confrontando ainda com a vicinal Jesulino da Cunha Frota e com o trevo da Rodovia Feliciano Salles Cunha - SP-310; daí vira à esquerda rumo 81º23'44" SE na distância de 70,00 metros até o marco de nº 01, marco inicial deste loteiro confrontando com a Rodovia - Feliciano Salles Cunha - SP-310", para nela se instalar, em definitivo, um posto assistencial, com venda de veículos, peças e acessórios neste Município.

Artigo 2º - A GOJAVESA - Comercial Jales de Veículos S.A. terá o prazo de 06 (seis) meses para início das obras e de mais 12 (doze) meses para o término das mesmas.

Artigo 3º - Decorrido o lapso temporal de 18 (dezoito) meses da promulgação da presente Lei sem que as obras estejam concluídas, o imóvel reverterá ao Município.



149  
*[Handwritten signature]*

**-Lei Municipal nº 1.489-  
-confirmação-**

**Artigo 4º - Os encargos com a celebração da escritura definitiva, bem como o competente registro, correrão por conta da Cojaveia - Comercial Jales de V. Sales S.A., devendo constar na escritura os encargos a que se refere os artigos 2º e 3º da presente Lei.**

**Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 19 de fevereiro de 1991.**

*[Handwritten signature: Norival Sabrosa Rodas]*  
**-Dr. Norival Sabrosa Rodas-  
Prefeito Municipal**

**Publênda e registrada na secretaria em data supra.**

*[Handwritten signature: Anísio Costa]*  
**-Anísio Costa-  
secretário**





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**GENERAL SALGADO**

ESTADO DE SÃO PAULO

=LEI MUNICIPAL Nº 1.490 DE 06 DE MARÇO DE 1.991=

"Dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

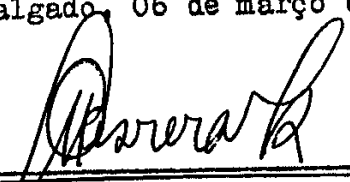
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Esta Lei institui o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, - compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica do Município.


Artigo 2º - Para os fins desta Lei, o Município adotará como legislação própria as disposições do Decreto- / Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, à qual se incorporarão automaticamente todas as alterações posteriores que venham a - ocorrer no citado diploma legal.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 06 de março de 1.991.

  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anisio Costa-  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.491 DE 19 DE MARÇO DE 1991-**

**"Dispõe sobre fixação de horário para funcionamento de estabelecimentos de créditos no Município de General Salgado".**

**DR. NORIVAL GABRIELA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELEI SANÇÃO E PROMULGA A SEQUENTE LEI:**

**Artigo 1º - Os estabelecimentos de créditos instalados ou a se instalarem no Município de General Salgado, - obedecerão, observados os preceitos da legislação federal que regula os contratos de seguro e as condições de trabalho, o seguinte horário para funcionamento e atendimento ao público:**

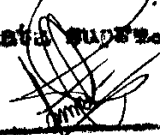
**Das 11,00 às 16,00 horas, de segunda à sexta-feira.**

**Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 19 de março de 1991.**

  
**-Dr. Norival Gabriela Roderio-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-**  
**secretário**



**LEI MUNICIPAL Nº 1.492 DE 03 DE ABRIL DE 1.991-**

**"Institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".**

**DR. NORIVAL CARREIRA RODRIGO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**CAPÍTULO I**

**SEÇÃO I**

**DOS OBJETIVOS**

**Artigo 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de rência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Coordenadoria Municipal de Saúde, que compreendem:**

**I - O atendimento a saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;**

**II - A vigilância sanitária;**

**III - A vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;**

**IV - O controle e a fiscalização das agências e meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em conformidade com as organizações competentes das esferas federal e estadual.**

**SEÇÃO II**

**DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO**

**Artigo 2º - O Fundo Municipal de Saúde ficará subordinado diretamente ao Coordenador Municipal de Saúde.**

**SEÇÃO III**

**DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**Artigo 3º - São atribuições do Coordenador Municipal de Saúde:**

**I - Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabele-**  
**-continua-**



Fls. 02

**-Lei Municipal nº 1.492-  
- continuação -**

as políticas de aplicação dos seus conjuntos com o Conselho Municipal de Saúde;

II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

III - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde, o Plano de Aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesas do Fundo;

V - Encaminhar a contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI - Subdelegar competência aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;

VII - Assinar cheques com o responsável pela Tesouraria, quando for o caso;

VIII - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IX - Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo;

**Artigo III**

**DA COORDENAÇÃO DO FUNDO**

**Artigo 4º - São atribuições do Coordenador do Fundo:**

I - Preparar as demonstrações mensais de receita e despesas a serem encaminhadas ao Coordenador Municipal de Saúde;

II - Manter os controles necessários a execução orçamentária do Fundo referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

III - Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais em cargo ao Fundo;

IV - Encaminhar à contabilidade geral do Município a - Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;

-continua-



**-Lei Municipal nº 1.492-**  
**-continuação-**

b - Trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;

c - Anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo;

V - Fimar, com o responsável pelos controles e execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - Preparar os relatórios de acompanhamento e realização das ações de saúde para serem submetidos ao Coordenador Municipal de Saúde;

VII - Providenciar, junto a contabilidade geral do Município as demonstrações que indiquem a situação econômica e financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII - Apresentar, ao Coordenador Municipal de Saúde a avaliação da situação econômica-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

IX - Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado dos empréstimos feitos para a saúde;

X - Encaminhar mensalmente, ao Coordenador Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção dos serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

XI - Manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde;

XII - Encaminhar mensalmente, ao Coordenador Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção dos serviços prestados pela rede municipal de saúde.

**SEÇÃO IV**

**DOS RECURSOS DO FUNDO**

**SUBSEÇÃO I**

**DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Artigo 3º - São receitas do Fundo:**

I - As transferências oriundas do orçamento da Seguridade Social, como decorrência do que dispõe o artigo 10º, VII, da Constituição Federal;

**-continua-**



Fls. 04.

**-Lei Municipal nº 1.492-  
-continuação-**

**II - Os rendimentos e os juros provenientes de -  
aplicações financeiras;**

**III - O produto de convênios firmados com outras -  
entidades financeiras;**

**IV - O produto da arrecadação da taxa de fiscaliza-  
ção sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infra-  
ções ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas de arrega-  
dação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município  
vier a criar;**

**V - As parcelas do produto da arrecadação de ou-  
tras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de  
prestação de serviços e de outras transferências que o Município  
tenha direito a receber por força de Lei e de convênio no setor;**

**VI - Doações em espécie feitas diretamente para -  
este Fundo;**

**§ 1º - As receitas descritas neste artigo, serão  
depositadas obrigatoriamente em conta especial e ser aberta e  
mantida na agência de estabelecimento oficial de crédito,**

**§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza finan-  
ceira dependerá:**

**I - da existência de disponibilidade em função do  
cumprimento de programação;**

**II - de prévia aprovação do Coordenador Municipal-  
de Saúde.**

**SUPLENÇÃO II**

**DOS ATIVOS DO FUNDO**

**Artigo 6º - Constituem ativos do Fundo Municipal-  
de Saúde:**

**I - Disponibilidade monetária em bancos ou caixa-  
especial oriundas das receitas especificadas;**

**II - Direitos que porventura vier a constituir;**

**III - Bens móveis e imóveis que forem destinados ao  
sistema de saúde do Município;**

**IV - Bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus  
destinados ao sistema de saúde;**

**V - Bens imóveis e móveis destinados a administra-  
ção do sistema de saúde do Município;**



**-Lei Municipal nº 1.498-  
-continuação-**

**Parágrafo Único** - Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

**NUMERAÇÃO XII**

**DO PASSIVO DO FUNDO**

**Artigo 7º** - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para manutenção e funcionamento do sistema municipal de saúde.

**TÍTULO V**

**DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE**

**NUMERAÇÃO I**

**DO ORÇAMENTO**

**Artigo 8º** - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais obrigados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

**NUMERAÇÃO II**

**DA CONTABILIDADE**

**Artigo 9º** - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

**Artigo 10º** - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio concomitantemente e subsequente e de informar, inclusive de apropriação e aplicação dos recursos dos serviços e consequentemente, de controlar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

**Artigo 11º** - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

**-continua-**



157  
*[Handwritten signature]*

Fis. 06.

**-Lei Municipal nº 1.492-  
-continuação-**

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balanços mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

**SEÇÃO VI  
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**SUBSEÇÃO I**

**DA DESPESA**

Artigo 12º - Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Coordenador Municipal de Saúde aprovará e quadra as cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema municipal de saúde.

Parágrafo Único - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no Orçamento e o comportamento da sua execução.

Artigo 13º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decreto do Executivo.

Artigo 14º - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I - financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Coordenadoria ou com ela convenciados;

II - pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participam da execução das ações previstas no Artigo 1º da presente Lei;

III - pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado, para execução de programas ou projetos

**-continua-**



**-Lei Municipal nº 2.422-  
-continuação-**

específicas do setor de saúde, observado o disposto no § 1º, artigo 199 da Constituição Federal;

I V - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V - construção, reforma, ampliação, aquisição e ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;

VIII - atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e irreversível, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no artigo 1º da presente Lei.

**SUPERVÃO II**

**DO FUNDOS**

Artigo 15 - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Artigo 16 - O fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada.

Artigo 17 - As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei, estarão à conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 18 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 05 de abril de 1.991.

**-Dr. Norival Câmara Rodas-**

**Prefeito Municipal**

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

**Assinatura  
Secretário**



**LEI MUNICIPAL Nº 1.493 DE 15 DE ABRIL DE 1991**

**"Dispõe sobre a composição, organização e competência do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências".**

**DR. NORIVAL CARRERA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O Conselho Municipal de Saúde criado pela Lei Orgânica do Município de General Salgado, tem por objetivo o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde.**

**Artigo 2º - O Conselho Municipal de Saúde, como órgão colegiado máximo, exercerá funções de caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo.**

**Artigo 3º - Ao Conselho Municipal de Saúde, integrante da estrutura básica da Coordenadoria Municipal de Saúde compete:**

**I - atuar na formulação da estratégia e no controle da execução da política municipal de saúde;**

**II - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização de serviços;**

**III - acompanhar e controlar a atuação do setor privado da área de saúde credenciado mediante contrato ou convênio;**

**IV - aprovar a instalação de quaisquer novos serviços públicos de saúde, levando-se em consideração a demanda, a cobertura, a distribuição geográfica, o grau de complexidade e a articulação no Sistema Único de Saúde;**

**V - desenvolver proposta e ações dentro do quadro das diretrizes básicas e prioritárias previstas na Constituição Federal, que venham em auxílio da implantação e consolidação do Sistema Municipal de Saúde;**

**VI - deliberar, analisar, fiscalizar e apreciar, em todo o território do Município, o funcionamento do Sistema de Saúde.**



**«Lei Municipal nº 1.493-  
«continuação»**

**Artigo 4º - O Conselho Municipal de Saúde, previsto pelo Coordenador Municipal de Saúde, será composto pelos seguintes membros:**

**I - Administração Pública:**

- a) 2 representantes do Poder Executivo, sendo um membro nato o Coordenador Municipal de Saúde;
- b) 1 representante do Poder Legislativo;
- c) 1 representante da Secretaria de Estado de Saúde;

**II - Entidades de prestação de serviços na área da saúde, com sedes na Prefeitura Municipal de General Salgado:**

- a) 1 representante de instituição hospitalar sem fins lucrativos;
- b) 1 representante de entidades representativas da classe médica;
- c) 1 representante das entidades profissionais de enfermagem, psicologia, odontologia ou serviço social;
- d) 1 representante de associações ou sindicatos de funcionários públicos não universitários da área da saúde;

**III - Vários:**

- a) 1 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- b) 1 representante de associações de doentes deficientes físicos ou mentais;
- c) 1 representante de sindicatos patronais;
- d) 1 representante de clubes de serviços, entidades religiosas ou demais associações da área da saúde;
- e) 1 representante de entidades que congregam as Sociedades Amigos de Bairros, Moradores ou Centros Comunitários;
- f) 1 representante do setor educacional;
- g) 1 representante das Associações de Pais e Mestres;
- h) 1 representante de entidades religiosas.

**Artigo 5º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação**  
-continua-



61  
*[Handwritten signature]*

**«Lei Municipal nº 1.493-  
-continuação-**

das entidades que representam.

§ 1º - Se dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de chamamento através da imprensa, não forem indicados todos os representantes, fica o Prefeito Municipal autorizado a escolher e nomear os membros para fazerem parte do Conselho, devendo os mesmos pertencerem à área específica da entidade de ou grupo de entidades que não atenderam à convocação.

§ 2º - Os membros do Conselho terão mandato de 2 anos.

§ 3º - Os órgãos e entidades referidos no artigo anterior poderão, a qualquer tempo, propor, por intermédio do Coordenador Municipal de Saúde, a substituição dos seus respectivos representantes, a qual deverá ser aprovada pelo Conselho.

Artigo 6º - O exercício das funções dos membros do Conselho Municipal de Saúde será gratuito e considerado serviço relevante à preservação da saúde da população do Município.

Artigo 7º - No prazo máximo de 60 (sessenta) dias após sua instalação, o Conselho Municipal de Saúde elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser homologado por decreto do Executivo.

Artigo 8º - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias de orçamento vigente.

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 15 de abril de 1991.

*[Handwritten signature: Norival Cabreria Rodas]*  
\_\_\_\_\_  
«Norival Cabreria Rodas»  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

*[Handwritten signature: Anísio Costa]*  
\_\_\_\_\_  
«Anísio Costa»  
secretário



**-LEI MUNICIPAL Nº 1.491 DE 15 DE ABRIL DE 1.991-**

**"Dá nova redação ao Parágrafo 1º do Artigo 52, da Lei Municipal nº 1.260 de 30 de outubro de 1985, alterado pela Lei Municipal nº 1.354 de 22 de maio de 1988".**

**DR. NORIVAL CARRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

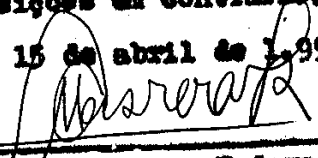
**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O parágrafo 1º do artigo 52, da Lei Municipal nº 1.260, de 30 de outubro de 1985, alterado pela Lei Municipal nº 1.354 de 22 de março de 1988, passa a ter a seguinte redação:**

**"Parágrafo 1º - A área mínima do lote será de 250 m<sup>2</sup>, com exceção dos lotes existentes dentro da área abrangida pelo seguinte roteiro: "Inicia-se na Rua Reinaldo Antonio Soligo esquina com a Avenida José Luis Marques Neto; daí segue pela referida Avenida até a Rua T.V. Globo; daí vira à esquerda e segue pela referida rua até a Avenida João Garcia; daí vira à direita e segue pela referida avenida até a Rua Rui Barbosa; - daí vira à esquerda e segue pela referida rua até a Avenida Antônimo José de Carvalho; daí vira à direita e segue pela referida Avenida até a Rua Antonio Barnabé; daí vira à esquerda e segue pela referida rua até a Avenida Doménico Rêo; daí vira à esquerda e segue pela Avenida Doménico Rêo e Cândido José da Silva até a rua Reinaldo Antonio Soligo; daí vira à esquerda e segue pela referida rua até encontrar a Avenida José Luis Marques Neto, início deste roteiro", que poderão ter uma área mínima de 150 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados).**

**Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 15 de abril de 1.991.**

  
**Dr. Norival Carrera Roderio - Prefeito Municipal**



**LEI MUNICIPAL Nº 1.492 DE 12 DE ABRIL DE 1.991**

Dá nova redação aos artigos 2º, 9º, 15º e 17º da Lei Municipal nº 1.447 de 16 de junho de 1.990, que cria o Projeto para Desenvolvimento Industrial (PRODEI).

MR. NORIVAL CAMERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAC SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIÓN A PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Os artigos 2º, 9º, 15º e 17º da Lei Municipal nº 1.447, de 16 de junho de 1.990, que cria o PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - PRODEI, passam a ter as seguintes redações:

Artigo 2º - Para a consecução dos objetivos desta Lei, fica criada o Conselho Diretor do Projeto para o Desenvolvimento Industrial (PRODEI), a quem incumba o planejamento, direção e execução do PRODEI, constituído de 10 (dez) membros, a saber:

- 1.- de um representante da Câmara de Vereadores;
- 2.- de um representante da Associação Comercial e Industrial;
- 3.- de quatro pessoas de livre escolha do Prefeito Municipal, dentre elas, obrigatoriamente um industrial, um advogado, um engenheiro e um profissional liberal da área da saúde;
- 4.- de um representante do Sindicato Rural;
- 5.- de um representante do Rotary Clube;
- 6.- de um representante do GABEP-Grupo de Apoio, Estudo, Planejamento e Desenvolvimento de Municípios;
- 7.- de um representante da Loja Maçônica.

Artigo 9º - A construção deverá ser iniciada dentro do prazo de três (3) meses, contados a partir da liberação

-continua-



**-Lei Municipal nº 1.495-**

**-continuação-**

ção da área pelo PROMEX, pedindo, com a aprovação prévia deste -  
órgão, ser prorrogada por mais três (3) meses.

**Parágrafo Único** - O Conselho Diretor poderá li-  
berar a área em doação independente de escritura definitiva, ten-  
do o Prefeito Municipal um prazo de seis (6) meses para sua con-  
torga.

**Artigo 15º** - Os direitos adquiridos ficarão -  
isentos de impostos e taxas municipais, exceto o serviço de água  
de conformidade com a presente lei pelo prazo de:

- a - Três anos quando oferecer mercado de traba-  
lho até cinco (5) empregados na média anual;
- b - Cinco anos quando oferecer mercado de traba-  
lho até dez (10) empregados na média anual;
- c - Dez anos quando oferecer mercado de trabalho  
para 25 (vinte e cinco) empregados na média  
anual;
- d - Quinze anos quando oferecer mercado de tra-  
balho para cinquenta empregados na média -  
anual;
- e - Vinte anos quando oferecer mercado de traba-  
lho para cem ou mais empregados na média -  
anual.

**Parágrafo Único** - Considerar-se-á empregados os  
efetivamente legalizados conforme a Lei de Trabalho.

**Artigo 17º** -

- a - isenção de emolumentos relativos à aprovação  
de projetos a nível da Prefeitura Municipal.


**Artigo 20º** - Esta lei entrará em vigor na data -  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 15 de abril de 1.991.

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Norival Cabrera Rodas**

**Prefeito Municipal**

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
\_\_\_\_\_  
**Antão Costa**  
Secretário



**"LEI MUNICIPAL Nº 1.428 DE 26 DE ABRIL DE 1.991"**  
**"Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado".**

DR. NORIVAL GABRERA RODRIG, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

**FAS SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E EM SANÇÃO E PROMULGO A SEQUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica reajustados em 15% (quinze por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de abril de 1.991.**

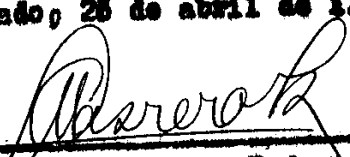
**Artigo 2º - Fica elevado para Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) o valor de cada quota de Salário-Família e Salário-Moradia dos funcionários municipais.**

**Artigo 3º - Para cobertura das despesas com a execução da presente lei serão utilizados recursos constantes do orçamento municipal, suplementado se necessário.**

**Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de abril de 1991.**

**Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 26 de abril de 1.991.**

  
—Dr. Norival Cabrera Rodero—  
Prefeito Municipal

**Publicada e registrada na secretaria na data supra.**

  
—Anisio Costa—  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.497 DE 09 DE MAIO DE 1.991-**

**"Dá denominação de "CONJUNTO HABITACIONAL ORLANDO GABRIEL" ao Conjunto Habitacional a ser construído pela Companhia Habitacional Regional de Interesse Social - CHRIS, nesta cidade".**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

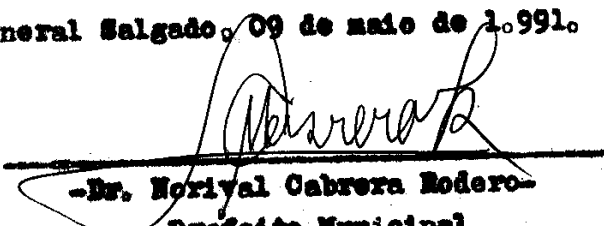
**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O Conjunto Habitacional a ser construído nesta cidade pela Companhia Habitacional Regional de Interesse Social - CHRIS, passa a denominar-se "CONJUNTO HABITACIONAL ORLANDO GABRIEL".**

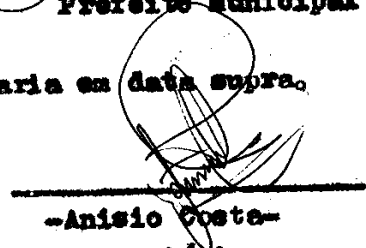
**Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta de dotação própria constante do orçamento municipal vigente.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de maio de 1.991.**

  
**-Dr. Norival Cabrera Roderio-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-**  
**secretário**



167

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.499 DE 02 DE MAIO DE 1961-**

**"Autoriza a doação à COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS, de áreas destinadas a construção de apartamentos".**

**DR. NORIVAL CAHNERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de General Salgado, autorizada a alienar por doação à COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS, as áreas de terreno abaixo discriminadas, destinadas a construção de apartamentos, medindo 1.345,25 m<sup>2</sup>, limitadas pelas seguintes linhas perimétricas:**

**ÁREA 1 - "Um lote de terreno, designado sob nº 01 da Quadra nº 02, com área total de 337,30 metros quadrados, medindo 12 metros de frente para a Avenida Cândido José da Silva; 23 metros pela direita na divisa com o lote nº 02; 23 metros pela esquerda na divisa com o Colégio Estadual Tonico Barão; 13 metros nos fundos na divisa com parte do lote nº 03".**

**ÁREA 2 - "Um lote de terreno sob nº 02 da Quadra nº 02, com 321,00 metros quadrados, medindo 12 metros de frente para a Avenida Cândido José da Silva; 23,50 metros, pela direita na divisa com o lote nº 03; 23 metros, pela esquerda na divisa com o lote nº 01, e 12,50 metros, nos fundos, na divisa com o lote nº 05;**

**ÁREA 3 - "Um lote de terreno designado sob nº 03 da Quadra nº 02, com 163,00 metros quadrados, medindo 12 metros de frente para a Avenida Cândido José da Silva; 32 metros, pela direita, na divisa com o lote nº 04; 23,50 metros pela esquerda na divisa com o lote nº 02; 12,50 metros, nos fundos, na divisa com o lote nº 05".**

**ÁREA 4 - "Um lote de terreno designado sob nº 04 da Quadra nº 02, com área de 323,75 metros quadrados, medindo 15 metros de frente para a Avenida Cândido José da Silva; 35 metros, pela direita, na divisa com a Rua Agílio Antonio da Prada; 32 metros, pela esquerda, na divisa com o lote nº 03; 05 metros,**

-continua-



**-Lei Municipal nº 1.498-**  
**-continuação-**

nos fundos, na divisa com o lote nº 05".

**Artigo 2º -** A área aludida acima, destina-se a implantação de núcleos residenciais a ser construído através da Companhia Regional de Habitação de Interesse Social, com financiamento da Caixa Econômica Federal e outros órgãos financeiros bem como, a outras obras complementares, decorrentes dessa implantação.

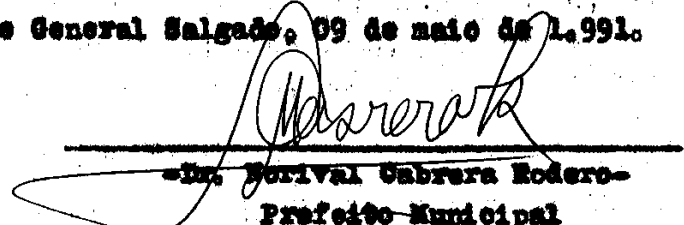
**Parágrafo 1º -** A área doada tem destino especificado no artigo anterior, revertendo ao patrimônio municipal, independentemente de indenização, a qualquer título e de qualquer providência judicial ou extra-judicial, se não for dado início a implantação de núcleos residenciais, dentro do prazo de até 2 anos a contar da data da outorga da competente escritura de doação.

**Parágrafo 2º -** A eficácia do dispositivo contido no parágrafo anterior cessará tão logo seja formalizado o contrato de empréstimo para a produção das unidades habitacionais e das demais obras complementares.

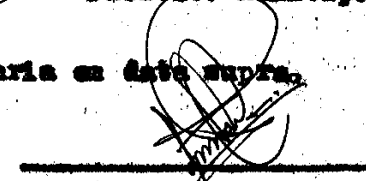
**Artigo 3º -** As despesas com a execução desta Lei, dada a sua finalidade social, correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Artigo 4º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

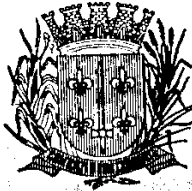
Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de maio de 1.991.

  
\_\_\_\_\_  
-Sr. Norival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
\_\_\_\_\_  
-Anísio Costa-  
secretário





# Prefeitura Municipal de General Salgado

Estado de São Paulo

**LEI MUNICIPAL Nº 1.499 DE 17 DE MAIO DE 1.991**

**"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS ESTATUTÁRIOS DE CARATER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

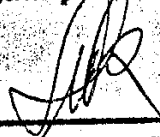
Artigo 1º - Ficam criados no quadro permanente de pessoal civil desta Prefeitura Municipal, para provimento mediante concurso público de provas ou provas e títulos, no regime jurídico estatutário, os cargos relacionados no anexo integrante desta Lei com os respectivos vencimentos e referências.

Artigo 2º - Aplica-se a esta Lei no que couber, o regime jurídico único estatutário e planos de carreira, de que trata a Lei Municipal nº 1.438, de 13 de março de 1990.

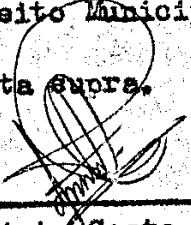
Artigo 3º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar concurso público para o provimento dos cargos mencionados na presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

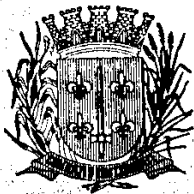
Prefeitura Municipal de General Salgado, 17 de maio de 1.991.

  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário





# Prefeitura Municipal de General Salgado

Estado de São Paulo

-Lei Municipal nº 1.499-

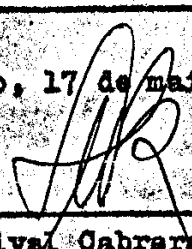
-continuação-

## ANEXO Nº I - ART. 1º

### CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANT. VAGAS	REF.	PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS
ASSISTENTE SOCIAL	01	32	à 49	E	I à VI 87.570,34
MÉDICO BIOQUÍMICO	01	39	à 56	E	I à VI 123.625,43
CIRURGIÃO-DENTISTA	04	33	à 50	E	I à VI 87.917,87
PROCURADOR JURÍDICO	01	37	à 54	E	I à VI 108.174,79
MÉDICO CLÍNICO GERAL	04	39	à 56	E	I à VI 123.625,43
MÉDICO ORTOPELISTA	01	39	à 56	E	I à VI 123.625,43

General Salgado, 17 de maio de 1991.

  
-Dr. Norival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal



1500  
171  
-LEI MUNICIPAL Nº 1.500 DE 17 DE MAIO DE 1.991-

"Dá denominação de "ESTÁDIO MUNICIPAL WILSON GARCIA" ao Estádio Municipal do Distrito de Nova Castilho".

SR. NORIVAL CABRERA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEQUINTE LEI:

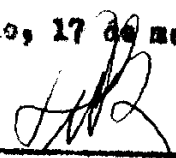
Artigo 1º - O Estádio Municipal do Distrito de Nova Castilho, com denominação especial, passa a denominar-se - "ESTÁDIO MUNICIPAL WILSON GARCIA".

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 17 de maio de 1.991.

  
-Dr. Norival Cabrera Rodrigues-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.501 DE 24 DE JUNHO DE 1.991**

"Autoriza o Executivo Municipal a alienar mediante licitação, um veículo marca Chevrolet, modelo Caravan (ex-ambulância), ano de fabricação 1.980, pertencente ao patrimônio público municipal".

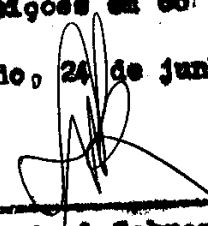
DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado por força desta Lei, a alienar mediante o competente processo licitatório, um veículo de sua propriedade, marca Chevrolet, modelo Caravan, (ex-ambulância), ano de fabricação 1980, à álcool, cor branca, chassi 5A15DKB-166272, 2 portas, em bom estado de conservação.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 24 de junho de 1.991,

  
\_\_\_\_\_  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
\_\_\_\_\_  
-Anísio Costa-  
secretário



173

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.508 DE 24 DE JUNHO DE 1991-**

"Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

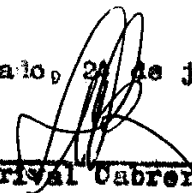
Artigo 1º - Ficam reajustados em 15% (quinze por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de junho de 1991.

Artigo 2º - Para cobertura das despesas decorrentes da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes do orçamento municipal vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de junho de 1991.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 24 de junho de 1991.

  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



**"LEI MUNICIPAL Nº 1.503 DE 24 DE JUNHO DE 1.991"**

**"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O LAR TRANSITÓRIO DE GENERAL SALGADO"**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,**

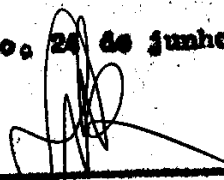
**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "LAR TRANSITÓRIO DE GENERAL SALGADO", com sede à Rua Encarnação Navarro Fernandes, nº 1.500, nesta cidade.**

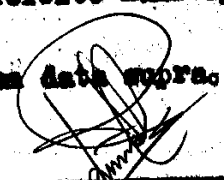
**Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 24 de junho de 1.991.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
\_\_\_\_\_  
**-Anísio Costa-  
secretário**



15

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.504 DE 24 DE JUNHO DE 1.991-**

**"Dá denominação especial de "VIA DE ACESSO CARMELO FERREIRA PINTO" à Via de Acesso que liga o Distrito de Prudêncio e Moraes à Rodovia Eliezer Montenegro Magalhães".**

**MR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

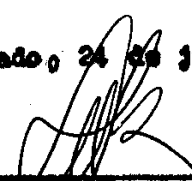
**Artigo 1º - A Via de Acesso que liga o Distrito de Prudêncio e Moraes à Rodovia Eliezer Montenegro Magalhães, sem denominação especial, passa a denominar-se "VIA DE ACESSO CARMELO FERREIRA PINTO".**

**Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotação própria do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 24 de junho de 1.991.**

  
\_\_\_\_\_  
**Norival Cabrera Roder -  
Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria na data supra.**

  
\_\_\_\_\_  
**Anísio Costa  
secretário**



**LEI MUNICIPAL Nº 1.205 DE 16 DE JULHO DE 1.991**

**"Autoriza a Municipalidade a participar do Programa de Perenização de Estradas de Terra através da Integração Estado-Municipios"**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANZIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

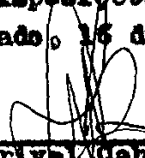
**Artigo 1º - Fica a Municipalidade de General Salgado, autorizada a participar do "PROGRAMA DE PERENIZAÇÃO DE ESTRADAS DE TERRA" através da Integração Estado-Municipios, juntamente com as Prefeituras das cidades de Guzelândia, Aurifluma, Castão Vidigal e Nova Lusitânia, mais a Secretaria Estadual de Infra-Estrutura Viária (SIEV) e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER).**

**Artigo 2º - O citado "Programa" envolverá a cessão recíproca de máquinas, veículos, equipamentos, braços, técnicos, combustíveis, apoio logístico, manutenção e reposição de peças, e demais atividades correlatas e complementares para o bom desenvolvimento das atividades.**


**Artigo 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a arcar com as despesas de hospedagem e alimentação, de todo o pessoal envolvido, quando da execução dos trabalhos no Município, além de outras despesas decorrentes desta Lei.**

**Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado, também, a abrir na Contadoria Municipal, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) destinado a reforçar a dotação própria do orçamento vigente, para ocorrer às despesas com o Programa nos termos da legislação vigente.**

**Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**  
**Prefeitura Municipal de General Salgado, 16 de julho de 1.991.**

  
**-DR. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal**

**Publicada e Registrada na secretaria em data supra.**

  
**Anísio Costa  
secretário**





# Prefeitura Municipal de General Salgado

Estado de São Paulo

**LEI MUNICIPAL Nº 1.506 DE 09 DE AGOSTO DE 1.991-**

**"Cria cargos no quadro de pessoal civil e permanente da Prefeitura Municipal de General Salgado, altera referência e dá outras providências".**

IR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Ficam criados no quadro de pessoal civil e permanente da Prefeitura Municipal, para provimento mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, no regime jurídico estatutário, os cargos relacionados no anexo integrante desta Lei com os respectivos vencimentos e referências.**

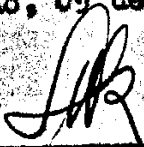
**Artigo 2º - A referência referente ao cargo de Chefe de Turma fica alterada de 08 à 25 para 15 à 32.**

**Artigo 3º - Aplica-se a esta Lei no que couber o regime jurídico estatutário e planos de carreira, de que trata a Lei Municipal nº 1.438 de 13 de março de 1.990.**


**Artigo 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar concurso público para o provimento dos cargos mencionados na presente Lei.**

**Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de agosto de 1.991.**

  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
- Anísio Costa -  
secretário





# Prefeitura Municipal de General Salgado

Estado de São Paulo

## ANEXO - I - ART. 1º

### CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANT. CARGO	REFERENCIA PADRÃO	NÍVEL	VENCIMENTOS
SERVEANTE I	01	01 à 18	E I à VI	34.702,22
MEZEREDEIRA	02	05 à 22	E I à VI	35.734,63
MOTORISTA II	02	14 à 31	E II à VII	48.719,61
ESCRITURÁRIO I	02	11 à 28	E I à VI	44.824,13

Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de agosto de 1.991.

  
-Dr. Norival Cabreira Rodas-  
Prefeito Municipal



1507  
"LEI MUNICIPAL Nº 1.507 DE 09 DE AGOSTO DE 1.991"

"Autoriza o Executivo Municipal a executar serviços com máquinas e veículos da municipalidade, em propriedades rurais, cobrando taxa de 50% (cinquenta por cento) dos preços cobrados pela CODASP".

DR. NORIVAL CAHERRA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado por força desta Lei, a executar serviços de construção de pequenas açudes e represas, bebedouros, aterros, combate a erosão e outros pequenos serviços em propriedades rurais particulares do Município, cobrando pela execução dos referidos serviços 50% (cinquenta por cento) dos preços cobrados pela CODASP - (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo).

Artigo 2º - A execução dos referidos serviços pela municipalidade, visa estimular os proprietários rurais a diversificarem as atividades agropecuárias, tais como: piscicultura, confinamento de bois, e outros empreendimentos que venham aumentar a produção e consequentemente a arrecadação do Município.

Artigo 3º - Os interessados em obter os serviços de máquinas e veículos da municipalidade, deverão requerer através de requerimento endereçado ao Prefeito Municipal, constando no mesmo a finalidade dos serviços e se comprometendo a respeitar a legislação quanto a preservação dos mananciais e do meio ambiente.

Artigo 4º - Somente poderão se beneficiar da presente Lei, os proprietários que estiverem em dia com o pagamento dos impostos e taxas municipais.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de agosto de 1.991.

  
-Dr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal



**LEI MUNICIPAL Nº 1.303 DE 09 DE AGOSTO DE 1.991**

**"Da denominação à ruas do Loteamento "PARQUE INDUSTRIAL" nesta cidade;**

**Eu, NORIVAL CAHERA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELEGIU EM PROMULGA A SEQUENTE LEI:**

**Artigo 1º - As ruas relacionadas abaixo, situadas no loteamento "PARQUE INDUSTRIAL", nesta cidade, passam a ter as seguintes denominações:**

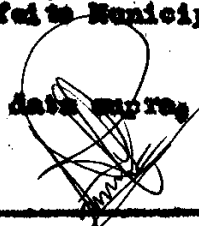
- 01.- A rua "A" passa a denominar-se RUA JORDÃO MAURÍCIO BELLEZINI;**
- 02.- A rua "B" passa a denominar-se RUA FRANCISCO ZOCAL;**
- 03.- A rua "C" passa a denominar-se RUA JOAQUIM DA CUNHA VIANA;**
- 04.- A rua "D" passa a denominar-se RUA PRIMO ASOENOIO;**
- 05.- A rua "E" passa a denominar-se RUA DEMILIO CANDIDO DA SILVA;**
- 06.- A rua "F" passa a denominar-se RUA ANTONIO ZOCAL;**
- 07.- A rua "G" passa a denominar-se RUA ELIAS NOYER NOLAN;**

**Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de agosto de 1.991.**

  
-Dr. Norival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal

**Publicada e registrada na secretaria em data supra;**

  
-Anísio Costa-  
secretário



181

"LEI MUNICIPAL Nº 2.509 DE 09 DE AGOSTO DE 1.991"

"Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado".

DE. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E --  
DELE SANÇÃO E PROMULGA A SEQUINTE LEI:

Artigo 1º - Fazer reajustados em 21% (vinte e um por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de agosto de 1.991.

Artigo 2º - Para cobertura das despesas com a execução da presente, Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotações próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 09 de agosto de 1.991.

  
\_\_\_\_\_  
-Sr. Norival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria na data supra.

  
\_\_\_\_\_  
-Anísio Costa-  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.510 DE 26 DE AGOSTO DE 1.991**

**"Da denominação do Estádio Municipal "ANTONIO GOMES CAMACHO" ao Estádio Municipal do Distrito de Fradêncio e Moraes".**

**DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEQUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O Estádio Municipal do Distrito de Fradêncio e Moraes, com denominação especial, passa a denominar-se "ESTÁDIO MUNICIPAL ANTONIO GOMES CAMACHO".**

**Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotação própria do Orçamento Municipal vigente, suplementada se necessário.**

**Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 26 de agosto de 1.991.**

  
**-Dr. Norival Cabrera Roderio-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-**  
**secretário**



183  
*[Handwritten signature]*

**LEI MUNICIPAL Nº 1.511 DE 03 DE SETEMBRO DE 1.991.**

"Autoriza o Executivo Municipal a pagar aluguel de imóvel destinado a residência do MM. Juiz de Direito ou Dr. Promotor Público da Comarca de General Salgado".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEQUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a pagar o aluguel de imóvel destinado a residência do MM. Juiz de Direito ou Dr. Promotor Público titular da Comarca de General Salgado.

Parágrafo Único - O MM. Juiz de Direito terá prioridade no benefício; caso contrário, o aluguel será estendido ao Dr. Promotor Público.

Artigo 2º - O pagamento do aluguel será efetuado diretamente pela Municipalidade ao locador, cujo contrato - será assinado entre as partes.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento - municipal vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 03 de setembro de 1991.

*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_  
-Dr. Norival Cabrera Roder-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_  
-Anísio Costa-  
Secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.512 DE 05 DE SETEMBRO DE 1.991**

**"Declara de Utilidade Pública a APAN - Associação dos Pais e Amigos das Crianças de General Salgado".**

Eu, **HORIVAL CABRERA RODERO**, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E RESOLVEU SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública a APAN - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DAS CRIANÇAS, sediada à Rua José Luis Marques Neto, s/nº, nesta cidade.**

**Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 05 de setembro de 1.991**

**-Dr. Horival Cabrera Roder-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria na data supra.**

**-Anísio Costa-**  
**secretário**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI MUNICIPAL Nº 1.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 1.991

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente".

DR. NORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica criado, junto ao Gabinete do Prefeito, o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Artigo 2º - O Conselho será órgão de assessoramento do Executivo Municipal no que se refere ao estabelecimento e execução da política de atendimento aos direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 3º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberar, coordenar e controlar todas as políticas sociais voltadas ao atendimento da Criança e do Adolescente, bem como implementar medidas que viabilizem a criação de Consórcios Intermunicipais regionalizados de atendimento à Criança e ao Adolescente.

Parágrafo Único - O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral e social da criança e do adolescente.

II - políticas e programas de assistência social em caráter supletivo para aqueles que dela necessitem.

III - implementação de medidas, programas e serviços que se referem à criança e adolescente, propondo, quando necessário, modificações nas estruturas das Secretarias e órgãos da Administração ligados à promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 4º - São órgãos da política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

-continua-





# GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls.02.

Lei Municipal nº 1.514 - continuação-

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II - Conselho Tutelar.

§ 1º - No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, o Conselho adequará o Regimento Interno à presente Lei, o qual disciplinará o seu funcionamento.

§ 2º - O Regimento Interno, de que trata o § 1º, será aprovado pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Assembléia especialmente convocada para este fim.

§ 3º - Fica o Conselho encarregado de tomar as providências para a realização da primeira eleição dos membros do Conselho Tutelar, sob a Presidência do Juiz Eleitoral e a fiscalização do Ministério Público.

Artigo 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído por 18 (dezoito) membros, paritariamente representados por organismos públicos e privados, a saber:

- I - Um (1) representante das Entidades de Atendimento à Criança Especial;
- II - Um (1) representante de Entidades de Abrigo à Criança e Adolescentes;
- III - Um (1) representante de Entidades da área de Pré-Profissionalização;
- IV - Um (1) representante das Entidades de Atendimento à criança carente;
- V - Um (1) representante dos Movimentos Comunitários Informais;
- VI - Um (1) representante do Comércio e Indústria;
- VII - Um (1) representante de Clubes de Serviços as Entidades;
- VIII - Um (1) representante das Entidades de Assistência sem fins lucrativos;
- IX - Um (1) representante das Entidades de Amparo aos Idosos;
- X - Um (1) representante da Justiça da Criança e do Adolescente;

-continua-





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 03.

Lei Municipal nº 1.514 - continuação-

- XI - Um (1) representante dos Organismos da Esfera Federal;
- XII - Um (1) representante da área de Educação Municipal;
- XIII - Um (1) representante da área de Esportes Municipais;
- XIV - Um (1) representante da área de Educação Estadual;
- XV - Um (1) representante da Secretaria de Saúde e Higiene;
- XVI - Um representante da área do Legislativo;
- XVII - Um (1) representante da Esfera Municipal da área de Assistência e Promoção Social;
- XVIII - Um (1) representante da Esfera Estadual da área de segurança.

§ 1º - Consideram-se órgãos das esferas federal e estadual aqueles que atuam nas áreas de: educação, saúde, segurança, assistência e promoção social, esporte, cultura e turismo.

§ 2º - Os representantes de que trata o "caput" deste Artigo, serão escolhidos em Assembléia por seus pares.

§ 3º - A representatividade será alterada na medida em que a criação ou extinção de organismos assim o exigir, observada a paridade.

Artigo 6º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, devendo ser reconduzidos na gestão posterior 05 (cinco) de seus membros eleitos entre os Conselheiros.

Parágrafo Único - Em caso de recondução de Conselheiros representantes dos organismos governamentais, a indicação deverá ser submetida à apreciação dos respectivos órgãos.

Artigo 7º - As entidades não governamentais, somente poderão funcionar depois de registradas neste Conselho, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária local.

Parágrafo Único - Somente poderão ser declaradas de utilidade pública municipal as entidades de atendimento à criança e ao adolescente que estiverem devidamente registra-

-continua-





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 04.

Lei Municipal nº 1.514 - continuação -

das no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 8º - Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, constituir fundo financeiro, opinar sobre o orçamento municipal destinado aos organismos de atendimento à criança e ao adolescente, gerir recursos e fixar critérios de utilização a cada exercício.

§ 1º - Em caso de remuneração ou gratificação dos membros do Conselho Tutelar, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos fixar os valores da remuneração ou gratificação, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade, e tendo por base o tempo dedicado às funções e peculiaridades.

§ 2º - A eventual remuneração não gera relação de emprego com a municipalidade, não podendo, em nenhuma hipótese sob qualquer título ou pretexto, exceder à pertinente ao funcionalismo público municipal, de nível superior.

§ 3º - Sendo eleito funcionário público municipal, como Membro do Conselho Tutelar, e este vier a ser remunerado, fica-lhe facultado o direito de optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

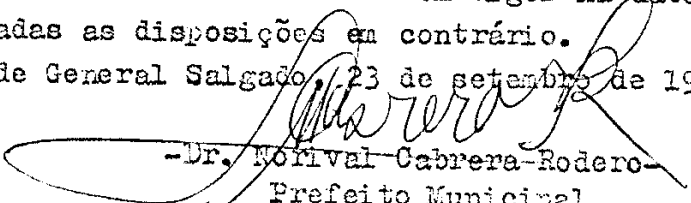
§ 4º - Os recursos necessários à eventual remuneração dos Membros do Conselho Tutelar, terão origem no Fundo Financeiro administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos.

Artigo 9º - O Conselho Municipal dos Direitos contará com uma equipe responsável pelo suporte técnico-administrativo, necessário ao seu funcionamento, utilizando-se das instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Artigo 10 - O exercício da função de Conselheiro será considerada como de interesse público e de caráter relevante.

Parágrafo Único - As atividades dos Conselheiros serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer tipo de lucro, bonificação ou vantagem.

Artigo 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de General Salgado, 23 de setembro de 1991.

  
-Dr. Norival Cabrera-Rodero-  
Prefeito Municipal